



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. José Ernesto Figueira dos Reis
José de Almeida Cesário
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n^o 181/188/VIII e das apreciações parlamentares n^o 17 e 14/VIII

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama) solicitou que, no texto da interpelação n^o 3/VIII, cujo debate se iria iniciar, fosse alterada a designação de República Popular de Angola para República de Angola

Na abertura do debate da interpelação n^o 3/VIII — Sobre a política externa portuguesa com os PALOP, nomeadamente em relação à República de Angola (PSD) proferiram intervenções o Sr Deputado Durão Barroso (PSD) e o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Entretanto, a propósito de uma referência feita pelo Sr Deputado Durão Barroso (PSD), relativamente a declaração proferida pelo Sr Presidente da AR acerca da situação em Angola, intervieram, a diverso título, além do Sr Presidente da AR e daquele Deputado, os Srs Deputados Paulo Portas (CDS-PP) e Francisco de Assis (PS)

Em interpelação à Mesa, o Sr Deputado Durão Barroso (PSD) protestou pela saída da Sala do Sr Primeiro-Ministro, tendo também usado da palavra, sobre este assunto, além do Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Fausto Correia), o Sr Deputado Paulo Portas (CDS-PP)

Na sequência do debate da interpelação, intervieram, a diverso título, além dos oradores iniciais, os Srs Deputados Francisco Louçã (BE), Paulo Portas (CDS-PP), Francisco de Assis (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Manuel Alegre (PS), Manuel Queiro (CDS-PP), Luís Fazenda (BE), João Amaral (PCP), Teresa Patrício Gouveia (PSD), Basílio Horta (CDS-PP), Henrique de Freitas (PSD), Jose Barros Moura (PS) e Carlos Encarnação (PSD)

A encerrar o debate, proferiram intervenções o Sr Deputado Durão Barroso (PSD) e o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Entretanto, foram aprovados, na generalidade, a proposta de lei n^o 19/VIII — Regula o voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República e alarga as situações de voto antecipado, alterando o Decreto-Lei n^o 319-A/76, de 3 de Maio, e os projectos de lei n^o 152/VIII — Regula o direito de voto dos emigrantes nas eleições presidenciais (PSD) e 153/VIII — Regula o processo de votação, na eleição do Presidente da República, dos cidadãos portugueses não residentes no território nacional (CDS-PP)

Em votação global, foram igualmente aprovadas as propostas de resolução n^o 10/VIII — Aprova, para assinatura, o Acordo entre a República Portuguesa e a República Árabe do Egito sobre a Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos, assinado no Cairo, em 28 de Abril de 1999, 12/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino dos Países Baixos para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Materia de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, assinada no Porto, em 20 de Setembro de 1999, 13/VIII — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Letónia relativo a Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias e respectivo Protocolo, assinado em Varsóvia, a 20 de Maio de 1999, 14/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e o Grão-Ducado do Luxemburgo para evitar as duplas tributações e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o património, assinado em Bruxelas, a 25 de Maio de 1999, 15/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para evitar a dupla tributa-

ção em matéria de impostos sobre o rendimento e prevenir a evasão fiscal e respectivo Protocolo, assinados em Praia, a 22 de Março de 1999, e 16/VIII — Aprova, para assinatura, o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Bulgária sobre a Promoção e a Protecção Mútua de Investimentos, assinado em Lisboa, a 27 de Maio de 1993, e o respectivo Protocolo, assinado em Sofia, a 30 de Março de 1999.

Foram ainda aprovados requerimentos, apresentados pelo PS, de baixa as respectivas comissões, sem votação, dos projectos de lei n.º 33/VIII — Regime de contagem de tempo de serviço, quotas e contribuições para aposentação de ex-militares (PSD), 99/VIII — Recuperação das pensões dos antigos combatentes em zo-

nas de risco (CDS-PP), 163/VIII — Lei da alteração do artigo 13.º do Estatuto de Aposentação (CDS-PP) e 36/VIII — Correcção da antiguidade e promoções dos oficiais milicianos que ingressaram no quadro permanente, antes do 25 de Abril de 1974 apos a frequência da academia militar (PSD).

O projecto de lei n.º 47/VIII — Cria o Observatorio da Justiça (PCP) foi rejeitado na generalidade.

Finalmente, a Câmara aprovou quatro pareceres da Comissão de Ética autorizando Deputados do PS e do PSD a deporem em tribunal.

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 35 minutos.

O Sr Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Mamedo Lourenço
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Concerção Sarariva
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luísa Pinheiro Portugal
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira

Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Brito de Moura
 Vítor Manuel Caio Roque

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs

Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 José António de Sousa e Silva
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 José Manuel Macedo Abrantes
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro Augusto Cunha Pinto
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 Ana Margarida Lopes Botelho
 António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luisa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Fernando Alves Moreno

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Srs Deputados, a ordem do dia de hoje consta da interpelação n° 3/VIII — Sobre a política externa portuguesa com os PALOP, nomeadamente em relação à República Popular de Angola (PSD).

Antes, porém, de iniciarmos o debate, o Sr Secretário vai dar conta dos diplomas que foram apresentados à Mesa

O Sr Secretário (José Reis) — Sr Presidente e Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas projectos de lei n° 181/VIII — Elevação da povoação de Perozinho, no concelho de Vila Nova de Gaia, à categoria de vila (PS), que baixa à 4ª Comissão, 182/VIII — Elevação da povoação de Santo André de Lever, no concelho de Vila Nova de Gaia, à categoria de vila (PS), que baixa à 4ª Comissão, 183/VIII — Elevação da povoação de São Félix da Marinha, no concelho de Vila Nova de Gaia, à categoria de vila (PS), que baixa à 4ª Comissão, 184/VIII — Elevação da povoação de Sandim, no concelho de Vila Nova de Gaia, à categoria de vila (PS), que baixa à 4ª Comissão, 185/VIII — Elevação da povoação de Olival, no concelho de Vila Nova de Gaia, à categoria de vila (PS), que baixa à 4ª Comissão, 186/VIII — Elevação da povoação de Santa Marinha de Crestuma, no concelho de Vila Nova de Gaia, à categoria de vila (PS), que baixa à 4ª Comissão, 187/VIII — Elevação da povoação de Serzedo, no concelho de Vila Nova de Gaia, à categoria de vila (PS), que baixa à 4ª Comissão, e 188/VIII — Promoção e acesso dos jovens aos instrumentos culturais e à sociedade de informação (CDS-PP), que baixa à 12ª Comissão, apreciações parlamentares n° 17/VIII (PCP) — Do Decreto-Lei n° 54/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do Quadro Comunitário de Apoio III e das intervenções estruturais comunitárias relativas a Portugal, nos termos do Regulamento (CE) n° 1260/1999 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, e 14/VIII (PCP), que foi retirada pelos seus proponentes

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama) — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr Presidente — Sr Ministro, aproveito para informá-lo de que a nova orientação em matéria de interpelações é no sentido de estas apenas poderem incidir sobre decisões da Mesa, que ainda não tomou nenhuma, ou sobre a orientação dos trabalhos Peço-lhe, portanto, que tenha isso em conta

Tem a palavra, Sr Ministro

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — Sr. Presidente, seguramente com a aquiescência do partido interpelante, o PSD, e de V. Ex.^a, deverá ser alterada, no texto que V. Ex.^a acabou de ler e que requer esta interpelação, a expressão «República Popular de Angola» para «República de Angola», visto que, desde 1992, Angola chama-se República de Angola e não República Popular de Angola.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Sr. Presidente — Tratou-se de uma verdadeira interpelação. Fica, então, rectificado o texto que foi incluído na ordem de trabalhos

Para abrir o debate, tem a palavra, em representação do grupo parlamentar interpelante, o Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr Durão Barroso (PSD). — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs Deputados Em Portugal tem existido, entre as principais forças políticas, consenso quanto a três grandes objectivos da nossa política externa: opção europeia, aprofundamento da relação com os países lusófonos, reforço da dimensão atlântica

Por isso, embora nem sempre se tenha manifestado acordo na forma concreta de abordá-los, a verdade é que os sucessivos governos constitucionais subscreveram idênticos propósitos na definição dos principais eixos da política externa portuguesa

Hoje, o Partido Social Democrata interpela o Governo, porque entende que se tem gerado um evidente mal-estar nas relações com os países africanos de língua oficial portuguesa e, em especial, com Angola

Entende também o PSD que o Governo não soube, nesta matéria, assegurar o respeito que é devido a Portugal

Fazemo-lo, que fique bem claro, numa perspectiva de Estado

Entendemos que esta é uma questão muito séria, grave, e que está a afectar o interesse nacional

Esperámos pelo cabal esclarecimento do assunto, mas fomos sempre confrontados com um silêncio tumular por parte do Primeiro-Ministro.

Seria normal que matérias tão relevantes para a política externa do País fossem tratadas de modo diverso

O Governo, em matéria de política externa, decidiu, por exemplo, suspender as relações bilaterais com um país membro da União Europeia, a Áustria

O Sr. Ricardo Gonçalves (PS) — Muito bem!

O Orador — O Primeiro-Ministro não teve o cuidado de informar previamente a oposição sobre as razões de uma medida tão excepcional. Nunca o Primeiro-Ministro deu qualquer explicação cabal a esta Assembleia

Em matéria de política africana, mais concretamente no que diz respeito aos desenvolvimentos do chamado caso «Soares/Angola», ao Parlamento e à opinião pública chegaram informações desencontradas

Foi o caso de uma carta supostamente dirigida pelo Primeiro-Ministro ao Presidente de Angola, cujo conhecimento por esta Assembleia foi formalmente negado

Foi o caso de um eventual encontro do Primeiro-Ministro com o Presidente angolano, no Cairo, de cujo conteúdo absolutamente nada conhecemos

Ao agir com tamanha falta de transparéncia, é o próprio Governo quem está a ameaçar os consensos indispensáveis à adequada prossecução dos interesses externos do Estado

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados: As relações de um país com as suas anteriores colónias são, por natureza, difíceis e problemáticas.

Ressentimentos, complexos, feridas ainda por sarar, eventuais intervenções de outros poderes externos, tudo isso contribui para situações de grande complexidade e delicadeza, do ponto de vista diplomático

Ora, apesar de todos esses obstáculos, Portugal foi capaz de, em apenas duas décadas, estabelecer relações de bom entendimento e sólida amizade com todos os países africanos de língua oficial portuguesa

E, porque é justo fazê-lo, queria aqui realçar o papel decisivo desempenhado nesta matéria pelos governos liderados por Francisco Sá Carneiro e por Aníbal Cavaco Silva

O Sr. António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador — Partiu-se de um princípio orientador, então, sempre respeitando a necessidade de manter tais relações no plano Estado a Estado, sem cedências a considerações de carácter político-partidário ou ideológico. Essa era a única perspectiva adequada.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — . porque tinha em consideração a génese dos regimes políticos daqueles novos países, porque compreendia as consequências do seu alinhamento ideológico, na altura, marxista-leninista e a dependência em que se encontravam da, então, URSS

O nosso país entendeu — e bem! — que havia um interesse fundamental a preservar Interesse esse que ia para além dos regimes, das ideologias, das políticas e dos partidos e que correspondia a um verdadeiro designio nacional..

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não apoiado!

O Orador — . manter laços de especial proximidade com os novos países que, em África, falavam o português

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Os marxistas!

O Orador — Foi uma política difícil e tantas vezes incompreendida. Mas foi graças a ela, por exemplo, que se tornou possível lançar o projecto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, um projecto que, formalizado já no primeiro executivo do Engenheiro António Guterres, foi todo ele preparado e trabalhado pelo anterior governo social-democrata..

O Sr José Magalhães (PS) — É espantoso!

O Orador — . um projecto que só não se concretizou no seu mandato do anterior governo social-democrata

por razões que conviria não esquecer e que, se for necessário, poderei, durante esta sessão, lembrar.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS — Diga já!

O Sr José Magalhães (PS) — É extraordinário!

O Orador. — Foi graças a essa política que Portugal foi chamado como mediador por ambas as partes no conflito angolano.

Sem embargo dos problemas posteriores, foi graças a essa política que se deveu a Portugal, ao seu governo e à sua diplomacia o único período de paz que aquele país conheceu na sua história recente.

Foi graças a essa política que Portugal desempenhou também uma função como parceiro liderante e activo na busca da paz para Moçambique.

Foi graças a essa política que Portugal pôde desenvolver uma importante relação de cooperação num domínio particularmente sensível — a cooperação militar — com todos aqueles países.

Foi graças a essa política que Portugal apoiou, de forma discreta, mas efectiva e, em alguns casos, decisiva, a transição democrática nesses Estados.

Tudo isso foi possível pela acção coerente de Portugal, pela acção persistente dos seus governos, pelo amplo apoio da sociedade civil. E é, indiscutivelmente, algo de que, enquanto país, nos devemos orgulhar.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados A situação interna em Angola é ainda, todos o sabemos, excepcional.

As Nações Unidas continuam ainda, com especial mandato, a seguir o desenrolar dos acontecimentos.

E o nosso país tem aqui uma posição especial, visto ter sido, primeiro, mediador.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — Mau mediador!

O Orador — e, depois, observador no processo de paz,

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — E agora nada!

O Orador — . posição que, de resto, não se sabe se ainda ocupa, ou não, actualmente.

Sucede que, recentemente, o chamado caso «Soares/Angola» veio trazer para o debate público a questão do estado actual das relações bilaterais. A esse propósito, o Governo pretendeu fazer crer que não havia qualquer problema. Ali, tivemos, pois, o Ministro dos Negócios Estrangeiros a referir-se ao citado caso como um mero *fait-divers* e, logo em seguida, o Primeiro-Ministro a qualificar de «excelentes» as relações entre os dois países.

A verdade é que as coisas não são como o Governo dizia que eram ou como queria que fossem.

Há, temos que reconhecê-lo, uma dificuldade especial na forma como o Partido Socialista trata as questões africanas e, em especial, o caso de Angola.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Demonstrou-o, na oposição, quando o seu Secretário-Geral, António Guterres, se deslocou a Angola e não conseguiu sequer ser recebido pelo Presidente da República daquele país de língua portuguesa.

Vozes do PSD — É verdade!

O Orador — Recorde-se, depois, que, por ocasião da sua visita oficial a Angola, ocorrida em 1997, só no quinto e último dia o Primeiro-Ministro português foi recebido pelo Presidente José Eduardo dos Santos.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E viva o MPLA!

O Orador — Lembre-se o comportamento adoptado aquando da expulsão do nosso Embaixador na África do Sul, comportamento esse que, a nosso ver, está na origem de muita da falta de respeito que tem sido dedicada a Portugal nas relações com África.

Aplausos do PSD

Veja-se como o próprio Dr Mário Soares, que foi Presidente da República durante 10 anos e que não tinha uma concepção propriamente sedentária do exercício dessas funções, só mesmo no final do segundo mandato teve um convite para visitar oficialmente Angola.

Mais recentemente, foi o episódio da recusa da entrada de cidadãos portugueses em Angola e a adopção retaliatória de idêntico procedimento pelo Governo português.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E muito bem!

O Orador. — Ora, como pode falar-se na excelência das relações bilaterais, quando cidadãos de ambos os países se tornam vítimas inocentes de problemas a que são, de todo, alheios?

Aplausos do PSD

Queremos, por isso, que o Primeiro-Ministro nos informe, como é sua obrigação, daquilo que realmente se passa no relacionamento com Angola. Se o Primeiro-Ministro tem tempo para se avistar com os seus colegas da Internacional Socialista, também o deve ter para se dirigir à Assembleia da República, de quem o seu Governo depende.

Aplausos do PSD

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados No passado recente, o nosso país teve uma política para Angola. Pode concordar-se ou discordar-se dela, mas existia uma política.

O Sr Ricardo Gonçalves (PS) — Qual?!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — É a mesma!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — O que é que mudou?!

O Orador: — Fala-vos quem julga ter alguma autoridade na matéria e quem deu muito do seu esforço para que aquele país conhecesse finalmente a paz. Se esta, in-

felizmente, não veio a concretizar-se, nunca esteve tão perto como quando foi prosseguida, com honestidade e determinação, por Portugal

Não esconde que sempre procurei desenvolver boas relações com o governo angolano internacionalmente reconhecido e reconhecido por Portugal. Não por qualquer proximidade ideológica.

Risos do CDS-PP

... que obviamente não existia, mas por entender que era do interesse nacional fazê-lo

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Até foram ao comício do MPLA!

O Orador — Isso nunca nos colocou, porém, numa posição de subserviência

Em caso algum, admitimos que, a propósito da manutenção de boas relações com qualquer país, se pusesse em causa o respeito que é devido ao País e aos seus representantes

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Portugal não pode, Sr Primeiro-Ministro, aceitar humilhações, venham elas de Angola ou de qualquer outro país.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Por isso, impõe-se uma resposta enérgica da parte de Portugal, sempre que sejam feitas acusações graves e não provadas a figuras relevantes do nosso regime democrático

O interesse nacional não pode impedir que o Estado actue com a firmeza que lhe é exigida. Pelo contrário, é em nome desse interesse nacional que Portugal deve saber dar-se ao respeito

E se V Ex^a, Sr Primeiro-Ministro, ignora este problema ou não se preocupa com ele, se tem de ser a oposição a defender a honra de Portugal, então, é porque V Ex^a não comprehende as responsabilidades e o prestígio da função que exerce

Aplausos do PSD

A existência e o aprofundamento de boas relações com os países de língua portuguesa não pode também fazer-se à custa de cedências em matéria de direitos humanos

No passado, essa era uma questão que tinha necessariamente que se colocar com mais alguma prudência.

Risos do PS

dado tratar-se de regimes que não aceitavam sequer qualquer menção a semelhante assunto

Ainda há pouco, o Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros lembrou que, dantes, era República Popular de Angola e que era um regime de partido único

Vozes do PS — E lembrou bem!

O Orador — Gostava de informar o Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros de que passei não poucas horas a

tentar convencer o governo angolano de que não havia razão alguma para se chamar República Popular de Angola, de que devia mudar para um regime multipartidário e acabar com o regime de partido único

Aplausos do PSD

Vozes do PS e do CDS-PP — Mas agora esqueceu-se!

O Orador — Hoje, porém, os contornos do problema são substancialmente diversos

Protestos do PS e do CDS-PP

O Sr Presidente — Agradeço que os Srs Deputados façam silêncio

O Orador — Se todos esses países, incluindo Angola, se reclamam seguidores dos valores democráticos,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Angola? País democrático?

O Orador — se todos esses países, incluindo Angola, se reclamam multipartidários, se todos esses países reclamam apego a valores democráticos, nada impede — bem pelo contrário — que a relação bilateral deva prestar especial importância a esses aspectos.

Portugal não pode, em nome de uma política de Estado, remeter-se a um silêncio cúmplice perante violações manifestas dos direitos humanos

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E a matança de Luanda?

O Orador — A nossa política externa deve ser consequente. Não faz qualquer sentido que se tenha pretendido tomar a liderança da União Europeia nas acções contra a Áustria, país cujo comportamento em nada violou as regras ou os princípios internacionalmente aceites. e se ignorem ostensivamente situações perante as quais a nossa acção deveria ter sido rápida e firme. Não pode haver aqui dois pesos e duas políticas!

Aplausos do PSD

A esse respeito, não posso deixar igualmente de lamentar o silêncio público do Governo português face às grosseiras e criminosas violações dos direitos humanos, que, com a cobertura e o apoio do Presidente Mugabe, estão a registar-se no Zimbabué. Até agora, nem uma palavra do Governo português, que exerce a presidência da União Europeia, relativamente à situação naquele país africano

Aplausos do PSD

Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sr^{as} e Srs Deputados. O nosso país está hoje a pagar o preço da incoerência e da duplicidade que este Governo e o partido que o apoia sempre utilizaram na sua relação com os países lusófonos de África e, em especial, com Angola

O próprio presidente do Partido Socialista e Presidente desta Assembleia sustentou, em declarações à comunica-

ção social, que a guerra é a única solução para o problema interno angolano

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Com o apoio de todos!

O Orador — Enquanto isto, outras das mais conhecidas figuras do Partido Socialista tem apoiado publicamente o movimento que visa derrubar esse mesmo governo

Dir-se-á que estas são questões que suscitam divergências e divisões em todos os partidos, incluindo no PSD. É verdade! Mas há uma significativa diferença quando o PSD foi governo nunca alguém teve dúvidas sobre os exactos contornos da política para com Angola e nunca autorizámos humilhações ao Estado português, nem a figuras importantes da democracia portuguesa

Aplausos do PSD

As divergências no seio de um partido político são naturais e até, certo ponto, salutares. Mas as incoerências na condução da política do Governo são, por definição, prejudiciais e, como tal, inaceitáveis numa perspectiva de Estado

Assim, não se comprehende como é que o Governo português pode, ao mesmo tempo, ser humilhado por declarações provenientes de responsáveis angolanos e ser criticado pelas Nações Unidas por aceitar violações ao sistema internacional de sanções à UNITA

Diz o relatório Fowler, recentemente aprovado nas Nações Unidas, que «Portugal continua a ser um país-chave para a UNITA, em termos de mobilização de apoio político e também como fonte de apoio comercial e logístico»

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — É um País livre!

O Orador — Afinal, Sr Primeiro-Ministro, qual é a nossa política para Angola? É importante que nesta matéria não persistam ambiguidades

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Por enquanto!

O Orador — A questão, de resto, não se coloca apenas no plano das relações com Angola. Basta reparar no mal-estar que atravessam as relações com outros países africanos por causa do apoio dado aos parceiros, actuais ou futuros, da Internacional Socialista

O Governo português tem vindo, por vezes, a confundir a relação Estado a Estado com as cumplicidades no âmbito de uma organização internacional de cariz político-partidário, que, por acaso, é liderada pelo Primeiro-Ministro português

Vozes do PS — Prove-o!

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Não diga disparates!

O Orador — O resultado de tudo isto é que, em certos aspectos, a nossa política externa tem sido orientada mais pelos desígnios da Internacional Socialista do que por uma correcta visão do interesse nacional português

Aplausos do PSD

Vozes do PS — «Salazarento»!

O Orador — Por tudo isto, e porque de uma verdadeira interpelação se trata, queria formular ao Sr Primeiro-Ministro várias perguntas — e, insisto, ao Sr Primeiro-Ministro, porque algumas das questões ultrapassam a responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na medida em que a carta foi enviada pelo Sr Primeiro-Ministro e o encontro com o Presidente José Eduardo dos Santos, a ter havido, também foi com o mesmo

Em primeiro lugar, como classifica o estado actual das relações com Angola? Considera-as excelentes ou pensa que há problemas, como o demonstra o recente episódio que envolveu medidas de retaliação contra cidadãos angolanos?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — E contra os portugueses que ficaram em Luanda!

Protestos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, peço-vos que criem condições para que o Sr Deputado se possa fazer ouvir. É vossa obrigação fazê-lo e o Sr Deputado tem direito a ser ouvido em silêncio

Faça favor de prosseguir, Sr Deputado Durão Barroso.

O Orador — O Sr Primeiro-Ministro considera que as acusações feitas no caso «Soares/Angola» são meros *faits divers* ou vai exigir responsabilidades a quem as proferiu? Qual foi conteúdo essencial da carta enviada pelo Sr Primeiro-Ministro ao presidente angolano? Teve ou não um encontro com o presidente angolano? Se sim, qual foi o sentido dessa reunião?

O Sr Primeiro-Ministro tem ou não conhecimento das acções que ocorrem em território português e que violam o sistema internacional de sanções das Nações Unidas? O Governo tem, ou não, conhecimento da existência de contrabando de diamantes e marfim com origem em Angola e passagem por Portugal?

Protestos do PS

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Sr Deputado Durão Barroso, peço desculpa por o interromper, mas, com todo este ruído, não tem condições para prosseguir

Por conseguinte, solicito à Câmara o favor de ouvirem em silêncio, uma vez que assim não é possível continuar. Faça favor de prosseguir, Sr Deputado Durão Barroso

O Orador — Esse contrabando de marfim e de diamante está ou não ligado ao financiamento de actividades de guerra em Angola, tal como a imprensa internacional mais credível tem referido? Se o Governo tem conhecimento disto, quais são as acções que empreendeu nesta matéria? Se tais acusações, nomeadamente as que foram aprovadas, por unanimidade, nas Nações Unidas, não são procedentes, o que fez o Governo português junto das Nações Unidas? Fez algum protesto? Que tipo de medidas foram adoptadas para defender a honra e o prestígio de Portugal?

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador: — E, finalmente, o que pretende fazer o Governo português de forma a aprofundar as relações com os países de língua oficial portuguesa, mantendo, ao mesmo tempo, uma posição de exigência em matéria de direitos humanos e de respeito pela posição de Portugal?

Espero, Sr Primeiro-Ministro, que V Ex.^a possa dar, a esta Assembleia e aos portugueses, as respostas que são devidas. Assim o exige o interesse nacional. E este é, ou deve ser, o primeiro motivo e o fundamento de qualquer política externa digna desse nome.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr Presidente: — Sr Deputado Durão Barroso, permita-me o seguinte reparo: o Sr. Deputado atribui-me a afirmação de que a guerra é a única solução para o problema de Angola. Afirmação que não fiz, mas que, tendo-me sido atribuída por alguns órgãos de informação, felizmente não todos, oportunamente e repetidamente, desmenti.

Portanto, o Sr. Deputado não pode fazer de conta que esse desmentido não existiu... .

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... mesmo que isso convenha ao brilho do seu discurso.

Aplausos do PS.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — A declaração foi feita!

O Sr Durão Barroso (PSD): — Sr Presidente, peço a palavra.

O Sr Presidente: — Para que efeito?

O Sr Durão Barroso (PSD): — Sr. Presidente, para exercer o direito regimental da defesa da...

Vozes do PS — Direito de defesa?!

O Sr. Durão Barroso (PSD): — É em relação à referência que o Sr Presidente acabou de fazer.

O Sr Presidente da Assembleia da República criticou um ponto da minha intervenção, penso que poderia responder-lhe

O Sr Presidente: — Sr Deputado Durão Barroso, vou dar-lhe a palavra, mas não sem antes informá-lo de que quem se defendeu fui eu. Não confunda as coisas!

Aplausos do PS

De qualquer modo, tem a palavra para exercer o direito regimental de defesa, Sr Deputado.

O Sr. Durão Barroso (PSD): — Então, V Ex.^a deixe-me, com certeza, dar-lhe uma explicação

Vozes do PS — Peça desculpa!

O Orador: — Sr. Presidente, tenho aqui uma série de recortes da imprensa,

O Sr José Magalhães (PS): — Mas não tem todos!

O Orador: — ... todos os que consegui coligir,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Falta-lhe o recorte do desmentido!

O Orador: — ... onde se diz, até de uma forma um pouco excessiva, o seguinte «solução para Angola virá pela força das armas, defende Almeida Santos», ..

O Sr. José Magalhães (PS): — Vale mais isso do que o desmentido?

Vozes do PS: — Nunca tal aconteceu na Assembleia da República!

O Orador: — ... «Almeida Santos admite solução militar para Angola». E como estas frases estão entre aspas, pergunto ao Sr. Presidente da Assembleia da República se, de facto, disse isto, ou não.

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio.

O Orador: — Talvez o Sr. Presidente pudesse recomendar alguma calma ao Partido Socialista.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, como viu não tenho feito outra coisa. Infelizmente, a falta de calma não é exclusivo de um qualquer grupo parlamentar.

Faça favor de continuar, Sr Deputado

O Orador: — Sr. Presidente, o manter a calma será, com certeza, uma característica minha no debate. Vou mantê-la até ao fim.

Mas a sua declaração está aqui e está entre aspas! Por isso, peço-lhe, Sr. Presidente, que nos diga se o disse ou não, porque, se o Sr. Presidente não as fez, retirarei aquilo que disse.

«'Há formas de violência que não conhecem outra resposta que não seja a violência e, provavelmente, o povo de Angola está condenado, neste momento, a encontrar uma solução militar, porque é cada vez mais difícil uma solução conciliatória depois de terem falhado todos os acordos de paz assinados' — disse Almeida Santos» — esta declaração é atribuída ao Sr Presidente e interpreto-a como sendo o apoio a uma solução militar para Angola.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Dá-me licença, Sr Presidente?

O Sr. Presidente: — Um momento, Sr Deputado Paulo Portas, pois ainda estou a dialogar com o Sr Deputado Durão Barroso

Sr Deputado Durão Barroso, é pena que o senhor, quando teve a preocupação de coligir as afirmações que me foram atribuídas, não tivesse tido a oportunidade e o cuida-

do de fazer o mesmo em relação às minhas próprias afirmações que fiz aquando do meu desmentido

Mas mesmo a transcrição que acaba de ler, que está entre aspas, não é traduzível nos termos que o senhor referiu. «de que a guerra é a única solução para o problema de Angola» São coisas completamente diferentes. Não fiz esta afirmação, pelo que o Sr Deputado não me poderia atribuir, sobretudo por não desconhecer, porque não podia desconhecer, as minhas rectificações e os meus esclarecimentos

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — O Sr Deputado Paulo Portas pede a palavra para que efeito?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr. Presidente, penso que a questão que está em debate é relevante para a continuação do mesmo. Portanto, quero solicitar à V Ex^a a confirmação de que, em 12 de Julho de 1999, em Angola, V Ex^a legitimou o uso da força para resolver o conflito — não digo que tenha afirmado que seria a única via mas que legitimou o uso da força para resolver o conflito — e que, no dia seguinte, o Sr Dr Durão Barroso afirmou, passo a citar, «a curto e médio prazo não é possível uma solução negociada para a guerra, em Angola». Ou seja, também ele legitimou o uso da força e da violência!

Aplausos do CDS-PP

Protestos do PS e do PSD e contraprotestos do CDS-PP

O Sr Presidente — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É uma só política glória ao MPLA! É isto que, na essência, todos vocês defendem!

O Sr Presidente — Srs Deputados, peço-vos, mais uma vez, que criem condições na Sala, para que se possa prosseguir os trabalhos

Sr Deputado Paulo Portas, também quero esclarecê-lo, dizendo que não legitimei coisa alguma. A afirmação que fiz não pode ser interpretada como um acto de legitimação da guerra como sendo a única solução do problema de Angola

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Eu não disse «única»!

O Sr Presidente — Sr Deputado, peço-lhe que leia os meus esclarecimentos prestados à imprensa à época em que essa afirmação me foi atribuída e verá que ela não podia ter, nem nunca devia ter tido, esse significado

Não legitimei coisa alguma, o que eu disse é completamente diferente. O que eu disse é que, dado o facto de já terem sido desrespeitados por um mesmo partido três acordos,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Só por um partido!

O Sr Presidente — Dá-me licença. Sr Deputado? Estou no uso da palavra!

Como eu estava a dizer, o que eu disse é que, provavelmente, dado o facto de já terem sido desrespeitados por um mesmo partido três acordos, o último dos quais incluía, com a eleição directa de uma assembleia legislativa, a participação de elementos desse partido na formação de um governo democrático de coligação, Angola estaria condenada a não ter outra solução que não fosse a militar, embora isso não fosse deseável — disse-o claramente Oiça. Sr Deputado, é completamente diferente

Responsabilizo-me pelas minhas afirmações e não pelas intenções que lhes são atribuídas e que não cabem no seu contexto

Aplausos do PS

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito?

O Sr Francisco de Assis (PS) — Para uma interpelação. Sr Presidente

O Sr Presidente — Faça favor

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, quero protestar, energicamente, em nome da bancada do Partido Socialista, pela forma como este assunto foi aqui introduzido

Protestos do PSD

O Sr Presidente — Sr Deputado, peço desculpa, mas gostaria que me informasse qual é a figura regimental que está a usar

Risos do PSD

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, estou a usar a figura regimental do protesto

O Sr Presidente — Sr Deputado Francisco de Assis, o protesto é apenas feito em relação a intervenções. Terá oportunidade de lavrar o seu protesto.

Vozes do PSD — Muito bem!

Protestos do PS

O Sr. Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, outros Srs Deputados tiveram oportunidade de falar. Creio que o princípio da igualdade, aplicado neste caso, levará o Sr Presidente a reconhecer

O Sr Presidente — Sr Deputado, a única forma de, neste momento, usar da palavra é sob a figura regimental da interpelação ou, então, da defesa da honra da sua bancada ou da

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, farei, então, uma interpelação

O Sr António Capucho (PSD) — Não será uma interpelação!

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr. Francisco de Assis (PS). — O Sr Presidente da Assembleia da República é um homem impoluto, é um homem que, apesar de muitas vezes assumir posições polémicas,

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente — Muito obrigado, Sr Deputado

O Sr. Francisco de Assis (PS): — . . nunca deixou de levar até às últimas consequências as suas posições

É inaceitável que no início de um debate parlamentar sobre este tema o líder do maior partido da oposição venha introduzir, aqui, uma falsidade que põe em causa a honra e a dignidade do Presidente da Assembleia da República

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente — Muito obrigado, Sr Deputado, mas peço-lhe que termine

O Orador — Isto revela um problema grave de carácter e atenta contra princípios fundamentais de ética política.

Aplausos do PS

Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua solidariedade, mas, como sabe, sei defender-me

Risos do PSD

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Esta interpelação do PSD permite estabelecer, na Assembleia da República, um debate que o Governo espera que seja construtivo, positivo e, sobretudo, norteado por aquilo que é o interesse nacional, ou seja, o de ampliar, cada vez mais, as relações entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa e entre Portugal e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Aliás, é assim que se justifica plenamente a intervenção da instância parlamentar no reforço daquilo que todos reconhecemos e aceitamos como um objectivo estratégico, e não como um objectivo partidário ou político, das relações externas do nosso país e da afirmação de Portugal no mundo

Por isso, este debate tem uma grande importância e tem-na também para o Governo, porque permite lembrar e recordar, neste momento, o empenhamento que o Executivo tem tido no aprofundamento das relações entre Portugal e África: a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, a melhoria das relações políticas com cada um e todos os países africanos de língua portuguesa, a melhoria das relações de acolhimento com as dezenas de milhar de cidadãos desses países que vivem e trabalham em Portugal, a adequada protecção dos nacionais portugueses nesses e em outros países africanos em situa-

ções de emergência ou de crise, em que tem sido necessário articular dispositivos, prevendo a sua segurança ou a sua atempada evacuação,

O Sr Carlos Luís (PS) — Muito bem!

O Orador: — o crescimento das relações económicas de Portugal com África.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E da dívida externa!

O Orador — o crescimento das relações de investimento das relações comerciais e monetárias

Pois bem, disse o Dr Durão Barroso que o Governo norteava a sua política africana pelos ditames da Internacional Socialista. Veja bem, Sr Deputado, a contradição em que caiu! Um dos países africanos com que Portugal tem um melhor relacionamento, havendo inclusive o estabelecimento de um acordo de paridade monetária entre o escudo português e a respectiva moeda nacional, é precisamente Cabo Verde, cujo governo é não socialista, que não pertence à Internacional Socialista

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Isso já vinha de trás!

O Orador. — Por outro lado, é notório o crescimento dos fluxos globais de cooperação, bem como o desenvolvimento da defesa e da ampliação da língua e da cultura portuguesas, através da criação de numerosos centros de língua portuguesa junto dos estabelecimentos de ensino superior desses países. Estes centros antes não existiam, porque V Ex.^a, Dr Durão Barroso, nesta matéria, deixou um legado de centros culturais, criados na véspera do seu governo cair.

Vozes do PS — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador — . . apenas constituídos no papel e não na realidade, que, agora, têm sido metodicamente edificados .

Aplausos do PS

. . através da criação da RDP-África e da RTP-África, que não existiam e que passaram a existir

Protestos do PSD

Eu sei que V. Ex.^a tem problemas em reconhecer aquilo que não fez ou que não pôde fazer. No entanto, terá muita honra em convidá-lo para, no próximo dia 10 de Junho, inaugurar a sede do Instituto Camões,

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — .. que V. Ex.^a criou no papel mas que só connosco passou a existir na prática

Aplausos do PS

O Governo também gostaria de recordar aquilo que nunca foi feito por V. Ex.^a enquanto governante a inclusão da temática africana na agenda europeia —..

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — ... houve, pela primeira vez, a realização de um Conselho de Desenvolvimento, em Lisboa, tendo por tema as relações entre África e Europa —, o acordo com a África do Sul, a nova Convenção de Lomé, o progresso nas relações com o norte de África no quadro do Processo de Barcelona e a realização da Cimeira Euro-Africana, que V Ex^a, depois de o Professor Cavaco Silva ter elogiado a presidência portuguesa da União Europeia, teve de reconhecer que seria um facto de grande importância para o nosso país

Aplausos do PS

V Ex^a tem o culto da autoglorificação..

O Sr José Magalhães (PS) — Sem dúvida!

Protestos do PSD

O Orador — .. mas, hoje, eu gostava de mostrar-lhe algumas diferenças.

Até 1995 e durante vários anos, durante sete anos, os fluxos globais de cooperação para com os países em desenvolvimento, da parte de Portugal, andavam na casa dos 50 milhões de contos anuais; a partir de 1996 esses valores passaram para o triplo, para 150 milhões de contos anuais

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Veja o resultado!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E a dívida de Angola?

O Orador — V Ex^a tem aqui uma primeira marca de diferença,

O Sr António Capucho (PSD) — Fizemos mais com menos dinheiro! Para gastar dinheiro, vocês são demais!

O Orador — reconhecida, aliás, pela OCDE, quando, em 1997, se congratulou com o crescimento, em 27%, da ajuda pública portuguesa aos países em desenvolvimento

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E a dívida de Angola?

O Orador — Este foi, aliás, o maior crescimento desse ano, que colocou Portugal não apenas acima dos Estados Unidos da América e do Japão mas também da Itália, da Espanha e da Nova Zelândia, países que nos anos anteriores se encontravam à frente de Portugal e que passaram a ficar atrás

V Ex^a também terá de reconhecer que, em 1998, o quadro de amadorismo em que, durante mais de oito anos, viveu a cooperação portuguesa enquanto V Ex^a foi governante foi transformado num quadro institucional e organizado, coerente e transparente

Protestos do PSD

que mereceu, no relatório do Comité de Desenvolvimento da OCDE, em 1999, a seguinte apreciação:

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E a dívida?

O Orador — .. «Pela primeira vez, em 1999, a fim de melhorar a organização e a coordenação da ajuda, o Governo português aprovou um orçamento único integrando em matéria de cooperação para o desenvolvimento que fixa o nível dos montantes atribuídos aos diversos instrumentos da ajuda portuguesa»

O Sr Carlos Luís (PS) — Pela primeira vez!

O Orador — V Ex^a gosta muito de se autoglorificar!

Protestos do PSD

O Sr Presidente — Srs Deputados, peço-vos que façam silêncio, para que o Sr Deputado se possa fazer ouvir

O Orador — Em relação à sua acção e à nossa obra em matéria de política africana, gostava que o Sr Deputado tivesse em conta os seguintes elementos o investimento directo de Portugal nos países africanos de língua portuguesa, entre 1992 e 1995 — período de governação de V Ex^a — e 1996 e 1999, passou de 13 milhões de contos para 60 milhões de contos, isto é, cresceu quatro vezes e meia, 364%!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E a dívida de Angola a Portugal quanto é que cresceu?

O Sr António Capucho (PSD) — Já sabemos que gosta de gastar dinheiro!

O Orador — Eu sei que V Ex^a, como gosta de se glorificar, não gosta de se rever nos números! É pena!

O comércio externo de Portugal com os países africanos de língua portuguesa cresceu, nesse mesmo período, 41%

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — E a dívida de Angola a Portugal quanto é que cresceu?

O Sr José Luís Arnaut (PSD) — E a dívida de Angola?

O Orador — A ajuda portuguesa ao desenvolvimento de 1991 e 1995, comparando com o período de 1996 a 2000, cresceu 30%.

Vozes do PSD — Isto parece o discurso do Orçamento!

O Orador — a cooperação técnico-militar, que V Ex^a referiu, se compararmos o período em que V Ex^a governou e o período actual, cresceu 158%. triplicou

V Ex^a gosta muito de se autoglorificar,

Protestos do PSD

mas é tempo de se rever em alguns números acerca da sua acção

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — E já que falou no caso de Angola, relativamente ao qual V. Ex.^a não só gosta de se glorificar mas mesmo de se endeusar,...

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Oh!...

O Orador: — ... direi que o investimento português em Angola, entre o período em que V. Ex.^a governou e o período actual, cresceu três vezes;

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Graças às condições que lá deixámos!

O Orador: — as exportações portuguesas para Angola, tendo em conta a comparação desses períodos, aumentaram 37% — ..

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Eles não pagam!

O Orador: — ... por sinal, Portugal é o principal fornecedor de Angola, excepto no ano de 1995, um ano da responsabilidade governativa de V. Ex.^a —, e a ajuda pública ao desenvolvimento, em relação a Angola, comparando o período em que V. Ex.^a esteve no governo e os anos da actual governação, cresceu 72%

Vozes do PSD. — E a dívida?

O Orador: — V. Ex.^a gosta muito de se autoglorificar...

Risos do PSD

... em relação à política africana, mas devia, um dia, ter a humildade de se rever naquilo que fez ou que não fez e naquilo que outros têm feito muito melhor do que aquilo que V. Ex.^a fez

Aplausos do PS

Aliás, devo dizer a V. Ex.^a que lhe fica mal invocar a paternidade da CPLP. V. Ex.^a sabe bem por que é que não foi capaz de criar a CPLP, assim como por que é que, quando quis criar uma «proto-CPLP» parlamentar, antes da sua constituição oficial, na altura em que era, aqui, Deputado e presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, não conseguiu reunir os parlamentares dos países da CPLP.

O Sr José Luís Arnaut (PSD) — Conseguiu, sim senhor!

O Orador — Não conseguiu porque o governo de V. Ex.^a tinha envenenado completamente as relações com o Brasil, razão por que os parlamentares brasileiros não compareceram à convocatória de V. Ex.^a.

Vozes do PS. — Muito bem!

Protestos do PSD

O Orador: — V. Ex.^a não foi capaz de organizar, de constituir, de subscrever o tratado constitutivo da CPLP e por isso é que V. Ex.^a vive em permanente amargura com a CPLP...

Vozes do PS — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Orador — ... e tem a posição — não a que têm os políticos da oposição em Inglaterra ou em França, de apoio à francofonia ou à Commonwealth — de permanente denegrimento pessoal da CPLP.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Era bom que V. Ex.^a tivesse sobre esse desígnio nacional uma perspectiva construtiva, positiva e empenhada.

Aplausos do PS.

Devo dizer a V. Ex.^a que não há qualquer mal-estar nas relações com os países africanos de língua portuguesa. Pelo contrário, essas relações são boas — e serão cada vez melhores — e são elas que nos permitem ter uma política africana coerente, nacional e também europeia, porque foi só através de relações com esse nível de qualidade que fomos capazes, para frustrar a expectativa das declarações, sempre precipitadas, do Sr Deputado Durão Barroso, de realizar a Cimeira Euro-Africana, quando V. Ex.^a já se agarrava ao fracasso desta Cimeira. Enganou-se, mais uma vez, nessa expectativa, como também se enganou quanto ao adiamento do referendo em Timor

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — V. Ex.^a está sempre muito deslocado daquilo que é o verdadeiro interesse nacional, porque tem uma agenda muito obsessiva.

Risos do PSD.

... em relação a todos estes problemas e um calendário extraordinariamente finito e limitado pelo tempo

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É o frenesim!

O Orador: — Devo dizer ainda que as relações com os países africanos de língua portuguesa são de Estado a Estado e que com Angola são igualmente de Estado a Estado. E, por isso, quando o Chefe do Executivo português, o Primeiro-Ministro português, se desloca a Angola não envereda as camisolas nem põe também os lencinhos de pioneiro,

O Sr. José Luís Arnaut (PSD) — Mas põe o turbante!

O Orador: — ... porque não precisa de o fazer

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Há uma relação adulta, como devem ser as relações de Estado a Estado, entre Portugal e Angola

Protestos do PSD e contraprotestos do PS

O Sr. Presidente — Peço à Câmara que ouça em silêncio. É vossa obrigação, Srs Deputados.

O Orador — Aliás, devo dizer a V Ex.^a, que também me pareceu um pouco pressuroso na defesa do Dr Mário Soares, pessoa por quem V. Ex.^a nutre uma especial simpatia, como todos sabemos..

Risos do PS

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Igual à sua!

O Orador — . que só em 1996, já com o actual Governo, é que o então Presidente Mário Soares realizou uma visita de Estado a Angola, e não, conforme se pôde depreender das palavras de V Ex.^a, por mérito da acção governativa do Dr Durão Barroso.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Gostava ainda de dizer que V. Ex.^a deve estar muito mal informado sobre o que se passa em relação às posições portuguesas

Referiu o Zimbabwe, ignorando completamente a nossa coordenação com a comunidade portuguesa local, ..

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — . a nossa defesa dos interesses dessa comunidade, a nossa actuação em consonância com os interesses dessa comunidade e não com a retórica de ocasião politiqueira, como aquela que V Ex.^a aqui pretendeu introduzir, .

Protestos do PSD

. e também no quadro da União Europeia

Aplausos do PS

Porque V. Ex.^a sabe perfeitamente que, no dia 19 de Abril, no Conselho de Assuntos Gerais, a União Europeia, a presidência portuguesa da União Europeia, tomou uma posição muito clara, muito frontal, sobre a questão do Zimbabwe. Mas não com a retórica de V Ex.^a, porque isso seria altamente prejudicial para os interesses dos europeus que vivem no Zimbabwe.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Está a ver-se!

O Orador — Como eles sabem e como sabem todos os governos responsáveis que estão directamente envolvidos no tratamento dessa problemática

Devo dizer-lhe que também não percebi onde é que o Sr Deputado Durão Barroso foi encontrar no relatório Fowler referências ao lugar de Portugal, enquanto placa giratória, para o contrabando de diamantes e de marfim! Mas V. Ex.^a, seguramente, enunciaria isso com a devida objectividade

O Sr Francisco de Assis (PS) — Muito bem!

O Orador — Já agora aproveito para dizer que estamos a tratar desse assunto em cooperação com as Nações Uni-

das e atendendo, naturalmente, ao sentido de responsabilidade com que tratamos dessa matéria.

Vou, agora, sintetizar e responder às cinco perguntas colocadas pelo Sr Deputado Durão Barroso no final da sua intervenção, para que não reste qualquer dúvida sobre as perguntas e sobre as respostas do Governo.

O estado das relações com Angola é um estado reflectido..

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — É um estado de necessidade!

O Orador: — .. pela vida tranquila, que nos merece o maior respeito, de 30 000 portugueses em Angola, pelo funcionamento de 155 empresas portuguesas em Angola e pela inserção, em Portugal, de 20 000 angolanos. As relações políticas são as melhores e serão cada vez melhores, porque este é o sentido estratégico dos objectivos do Estado português e também do Estado angolano!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — As acusações de que foi objecto o Dr Mário Soares, receberam, na altura própria, da parte do Governo, por intermédio do Primeiro-Ministro e de mim próprio, ..

Vozes do PSD — Como?!

O Orador — . a classificação de inaceitáveis, de declarações surpreendentes, merecedoras de desagravo.

Vozes do PSD: — Como?!

O Orador — Isto foi comunicado pelos canais adequados às autoridades angolanas e foi, também, tornado público

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Aí que bom!

O Orador: — Se V Ex.^a tiver o mínimo sentido de objectividade, também saberá reconhecer que nunca classifiquei como *fait divers* essas declarações ou esse grave incidente. Apenas no contexto de uma resposta, em relação a essa resposta. .

Vozes do PSD — É resposta à resposta?!

O Orador: — . ou, melhor, em relação a essa pergunta e à resposta que ela me mereceu na altura.

Protestos do PSD

. disse que não respondia ao *fait divers*, o que é bastante diferente, para quem é capaz de manusear a língua portuguesa, ...

Risos do PSD.

. daquilo que V. Ex.^a, uma vez mais, pretendeu extrair, embora compreenda que é o que politicamente lhe convém, ou seja, alimentar uma mentira para extrair dela um benefício político.

Também devo dizer que o teor da carta enviada pelo Primeiro-Ministro português ao Presidente de Angola é no sentido .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — De um *fait divers*!

O Orador — de considerar inaceitáveis essas declarações e que a conversa havida, no Cairo, entre o Primeiro-Ministro e o Presidente da República de Angola mantém, naturalmente, esse sentido, aditando-lhe ainda um pedido, uma injunção, no sentido da defesa da liberdade de imprensa em Angola e, em especial, do caso concreto de um jornalista que está a ser submetido a julgamento

O Sr Presidente — Agradeço que abrevie, Sr Ministro

O Orador — Sr Presidente, vou concluir

Em relação à última pergunta, quanto às sanções à UNITA, o Sr Deputado Durão Barroso extraiu, de um relatório que foi publicado, conclusões que não são objectivas e que são prejudiciais para o bom nome português nesse contexto. Assim, espero que V Ex^a, no quadro parlamentar, através do seu partido, coopere com o Governo, no sentido de fazer com que a cooperação entre o Estado português e a Organização das Nações Unidas, neste campo, seja a mais transparente e a mais rigorosa possível.

Devo também lembrar a V Ex^a, porque o esqueceu, que no início da presidência portuguesa da União Europeia, precisamente a 17 de Janeiro, o Governo português emitiu, em nome da União Europeia, uma declaração sobre Angola, onde, ao mesmo tempo em que se apela à UNITA para que cesse a sua opção pela via armada e cumpra os compromissos de Lusaka transformando-se em partido político civil, se insta o Governo angolano a criar o clima político, social e económico necessário para que a democracia e o Estado de direito vinguem em Angola.

O Sr Presidente — Sr Ministro, peço-lhe que termine, pois já ultrapassou em muito o tempo de que dispunha

O Orador — Tem aqui, Sr Deputado, uma medida exacta de como, nesta matéria, o Governo português tem a coerência que sempre teve.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Diz bem!

O Orador — e a coerência de quem se pode orgulhar não por uma retórica autoglorificadora mas por um conjunto de obras feitas no sentido de melhorar as relações entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa e de fazer bastante mais do que aquilo que V Ex^a deixou por fazer.

Aplausos do PS. de pé

O Sr Presidente — Srs Deputados, antes de prosseguirmos o debate, informo que se encontram a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 45 alunos do Instituto Tecnológico e Profissional de Cantanhede, um grupo de 30 alunos da Escola E B 2, 3 de Manuel da Maia, de Lisboa, um grupo de 15 alunos da Escola Básica 2 de Nuno Alvares, de Arrentela, um grupo de 80 alunos da Escola Edmundo Ferreira, de Matosinhos, um grupo de 36 alunos da Escola E B 2, 3 de Paula Vicente, de Lisboa, e um grupo de 7 jovens do Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária, de Lisboa, além de alguns cidadãos, para quem peço a vossa saudação muito carinhosa.

Aplausos gerais, de pé

Entretanto, o Sr Primeiro-Ministro ausentou-se da Sala

Os tempos que o Sr Deputado Durão Barroso e o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros utilizaram a mais será descontado, naturalmente, no tempo global atribuído às respectivas bancadas

Inscriveram-se para formular pedidos de esclarecimento ao Sr Deputado Durão Barroso, os Srs Deputados Francisco Louçã, Paulo Portas, Francisco de Assis, Telmo Correia, Manuel Alegre e Manuel Queiró

O Sr Durão Barroso (PSD) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito?

O Sr Durão Barroso (PSD) — Para uma interpelação, Sr Presidente

O Sr Presidente — Faça favor

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente da Assembleia da República, esta é uma interpelação que gostaria que ficasse, de facto, registada, com a devida

O Sr Presidente — Fica tudo registado, Sr Deputado

O Orador — Mas V Ex^a sabe muito bem, Sr Presidente da Assembleia, que muitas das interpelações não são verdadeiras interpelações

O Sr Presidente — Espero que a sua seja

O Orador — A minha é uma verdadeira interpelação. Sr Presidente, hoje, temos aqui uma interpelação feita ao Governo de Portugal

O Sr José Magalhães (PS) — Exactamente!

O Orador — Feita por um dos partidos da oposição. Eu próprio dirigi ao Sr Primeiro-Ministro algumas perguntas concretas e directas

O Sr José Magalhães (PS) — Foram respondidas!

O Orador — Perguntas que me parecem ser de interesse nacional relevante, por terem a ver com a política externa do nosso país

Hoje mesmo, o Governo, sabendo que havia aqui, na Assembleia da República, uma interpelação ao Governo que seria feita pelo maior partido da oposição, convocou,

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Para a mesma hora!

O Orador — para a mesma hora, longe de Lisboa, uma cerimónia pública para lançamento, ao que se diz, de um novo aeroporto

O Sr José Magalhães (PS) — Não quer que o Governo governe?

O Orador — Para essa mesma cerimónia pública, o Governo convidou todos os Deputados eleitos pelos círculos

culos eleitorais de Lisboa, de Santarém e de Leiria, de entre os quais me incluo, como Deputado eleito pelo círculo eleitoral de Lisboa, o que quer dizer que, se todos tivessem respondido ao convite do Governo, esta Sala estaria praticamente deserta. Ou seja, o Governo procurou desvalorizar a interpelação que teria lugar na Assembleia da República!

Aplausos do PSD

Pergunto se, numa altura em que ocorre, na Assembleia, uma interpelação ao Governo sobre uma matéria tão relevante, a cujo início o Sr. Primeiro-Ministro assiste, faz sentido que, ao mesmo tempo, num outro local do país, o mesmo Governo, presumivelmente dirigido pelo mesmo Primeiro-Ministro, faça uma cerimónia pública, visando desviar as atenções do País desta Assembleia.

Vozes do PSD. — É verdade!

Protestos do PS

O Orador. — Por outro lado, Sr. Presidente da Assembleia da República, pergunto-lhe:...

O Sr. Presidente. — Sr. Deputado, peço que resuma.

O Orador. — ... não será tempo, em Portugal, na nossa democracia e nesta Assembleia a que V. Ex.^a dignamente preside, de termos o Presidente da Assembleia da República a pedir ao Primeiro-Ministro para estar presente e responder às perguntas aqui feitas pelos líderes dos partidos de oposição e para não ter, em relação ao líder do maior partido da oposição, esta falta de cortesia e de educação democrática, que é ir-se embora antes de responder ao partido de oposição.

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Durão Barroso, a sua interpelação fica registada. O Governo já pediu a palavra para, provavelmente, se pronunciar sobre ela, mas, quanto ao pedido que fez, devo dizer que eu não tenho poderes para determinar quem fala ou não em nome de Governo.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Exactamente!

O Sr. Presidente. — Não tenho poderes para isso

Vozes do PSD — Não é isso que está em causa

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — A questão não é essa!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr. Presidente. — Para que efeito?

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Para uma interpelação à Mesa, Sr Presidente

O Sr. Presidente. — Faça favor

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, quero partir do princípio que o Sr Primeiro-Ministro se ausen-

tou e que, provavelmente, já não voltará a esta Sala durante este debate

O Sr. José Magalhães (PS): — Exactamente!

O Orador. — Se isto for verdade, o Sr Primeiro-Ministro cometeu uma enorme desconsideração para com o Parlamento,...

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP). — Com certeza!

O Orador — ... que é a sede da soberania nacional.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Vozes do PS. — Não é verdade!

O Orador: — Já é difícil trazer o Sr. Primeiro-Ministro à Assembleia da República

Vozes do PSD: — A Portugal!

O Orador: — ... e está a tornar-se praticamente impossível pedir, solicitar e obter do Sr. Primeiro-Ministro que, nesta Câmara, dê a sua opinião, que seja capaz de dar a cara por uma política, em vez de faltar ou de assistir, silenciosamente, e depois sair.

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sr Presidente da Assembleia da República, dir-me á que não tem poder para decidir quem fala em nome do Governo. Não é essa a questão! A questão é que o Sr. Primeiro-Ministro se ausentou, o que é uma forma pouco cortês .

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Claro!

O Orador — ... de tratar a Assembleia da República. O Sr. Engº António Guterres, enquanto líder da oposição, várias vezes se queixou de comportamentos similares por parte de outros Primeiros-Ministros e de outros Governos.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — ... e o Sr Presidente, permita-me que lho diga, não tem o poder de escolher quem deve falar pelo Governo, mas, se me permite, com a amizade que lhe tenho, tem o dever de dizer ao Sr Primeiro-Ministro que devia ter ficado aqui!

Aplausos do CDS-PP e do PSD

O Sr Presidente — Sr. Deputado Paulo Portas, pelos seus actos, não sindicáveis de outra maneira, o Governo responde, politicamente, na altura própria.

Há, no entanto, uma coisa. não posso condicionar a agenda do Sr. Primeiro-Ministro ou a forma como ele a gera. Se a gerir mal e com desrespeito pelo Parlamento, sofrerá as consequências, se o povo assim o entender, mas se o povo entender que a agenda do Sr. Primeiro-Ministro justificava a ausência que agora se verificou. provavelmente, não o sancionará

Entretanto, o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares pediu a palavra para que efeito?

Pausa

Sr Secretário de Estado. não se ouviu o que disse Tem de ligar o microfone

O Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Fausto Correia) — É para dar uma explicação. Sr Presidente

O Sr Presidente — Faça favor

O Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares. — Sr Presidente, quero, em primeiro lugar, informar o Sr. Deputado Durão Barroso de que a cerimónia que estava marcada para a Ota foi desmarcada — e foi desmarcada atempadamente —

Vozes do PSD — É falso!

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Se desistiu do aeroporto é uma boa ideia!

O Orador — e, portanto, não entrou «em competição» com a agenda parlamentar

Em segundo lugar, quero recordar que quem decide quanto aos oradores que intervêm em nome do Governo é o Primeiro-Ministro e o próprio Governo e não a oposição. Esta é uma questão fundamental que tem de ficar resolvida de uma vez por todas não são os senhores que mandam no Governo, é o Governo que manda na sua própria composição e nos seus próprios oradores!

Em terceiro lugar, é preciso reconhecer, aliás, de acordo com as estatísticas que nos são fornecidas, que o actual Primeiro-Ministro, Engenheiro António Guterres, é o que mais vezes tem vindo à Assembleia da República,

Risos do PSD e do CDS-PP

o que mais vezes tem estado na Assembleia da República, em respeito total por este mesmo Parlamento

Protestos do PSD e do CDS-PP e contraprotestos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, peço-vos, mais uma vez, para que façam silêncio!

O Orador — Em quarto lugar, o comportamento do Sr Primeiro-Ministro tem sido inalterado no que diz respeito às interpelações ao Governo agendadas pela Assembleia da República

Na última interpelação ao Governo, agendada a pedido do PCP, o Sr. Primeiro-Ministro esteve presente nesta Sala, juntamente com o Sr Ministro Ferro Rodrigues, e ausentou-se logo após a intervenção inicial deste último

Vozes do PSD e do PCP — Mal!

O Orador — Hoje, fez exactamente o mesmo, tal como tinha feito aquando da interpelação centrada na qualidade do emprego, agendada pelo PCP

Vozes do PSD — Fez mal!

O Orador — Em quinto e último lugar, devo dizer que, hoje mesmo, eu próprio tive oportunidade de, em nome

do Sr Primeiro-Ministro, entregar ao Sr Presidente da Assembleia da República uma carta onde se solicita a marcação, em sede da próxima Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, de um debate sobre o Estado da Nação, a realizar no próximo mês de Maio

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Para uma interpelação à Mesa

O Sr Presidente — Será mesmo?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É mesmo, Sr Presidente!

O Sr Presidente — Então, tem a palavra

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, peço ao Governo que informe a Câmara se, à excepção do debate do Programa do Governo, onde mais faltava que não falasse, à excepção do debate orçamental, onde também mais faltava que não falasse, o Sr Primeiro-Ministro alguma vez mais usou da palavra nesta Câmara, em algum debate político relevante

Vozes do CDS-PP e do PSD — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador — Dou-lhe, ainda, de benefício, a intervenção que aqui fez sobre a presidência portuguesa da União Europeia e, como tal só acontece de seis em seis anos, também mais faltava que não falasse!

Alguma vez este Governo cumpriu a promessa de vir à Assembleia fazer um debate mensal sobre assuntos relevantes de interesse nacional, com a intervenção do Primeiro-Ministro?

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Sr Deputado, como sabe, o que fez não foi uma interpelação

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito?

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, é para dar explicações ao Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares?

O Sr Presidente — Para dar explicações?

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sim, o Sr Secretário de Estado fez a defesa da consideração

O Sr Presidente — Não fez, não!

Vozes do PSD. — Fez, sim!

O Sr Durão Barroso (PSD) — Não?

O Sr Presidente — Não. Sr Deputado

Vozes do PSD e do CDS-PP — Fez! Fez!

O Sr Durão Barroso (PSD) — Então, Sr Presidente, qual foi a figura regimental que ele invocou?

O Sr Presidente — Peço desculpa, mas o Sr Secretário de Estado não pediu a palavra para defesa da consideração da bancada do Governo

Vozes do PSD e do CDS-PP — Pediu, pediu!

O Sr Presidente — Srs Deputados, o que chegou à Mesa foi a indicação de que o Sr Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares pretendia dar uma explicação E foi para este fim que lhe foi dada a palavra, porque a Mesa tem a possibilidade

O Sr Durão Barroso (PSD) — Não foi isso!

O Sr Presidente — Foi, sim, Sr Deputado! Mas vamos tirar dúvidas Sr Secretário de Estado, faça o favor de dizer para que efeito pediu a palavra

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares — Sr Presidente, num primeiro momento, pedi a palavra para a defesa da consideração da bancada Porém, quando o Sr Presidente hesitou em dar-ma, eu disse que pretendia dar uma explicação Foi isto que aconteceu

O Sr. Presidente — Simplesmente, da primeira vez, não se dirigiu à Mesa, com certeza, pois não chegou cá nada!

Protestos do PSD

Peço desculpa, Srs Deputados, mas eu não sou desonesto.

Vozes do PSD e do CDS-PP — Não ouviu!

O Sr. Presidente — nem faço afirmações de que não esteja convicto Por isso, peço aos Srs Secretários da Mesa que façam o favor de confirmar que à Mesa nada chegou em matéria de pedido de defesa da honra por parte do Sr Secretário de Estado

O Sr Durão Barroso (PSD) — Chegou, sim, Sr Presidente!

O Sr Presidente — Não chegou, Srs Deputados! Façam o favor de não baralhar as coisas, nem queiram tirar partido de situações que não existem!

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente,

O Sr Presidente — Não proteste, Sr Deputado Guilherme Silva! Não chegou nada à Mesa!

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, .

O Sr Presidente — Sr Deputado Guilherme Silva, se continua a pôr isso em dúvida, tenho de colocar em dúvida a honestidade com que o senhor está a protestar! Peço desculpa, mas não pode ser!

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, estou a tentar pedir para usar da palavra

O Sr Presidente — Lamento muito, mas não ponham em dúvida as afirmações da Mesa! Se quiserem, recorram e votar-se-á! Mas não ponham em dúvida as afirmações feitas pelo Presidente em representação da Mesa!

O Sr Deputado deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Para interpelar a Mesa, Sr Presidente

O Sr Presidente — Faça favor

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Sr Presidente, ninguém põe em dúvida, como é óbvio, a palavra de V Ex.^a

O Sr Presidente — Peço desculpa, mas é o que estão a fazer!

Vozes do PSD — Não, não!

Vozes do CDS-PP — Não é isso!

O Orador — Não é isso, Sr. Presidente!

V Ex^a ouviu a confirmação do Sr Secretário de Estado de que, num primeiro momento, tinha pedido a palavra para defesa da consideração da bancada do Governo, mas, como tinha o microfone desligado, talvez por isso VV Ex.^{as}, na Mesa, não ouviram, .

O Sr Presidente — Então, pronto, Sr Deputado!

O Orador — tendo acrescentado que iria dar uma explicação Porém, dirigiu-se ao Sr Deputado Durão Barroso ao abrigo da figura regimental da defesa da consideração .

O Sr Presidente — Então, se o Sr Deputado .

O Orador — Assim, regimentalmente, caberia ao Sr Deputado Durão Barroso dar as explicações

O Sr Presidente — Muito bem, Sr Deputado Mas .

O Orador — No entanto, admito perfeitamente que nem o Sr Presidente nem os membros da Mesa tenham ouvido, mas a realidade foi esta que acabo de descrever

O Sr Presidente — Peço desculpa, mas parece que o Sr Deputado sabe o que a Mesa não sabe

O Orador — Sr Presidente, nada mais sei para além do que disse o Sr Secretário de Estado!

O Sr Presidente — Sr Deputado Guilherme Silva, agora, falo eu!

Ao que parece, e o Sr Deputado informa, o Sr Secretário de Estado invocou a figura regimental da defesa da consideração numa altura em que tinha o micro-

fone desligado Não se ouve nada aqui, na Mesa, Sr. Deputado!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Está certo, Sr Presidente!

O Sr. Presidente — O senhor acaba de confirmar o que eu estava a dizer! Não chegou cá qualquer informação nesse sentido!

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Está certo, Sr Presidente

O Sr Presidente — Desde que admitam isto, está tudo certo!

O Sr Deputado Durão Barroso pretende, então, usar da palavra para dar explicações?

O Sr Durão Barroso (PSD). — Sim, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, admitiu, pois, que tinha havido uma convocatória para uma cerimónia a realizar hoje mesmo, para anunciar um novo aeroporto, embora tenha dito, depois, que tal convite não veio a ter sequência, ou seja, que a cerimónia foi desmarcada. De qualquer forma, foi desmarcada tarde e a más horas. Ora, do ponto de vista do funcionamento do Governo e da relação deste com a Assembleia da República, considero que é incorrecto marcar-se a realização de uma cerimónia pública desse teor para a mesma hora desta interrogação ao Governo, convocando para a cerimónia um tão grande número de Deputados desta Assembleia.

Quanto à presença do Sr Primeiro-Ministro, quero dizer ao Sr Secretário de Estado que, na história de Portugal, o actual Primeiro-Ministro é, sem dúvida, o que mais vezes entra e sai desta Assembleia. Mas entra mudo e sai calado, ouve as perguntas mas não lhes dá resposta. Até agora, durante a actual Legislatura, ainda não houve um único debate mensal com o Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Por isso, eu gostava era que o Governo tivesse uma outra posição em relação à Assembleia da República e se o Primeiro-Ministro nos dá o prazer de o vermos na Assembleia, que nos dê, também, o prazer de o ouvirmos nesta Assembleia. É isso que exigimos ao Primeiro-Ministro de Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP

O Sr Presidente — Tem, agora, a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã, para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Durão Barroso.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr Deputado Durão Barroso, não é fácil perceber a táctica política do PSD neste debate.

O Sr José Magalhães (PS) — Isso é verdade!

O Orador — Porque comprehende-se que proteste contra uma desvalorização do debate, mas certo é, Sr Deputado,

tado, que o PSD tem militado arduamente para a desvalorização do mesmo.

Começou por interpelar o Sr Presidente da Assembleia da República e por fazer disso um dos centros da sua polémica. Depois, perdeu mais tempo em interpelações e em incidentes processuais do que em argumentação sobre o fundo da questão. Quem tivesse entrado aqui, há meia hora, dificilmente perceberia o que se está a discutir, quais são os objectivos e o que se pretende esclarecer.

Considerando o amor que a direita tem ao mercado livre não regulado e o prazer que alguns dos seus dirigentes têm pelo espectáculo livre não regulado, até me pergunto se, na próxima revisão do Regimento, não haverá quem, dessas bancadas, venha propor que possa vender-se bilhetes para assistir ao espectáculo ali, nas galerias.

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Que disparate!

O Orador. — Disse-nos, Sr Deputado, que passou horas a convencer o Governo angolano a abandonar a palavra «popular» na designação do país, o que é, sem dúvida, uma notícia importante para as vicissitudes da vida diplomática do nosso país. Melhor seria, Sr Deputado, que tivesse passado alguns meses, ou semanas, a combater o populismo no seu próprio partido.

Repare, Sr Deputado

Fez uma crítica segundo a qual haveria dois pesos e duas medidas na política em relação à Áustria e em relação a Angola. Essa é uma acusação que merece reflexão.

No entanto, não nos disse que a posição do seu partido e a sua própria, pese embora críticas que fez à coligação com a extrema-direita, foi a de se opor, ao contrário do seu homólogo, Aznar, a qualquer crítica com conteúdo institucional em relação ao partido que promovia essa coligação com a extrema-direita, na Áustria. Por isso, teve um comportamento diferente, no Parlamento Europeu, do daqueles Deputados que aí representam o partido espanhol.

Para poder evocar dois pesos e duas medidas teria de dar prova de coerência contraditória com esses dois pesos e essas duas medidas, mas prova de incoerência é o que aqui foi dado.

Como sabe, Sr Deputado, o Bloco de Esquerda tem defendido uma posição sobre Angola e, nos múltiplos incidentes que mereceram reflexão e posição desta Câmara — na questão Rafael Marques, na questão da prisão de manifestantes como Filomeno Vieira Lopes, na questão Soares, na questão das pessoas que foram recambiadas, no aeroporto de Luanda —, sucessivamente suscitou discussão e deliberação. E fizemo-lo obedecendo a critérios fundamentais.

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Retiraram o voto!

O Orador — Nunca retirámos voto nenhum!

Srs Deputados, tenham calma! Não estamos numa feira! Tenham um pouco de compostura.

Risos do PS

Protestos do CDS-PP

Como dizia, defendemos aquela posição, defendendo princípios que são estes: condenação da UNITA na sequên-

cia da atitude que bem tomou a ONU, defesa do respeito por um Estado independente, que é o Estado de Angola, defesa dos direitos democráticos, em Angola como na Chechénia. Em qualquer caso, porque nos parece que esses devem ser os princípios de partida da nossa política internacional.

Creio, Sr Deputado, que sobre isto merece e precisa esta Câmara de ter um debate. Sobre interpelações ao Presidente da Assembleia, sobre múltiplos processos de intenção ou sobre pequenos incidentes processuais, disso não rezará nenhuma história, Sr Deputado

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso, para responder.

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr. Presidente, Sr Deputado Francisco Louçã, a interpelação que fazemos ao Governo é sobre política externa e sobre as relações com Angola, não é sobre a táctica do PSD

O Sr. Deputado Francisco Louçã veio dizer-me o que devia ser a táctica do PSD ou o que eu deveria fazer no âmbito do populismo, mas, francamente, esse não é o assunto que me preocupa

O assunto que me preocupa, neste caso concreto, é o das relações com Angola, com África, e o de saber se o actual Governo português está ou não a manter essas relações de acordo com o interesse nacional, no plano dos princípios e, também, se consegue ou não afirmar a defesa dos direitos humanos. Esta é que é a questão

Portanto, a única questão de substância que o Sr Deputado Francisco Louçã colocou foi relativamente aos direitos humanos

No que diz respeito aos direitos humanos, a minha posição é a seguinte: nós devemos manter e aprofundar um relacionamento positivo com os países de expressão oficial portuguesa, mesmo quando eles não são democracias como entendemos que deveriam ser, mas em caso algum devemos ter uma posição de transigência em relação aos direitos humanos

Até hoje, não ouvi, da parte do Governo português, uma crítica formal ao que se tem passado em Angola em matéria de violação dos direitos humanos. O Partido Socialista faz algumas críticas, mas o Governo refugia-se na posição de Estado

O que se passa em Portugal é, essencialmente, isto. o Partido Socialista tem duas políticas para Angola, o que dá como resultado que o Governo não tem política nenhuma

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — O Partido Socialista diz uma coisa e o seu contrário alguns dos seus mais importantes responsáveis defendem o Governo angolano, outros apoiam a UNITA, contrariando tudo o que é a política das Nações Unidas e a política que Portugal votou na própria ONU. Como resultado, o Governo fica paralizado

A política que defendo é diferente. É uma política de relação Estado a Estado. Mas, precisamente por ser uma política que respeita a independência e a soberania de Angola, contém em si a base e o fundamento para ser intransigente quando se trata da defesa dos direitos humanos, nomeadamente quando foi o caso recente de Rafael Marques e o caso de atentados à liberdade de opinião e à liberdade de expressão em Angola.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador: — A esse respeito, queremos reafirmar que nada deve inibir o Governo português no que diz respeito à prossecução, consequente e determinada, da defesa dos direitos humanos na Rússia, na Chechénia, em Angola, em Cuba. É por isso que eu não comprehendo como é que o Governo, que é tão rápido a criticar o Governo austriaco, que não fez nada contra os direitos humanos corre atrás do ditador Fidel Castro e corre atrás de tantos ditadores que andam por esse mundo fora

Aplausos do PSD

O Sr Presidente. — Srs. Deputados, informo que se encontra na galeria dos diplomatas uma delegação da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento da Letónia, para quem peço uma saudação muito calorosa

Aplausos gerais, de pé

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr. Deputado Durão Barroso, nesta Câmara, existem basicamente três posições sobre a questão angolana

A primeira é a do Partido Comunista, que mantém a doce ilusão de que o MPLA é um partido marxista-leninista, quando já só lhe falta ter cotação na bolsa de Nova Iorque. Um dia perceberão que o MPLA é uma mistura de disciplina comunista com neocapitalismo selvagem e de Estado, praticado à custa dos milhões de pessoas que, em Angola, sofrem como têm sofrido

A segunda posição é aquela que, na minha presidência, tem feito alinhar o CDS-Partido Popular exclusivamente pela posição da Conferência Episcopal de Angola

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador. — O que os bispos católicos de Angola afirmam é, para nós, respeitável e é, para nós, a indicação do caminho a seguir. Ou seja, paz, reconciliação, desenvolvimento. E concluem, sabiamente, que não há bons nem maus, e desaconselham, evidentemente, a solução militar.

Depois, existe a posição do «Bloco Central pró-MPLA», nesta Câmara.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Vamos ter a enorme franqueza de reconhecer que VV. Ex. as podem ofender-se uns aos outros, mas defendem exactamente a mesma política para Angola. Ou seja, acreditam que há uma solução militar, e praticam, ambos, uma política de favorecimento do MPLA

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Acreditam que a posição portuguesa deve favorecer a solução militar e, por via da doutrina das relações Estado a Estado, facção a facção ou pessoa a pessoa, que é aquilo em que agora estão, favorecer o actual poder político em Luanda

O Sr. José Magalhães (PS) — Caricatura!

O Orador — Essa posição do Bloco Central torna esta interpelação não uma interpelação ao Governo, mas uma interpelação à consciência de todos vós, os que defendem a doutrina pró-MPLA como doutrina da política externa sobre Angola em Portugal, os socialistas agora, tal e qual os sociais-democratas, antes.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador: — Uma e uma só política

Eu diria, aliás, que a única diferença entre o Engº António Guterres e o Dr. Durão Barroso em relação a Angola é muito simples: o Dr Durão Barroso é o maior amigo do MPLA em Portugal; o Engº António Guterres é o maior amigo do MPLA na Europa

Aplausos do CDS-PP.

É uma pura diferença de escala, é uma pura diferença de intensidade, mas o caminho é o mesmo e o rumo não difere.

Aliás, creio que foi no vosso fogoso tempo que as autoridades portuguesas, ou melhor, o Governo de Portugal, chegou a participar, de cachecol posto, num comício do MPLA. E já foi no tempo do calmo e inexcedível Dr Jaime Gama que o MPLA, certamente por ser um partido democrático, ascendeu à condição de observador da Internacional Socialista, a que VV Ex.^{as} presidem tão generosamente.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Penso que, basicamente, o PSD, na linha do Dr Durão Barroso, sempre foi favorável ao MPLA. Talvez eu possa dizer que há uma diferença: o Dr Jaime Gama, que já teve posições mais isentas, hoje em dia, é claramente favorável ao Partido do Trabalho. Mas entre o MPLA e o Partido do Trabalho, como sabem, há uma só política.

O Sr Presidente — Sr Deputado, faça favor de terminar

O Orador — De modo que terminaria, Sr Presidente, perguntando ao Dr. Durão Barroso o seguinte, porque é importante para que os portugueses percebam o fundo da questão. O Dr Durão Barroso disse, no dia 12 de Julho de 1999, que, e passo a citar, «a curto e médio prazo não é possível uma solução negociada para a guerra em Angola».

Sr. Deputado Durão Barroso, seis meses depois mantém ou mudou de opinião? Se mantém, isso significa que aceita a solução militar. Se mantém, então considera que, de um lado, estão os bons e, do outro, estão os maus, e ainda considera, que é espantoso ao fim de 25 anos, que, um dia, haverá vencedores definitivos e não apenas vencidos provisórios, que é a história da guerra

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador: — Em consequência, V Ex^a entende que a posição portuguesa deverá alinhar com uma devastadora guerra causadora de fome, de mortandade, de sofrimento,

de vilas, cidades e aldeias de Angola completamente destruídas, de famílias desunidas e, sobretudo, de uma infinidade de sangue e de morte que nós não podemos aceitar

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, tem de terminar

O Orador — Só mais uma coisa, Sr Presidente
A paz pode ser difícil, mas nunca se deve desistir de a procurar, e essa é a diferença entre a nossa posição e a vossa

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Presidente — Os Srs Deputados têm de fazer o favor de respeitar espontaneamente os tempos de que dispõem, sem me obrigarem a lembrar que terminou o tempo.

Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, o Sr. Deputado Paulo Portas colocou-me uma questão que me permite explicar mais detalhadamente as diferenças que há nesta Câmara em relação à questão angolana e como é que, a meu ver, Portugal deve seguir a política em relação a Angola.

Na realidade, a melhor forma de entendermos que política seguir em relação a Angola é, talvez, começar por aquela que não devemos seguir

Tem havido duas posições extremas relativamente a Angola que não devemos seguir: uma, é a posição identificada com certa esquerda, de total colagem ao MPLA e ao regime angolano. Foi a política que identificou o MPLA como o único movimento de libertação de Angola, o único com legitimidade, e que levou à colagem absoluta de alguns sectores da esquerda portuguesa àquele movimento marxista-leninista, entretanto reestruturado. Esta é uma posição que devemos evitar.

A outra posição, que também devemos evitar, é a de uma direita ressentida, magoada, uma direita que, na prática, não esconde o ressentimento com a independência de Angola e que sempre apoiou de forma mais ou menos clara a UNITA contra o governo reconhecido por Portugal e pela comunidade internacional.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Uma direita ressentida? Ó Sr Deputado!

O Orador — Se nós seguíssemos a política defendida por essa direita, teríamos perdido todas as possibilidades de um papel construtivo em Angola, em nome do interesse de Portugal, e nunca teríamos desempenhado, nem vindo a desempenhar, qualquer papel a favor da paz em Angola.

Aplausos do PSD

Portanto, a política a seguir em relação a Angola não pode ser nem a política pró-MPLA de uma certa esquerda, nem a política pró-UNITA de uma certa direita. Tem que ser, pois, uma política de equilíbrio. Mas qual equilíbrio?

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Deslizante!

O Orador — Essa é que é a grande questão
O Partido Socialista tentou, e tenta, fazer esse equilíbrio, mas incorporando duas políticas contraditórias

Vozes do PSD — Exactamente!

O Orador — É esse o preço da ambiguidade e por isso o Partido Socialista tem personalidades que defendem activamente o MPLA e tem grandes personalidades, talvez as maiores, que nunca esconderam o apoio, a simpatia, o carinho pela UNITA e pelo Dr Jonas Savimbi

Como resultado dessa política incoerente, o actual Governo não tem uma política e consegue ser humilhado pelo Governo do MPLA, ao mesmo tempo que é acusado pelo PP de ser amigo do Governo do MPLA.

Ou seja, o actual Governo conseguiu o pior de dois mundos, que é conseguir ser contra todos ao mesmo tempo, não tendo qualquer mérito da política de aproximação e de aprofundamento da relação com Angola

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Qual é a nossa política? Qual é a política que o PSD defende? Nós defendemos que não devemos, em caso algum, apoiar o movimento rebelde que procura, pelas armas, destruir o Governo de Angola. Essa é a nossa diferença!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — «Bandidos armados»!

O Orador — Nós estamos de acordo com todas as resoluções das Nações Unidas, todas votadas por Portugal, que condenam o movimento rebelde que procura, pela violência, derrotar e fazer cair o Governo de Angola

O Sr Presidente — Agradeço que abrevie, Sr Deputado, porque terminou o tempo de que dispunha

O Orador — Terminei já, Sr Presidente!

Precisamente porque respeitamos o Governo que Portugal reconheceu e que a comunidade internacional reconhece é que temos, depois, autoridade e legitimidade para criticar quando há violações de direitos humanos

Por isso, connosco nunca haveria a falta de consideração que tem havido com este Governo socialista e connosco, se tivesse havido ofensas ao Dr Mário Soares, nós tínhamos reagido de outra maneira, porque para nós, acima de tudo, está o interesse nacional, está a defesa da honra de Portugal. Essa é a diferença entre o PSD e o PS

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Srs. Deputados, mais uma vez, peço para, quando estiverem no uso da palavra, olharem de vez em quando para o painel, a fim de controlarem os tempos

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da bancada.

O Sr Presidente — Faça favor.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados, certamente, o Sr Dr. Durão Barroso esta-

va a falar numa direta ressentida quando se dirigia àqueles que, no seu partido, têm apoiado a UNITA

Vozes do CDS-PP — Claramente!

O Orador — Em todo o caso, também lhe quero dizer que a sua intervenção acaba por revelar, se calhar, de forma não voluntária, que o senhor jamais conseguirá voltar a procurar e a encontrar a paz em Angola

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Isto porque V Ex^a tem esta posição, em Angola, há duas partes em guerra — o exército do MPLA e o exército da UNITA. E acrescenta que jamais poderá ter contactos com aquilo a que agora chamou «movimentos rebeldes armados» e que, em tempo de Ministro, chamou, tanto quanto me lembro, «bandidos armados». O que significa que V Ex^a entende que a procura da paz se faz com uma das partes, mas não implica o consenso com a outra parte

Ora, é aí que está o erro de fundo da sua política, como da política do Dr Jaime Gama

Jamais será possível fazer a paz em Angola sem incentivar o consenso e a pacificação entre o MPLA e a UNITA

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — É por isso que a verdadeira política externa portuguesa sobre Angola não pode depender nem do MPLA nem da UNITA, para ser isenta e ser ouvida por ambas as partes

Aplausos do CDS-PP

Sr. Deputado Durão Barroso, essa defesa da solução militar que acaba de fazer não resulta, porque, se não fala com as duas partes, jamais conseguirá a paz

Vozes do CDS-PP — Lógico!

O Orador — Ou, então, tem de confessar que está à procura da paz através de uma vitória na guerra, porque foi aquilo que aqui disse, sem o expressar em termos exactos

Se não procura a paz entre os dois, está à espera que um deles vença a guerra e está à espera que o MPLA vença a guerra, porque foi o partido que o senhor sempre apoiou

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Lembro-lhe apenas o que dizem os bispos de Angola, que de Angola sabem, com certeza, mais do que qualquer um de nós, do que V Ex^a, do que eu, do que o Sr Ministro Jaime Gama ou do que o Sr Primeiro-Ministro, que entretanto se foi embora

Dizem os bispos de Angola. «A Igreja insiste que, se não houve possibilidade de evitar o começo da guerra, seja agora procurada a possibilidade urgente de lhe pôr fim. São tais os sofrimentos causados ao povo pelas atrocidades desta guerra que nenhuma consciência recta os pode aceitar. Aceitar a solução militar é contribuir para este sofrimento»

Aplausos do CDS-PP

Mas os bispos de Angola dizem mais, e temos de os ouvir. «O que recentemente» — neste novo surto de guerra — «se tem passado, e até além fronteiras, outra coisa não é se não o retrato trágico de centenas de angolanos de todas as idades, desde velhinhos de bastão a crianças de colo, uns fuzilados, outros queimados vivos, ora por terem atravessado a fronteira à procura de segurança, ora por terem sido encontrados na zona ocupada pelo outro beligerante, que estão a sofrer»

É isto que significa a defesa da solução militar em Angola. É a continuação disto!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, estivemos perante mais um expediente processual para ter algum tempo de intervenção, de qualquer forma, vou dizer alguma coisa ao Sr. Deputado Paulo Portas

Sr. Deputado, se alguém tem alguma legitimidade para dizer que lutou — talvez cometendo erros, mas fazendo o seu melhor —, horas e horas, dias e dias, semanas e semanas, meses e meses, pela paz em Angola, desculpe, fui eu

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — Perdi horas, semanas, meses, a falar com o Governo angolano, a falar com a UNITA, a pedir ao Governo angolano para aceitar o próprio princípio de falar com a UNITA

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Portanto, não posso aceitar de ninguém, e muito menos de si, Sr. Deputado Paulo Portas, qualquer lição em termos de dedicação à paz e ao esforço pela paz em Angola. Não posso aceitar isso!

Aplausos do PSD.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Foi um falhanço total!

O Orador — Aquilo que defendemos quando éramos governo e aquilo que defendemos hoje, enquanto oposição, é a paz para Angola

Posso subscrever, na íntegra, a declaração dos bispos de Angola!

Vozes do CDS-PP — Ah!

O Orador — Não tenho rigorosamente nada contra essa declaração. Mas isso é diferente de dizer que Portugal, como se refere na resolução das Nações Unidas, aprovada por unanimidade, é um país-chave em termos de mobilização política, comercial e logística para um determinado movimento que se opõe aos acordos de paz que foram assinados aqui, em Portugal. Essa é que é a grande questão!

Podemos falar com todos em Angola, mas não podemos aceitar, nem pode o Estado português, em caso al-

gum, confundir-se com um movimento que procura deitar a baixo, pela força, um governo que Portugal reconhece internacionalmente. Essa é a questão!

Falar? Com certeza, podemos falar! Desenvolver esforços para a paz? Com certeza! Mas há aqui uma grande e notória diferença a diferença que separa aqueles que verdadeiramente querem a paz daqueles que procuram a guerra, apoiando um movimento que está condenado internacionalmente pelas Nações Unidas e que merece, também, a repulsa de Portugal

Protestos do CDS-PP

O Orador — Sr Presidente e Srs Deputados, em Angola ninguém está livre de responsabilidades, mas, da parte de Portugal, seria um grave erro estar a tentar pôr todos no mesmo plano e com a mesma responsabilidade. Assim, Portugal não iria a lado algum!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Quem é que tem responsabilidade?

O Orador — Hoje, há uma condenação unânime da parte da comunidade internacional em relação àqueles que violaram os acordos de paz

Protestos do CDS-PP

É por isso que nós, Partido Social Democrata, que não temos lições a receber de ninguém em matéria de esforço pela paz em Angola, defendemos que é necessário investir a sério na paz, mas para tal não podemos confundir a nossa dedicação à causa da paz com o apoio a um qualquer movimento que, até hoje, não deu provas de querer verdadeiramente essa paz

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr Francisco de Assis (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Durão Barroso, na intervenção inicial, V Ex^a reduziu a interpelação sobre a política externa portuguesa referente aos PALOP e, em particular, a Angola a uma espécie de «teste americano com resposta anexa» dirigido ao Governo, precedida de um agravo inaceitável ao Presidente da Assembleia da República e da formulação de uma série de considerações que, no essencial, visam o seguinte reescrever a história;

O Sr José Magalhães (PS) — Exacto!

O Orador — . . falsificar dados fundamentais do presente e introduzir, permanentemente, previsões catastrofistas em relação ao futuro

Reescrever a história num sentido de autoglorificação, aspecto que já foi referenciado pelo Sr. Ministro Jaime Gama e que até, num assomo de cándida megalomania, o levou, a dado passo, a afirmar que os Acordos de Bicesse tinham contribuído para a paz em Angola

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Foram um falhanço total!

O Orador — Falsificando o presente, imputando ao PS e ao Governo responsabilidades que, obviamente, não têm e esquivando-se a reconhecer a actuação altamente positiva levada a cabo por este Governo no sentido de melhorar, nos planos comercial, económico, político e cultural, o relacionamento com o conjunto dos países de expressão oficial portuguesa

Projectando no futuro sempre as mesmas previsões catastrofistas, o que demonstra que até aí, quando desempenhou funções de tão alta responsabilidade, como Ministro dos Negócios Estrangeiros deste país. V Ex^a se deixou dominar pela mais absoluta indigência doutrinária

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — E nós compreendemos porquê! Porque, no essencial, V Ex^a não pode deixar de estar de acordo com aquela que tem sido a actuação do Governo e com aquela que é hoje a política externa seguida pelo Governo português em relação aos países africanos

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Claro!

O Orador — Não pode deixar de estar de acordo! E, quanto ao resto, perde-se em *fauts divers*, no vazio e na incapacidade total de reconhecer que há uma enorme diferença na governação actual que a separa da governação anterior. É que esta governação, para além de proclamar objectivos, concretiza esses mesmos objectivos.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — para além de proclamar enfaticamente o objectivo de melhorar as relações de Portugal com os países africanos de expressão portuguesa, tem dado contributos concretos, práticos, empiricamente verificáveis para que essas relações sejam cada vez mais próximas

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Por exemplo?

O Orador — Aliás, não deixa de ser curioso que o Governo acabe por ser atacado por alguns sectores da sociedade política portuguesa pela circunstância de ter melhorado as relações diplomáticas com os países africanos de expressão portuguesa, aspecto que deveria merecer o reconhecimento de toda a Câmara e, contudo, parece suscitar a oposição de alguns sectores políticos nacionais

O Governo tem uma posição muito clara, posição essa que foi claramente assumida pelo Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros na intervenção que proferiu

V Ex^a, Sr Deputado Durão Barroso, uma vez mais, desiludi a Câmara e, seguramente, desiludi o País. Não foi capaz de apresentar uma linha alternativa de política externa, não foi capaz de enunciar um único princípio essencial, matricial diferente daquela que tem sido a actuação do Governo e não foi capaz de reconhecer o óbvio, o evidente, que este Governo foi capaz de concretizar objectivos que V Ex^a também almejava concretizar, e tudo fez para que assim fosse — e a demonstração disso é que, até na véspera de sair, criou algumas coisas no papel! E este Governo foi capaz de concretizar o que V Ex^a almejava concretizar, mas, por razões diversas, não foi capaz de fazer

O Sr José Junqueiro (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador — Vou concluir, Sr Presidente

Não posso deixar de referir que não deixa de ser curioso que, numa espécie de operação de «branqueamento» político do Sr Haider, o Sr Deputado Durão Barroso tenha iniciado e terminado a sua intervenção fazendo referências à questão do Governo austriaco, referências que não podemos deixar de interpretar como sendo, de facto, uma operação de «branqueamento» político do Sr Haider, o que, de resto, até o afasta de muitos dos seus congéneres da direita democrática europeia, que, felizmente, têm um mais apurado sentido civilizacional do que o actual PSD

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, o Sr Deputado Francisco Assis, de forma sistemática, diz o mesmo independentemente do que eu diga antes. E sempre a mesma coisa!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — É a *cassette*!

O Orador — Em relação às alternativas, tive oportunidade de as expor não apenas hoje mas noutras ocasiões

Entendo que, quando o prestígio de Portugal é «beliscado», o Governo português deve reagir. E vou dizer-lhe qual era a alternativa, Sr Deputado quando o Governo sul-africano expulsou o embaixador português em Pretória, durante o primeiro governo do Engenheiro António Guterres, a alternativa à sua política era fazer exactamente o mesmo, ou seja, expulsar o embaixador sul-africano em Lisboa. Esta era a política alternativa!

Aplausos do PSD

Protestos do PS

Quando membros do Governo angolano insultaram uma figura como a do Dr Mário Soares, apesar de o Dr Mário Soares não ter tido para com o governo do PSD a atitude que nós queremos ter para com ele, pensamos que o Governo português devia ter exigido, publicamente, explicações ao Governo angolano ou, pelo menos, ter chamado para consultas o embaixador português em Luanda ou, então, ter chamado às Necessidades o encarregado de negócios angolano em Lisboa

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O Governo não fez isso. O Governo não foi capaz de tomar uma atitude de mímina dignidade!

Aplausos do PSD

São estas, portanto, as políticas alternativas

Na intervenção inicial, tive ocasião de dizer que quero acreditar que, quanto aos objectivos, os nossos propósitos são, no essencial, os mesmos das diferentes forças políti-

cas, ou seja, penso que todos nós queremos que haja boas relações com Angola, com os países africanos de língua portuguesa, todos nós prezamos a lusofonia. Mas — atenção! — em que termos o fazemos? Aceitamos, por causa de boas relações com Angola, ser humilhados?! A resposta do PSD é «não, não aceitamos»

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador. — Aceitamos, por causa de boas relações com África, a expulsão do nosso embaixador da África do Sul? A resposta do PSD é «não, não aceitamos»

O Sr. António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador. — Aceitamos, por causa de boas relações com África, silenciar a nossa crítica em matéria de direitos humanos quando são violados os direitos à liberdade de expressão dos jornalistas angolanos? A resposta do PSD é «não, não aceitamos». Esta é a nossa diferença.

Entendemos que é possível ter uma política de Estado e, ao mesmo tempo, uma política de defesa intransigente do interesse nacional e uma política intransigente de defesa dos direitos humanos

São estas, no essencial, as nossas diferenças

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Durão Barroso, devo começar por dizer que o ouço sempre com atenção e consideração, mas de cada vez que o ouço — e o debate que acabou de travar com o Presidente do meu partido é disso exemplo claro — fico, de facto, preocupado com o futuro do centro-direita em Portugal.

Em primeiro lugar, neste pequeno debate que travou com o Presidente do meu partido, ficou claro que V. Ex.^a nunca conseguirá defender a paz em Angola, porque, efectivamente, o que acabou de confirmar é que só pode falar com um dos lados, porque o outro lado classifica de «rebeldes» ou, na velha expressão, de «bandidos armados».

Ora, se há uma guerra, se há um conflito, se há duas partes armadas, e fortemente armadas, só com os dois é que essa paz será alguma vez possível

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador. — Em segundo lugar, queria dizer que V. Ex.^a se referiu, e bem, no seu discurso, ao silêncio tumular do Sr. Primeiro-Ministro. Mas não é apenas o silêncio tumular do Sr. Primeiro-Ministro que é grave nesta matéria, há outros silêncios — e alguns silêncios seus — igualmente graves. Refiro-me à questão concreta dos visitos de entrada em Angola de cidadãos portugueses

Na sequência de uma crise de falta de firmeza sucessiva da nossa política externa, designadamente em relação a Angola, o Governo angolano, após o «episódio Soares», impediu a entrada de cidadãos portugueses em Angola. V. Ex.^a sabe, ou deveria saber, até pelas funções que desempenhou e pelas qualificações elevadas que tem na área da Ciência Política, que o normal, o mínimo ético em política externa é exercer o princípio da reciprocidade

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Como é possível que V. Ex.^a, quando cidadãos portugueses foram impedidos de entrar em Angola — primeiro, foram 12 e depois 15, ficando à porta da fronteira angolana —, primeiro, não tenha dito nada, fazendo uso de algum silêncio tumular, e, por fim, quando veio falar sobre essa matéria, tenha dito, falando em racismo — qual racismo?, qual xenofobia? —, que o problema era, sobretudo, dos cidadãos angolanos, tal como hoje repetiu da tribuna, esquecendo os cidadãos portugueses. Não é compreensível, Sr. Deputado!

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador. — Quando ouvi essa sua afirmação, fez-me lembrar um outro Deputado de uma outra bancada. Se essa afirmação tivesse vindo do Sr. Deputado Francisco Louçã, eu não teria ficado admirado. É habitual, é costume! Sr. Deputado Francisco Louçã que, de resto, hoje em dia, deixou de gostar de espectáculo, ainda que sempre que haja «carnaval» na rua .

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Nas feiras!

O Orador. — ... ele seja o primeiro a chegar!

Todavia, tal afirmação, vinda de si, Sr. Deputado Durão Barroso, pareceu-me perfeitamente surpreendente e de todo incompreensível. O Sr. Deputado devia ter estado do lado dos cidadãos portugueses, e não venha dizer que se tratava de cooperação militar, porque isso seria, autenticamente, «matar moscas de carabina»!

O princípio aplicável era o da reciprocidade, o da defesa dos portugueses. Era isso que nos era exigido e era por aí que o Sr. Deputado deveria ter ido, era por aí que devia ter ido o líder daquele que diz ser o maior partido do centro-direita. O Sr. Deputado diz o maior, nós gos-tamos de dizer o melhor, referindo-nos ao nosso!

O Sr. Presidente — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador. — Vou terminar, Sr. Presidente, com esta pequena pergunta directa ao Sr. Deputado Durão Barroso da tribuna, o Sr. Deputado referiu, e bem, que não é aceitável que o Estado português «corra em abraços» ao ditador Fidel Castro. Estamos plenamente de acordo, mas, Sr. Deputado, o tal presidente que o senhor costuma qualificar como Zé, que não é o Zé da AD, mas o José Eduardo dos Santos, não é também um ditador? Não é um ditador igual ou pior que Fidel Castro? Onde é que está a diferença? E quem é que tem duas políticas em relação a esta matéria?

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, começou por fazer algumas observações de natureza política interna e eu não resisto a responder ao que disse sobre a unidade do centro-direita

O que é curioso, desse ponto de vista, para quem observar este debate, é que estamos perante uma interpelação da oposição ao Governo e aquele partido da direita,

em vez de interpelar o Governo, passa a vida a interpelar o maior partido da oposição!

Aplausos do PSD

Protestos do CDS-PP

Se é assim que os senhores querem promover a unidade do centro-direita, digo-vos que esse não é o caminho

Ao mesmo tempo, penso que seria bom que o PP visse algumas das suas posições do ponto de vista da política externa.

Vozes do CDS-PP — Ah, pois!

O Orador. — O PP já começou a rever algumas posições Em matéria europeia, tinha uma posição extremamente negativa, que levou, aliás, o PP a ser expulso da família democrata-cristã, e tem vindo a rever essa posição Ainda há dias, na comemoração do aniversário do 25 de Abril, o Deputado Basílio Horta lembrou, e bem, a vocação europeia do velho CDS, que tanto apreciávamos A verdade é que, embora esteja ainda muito longe das posições federalistas do seu fundador, Diogo Freitas do Amaral, o PP está hoje mais moderado na questão europeia Mais tarde ou mais cedo, vai ter de se moderar também na questão africana e compreender que não pode colar-se desta forma ostensiva relativamente à UNITA

O Sr Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — Mas quem é que faz isso?

O Orador — A UNITA é hoje um movimento excluído por toda a comunidade internacional! Defendemos o diálogo com todas as partes, mas a colagem de certo sector da direita portuguesa à UNITA retiram-lhe credibilidade como eventual parceiro de governo em Portugal

O Sr Deputado Telmo Correia falou nas «moscas de carabina» e eu lembrei-me de uma novela de um escritor argentino naturalizado francês chamada precisamente *As Moscas* Recordo-me muitas vezes desta novela quando vejo a posição do PP Havia uma mosca que, ao contrário das outras, em vez de voar com as patas para baixo como as outras, voava sempre com as patas para cima Essa mosca sustentava a ideia de que as outras é que estavam todas erradas e que ela é que estava bem, com as patas viradas para cima, porque utilizava muitas vezes o tecto

O Sr José Magalhães (PS) — Esta história é gira! Isto é uma interpelação de café!

O Orador — É esta a posição do PP em relação a Angola, ou seja, todos estão errados e só o PP é que esta a ver a questão de forma certa! Todos os países das Nações Unidas, que aprovaram por unanimidade, obviamente, resoluções num determinado sentido estão errados e só o PP é que está a ver a questão correctamente!

Quanto a acusação, já várias vezes aqui feita, de eu ter chamado bandidos armados à UNITA, devo dizer que tal é falso, e desafio o Sr Deputado a dizer onde é que utilizei essa expressão! Nunca utilizei essa expressão, que já várias vezes me foi aqui atribuída pelos Srs Deputados Paulo Portas e Telmo Correia

O Sr Presidente — Sr Deputado, tem de concluir

O Orador — Sr Presidente, se me dá licença, vou concluir referindo-me à questão dos vistos Entendemos que só em última análise é que se deve usar como medida retaliatória qualquer medida contra cidadãos Se o Governo português entendia dever reagir a uma medida negativa tomada pelo Governo angolano, tinha muitos modos de o fazer antes de se vingar ou retaliar sobre cidadãos angolanos Esse é o nosso entendimento de reciprocidade e não o da retaliação sobre cidadãos inocentes, como aconteceu no caso em análise!

Aplausos do PSD

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Para defesa da consideração da bancada, Sr Presidente

O Sr José Magalhães (PS) — Da «mosca»!

O Sr Presidente — Sr Deputado Paulo Portas, é a quinta vez, hoje, que os senhores pedem a palavra para defesa da honra!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Não tenho culpa, Sr Presidente!

O Sr Presidente — Devo estar com a minha sensibilidade moral muito romba, porque, sinceramente, não dei fé de que qualquer dos senhores tivesse sido ofendido!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, são 15 «moscas»!

O Sr Presidente — Mas vou dar-lhe a palavra, pois admito que a minha sensibilidade esteja completamente romba!

Em todo o caso, o Sr Deputado Francisco Louçã pediu primeiro a palavra para defesa da honra — fê-lo ontem pela primeira vez, mas tomou-lhe o gosto!

Tem a palavra, Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, infelizmente, não fui eu que tomei o gosto mas, sim, a bancada do CDS-PP, agora por uma nova voz!

Sr Deputado Telmo Correia, a sua interpelação indirecta aqui, neste debate, que depois acabou por resvalar para o debate com o Bloco de Esquerda, foi muito ligeira e, por isso, não lhe darei mais do que um breve comentário sobre duas questões que penso exigirem esclarecimento

Em primeiro lugar, acusou-me de gostar demasiado de carnavales Sr Deputado, é certo que vai encontrar, a mim e a esta bancada, muito frequentemente, tantas vezes quantas as que a mobilização social o exija, em manifestações, em reuniões, em actuações, em mobilizações políticas, no contexto da luta deste País O senhor terá o direito de considerar que isso é um carnaval ou não, mas de uma coisa pode estar certo é que há carnavales que não frequento! E não estive entre os seus a aplaudir e considerar como brilhantíssima a intervenção do Deputado Rosado Fernandes no congresso do seu partido Há carnavales que não frequento!

Em segundo lugar, sobre a questão de fundo, que é a do que poderíamos ter dito, devo dizer-lhe — e nesse aspecto não há certamente qualquer confusão possível entre a nossa intervenção, que fazemos por voz própria, e as que o Deputado Durão Barroso entenda por bem fazer em nome da sua opinião — que o que poderíamos ter dito foi o que dissemos, ou seja, que as declarações do CDS-PP a propósito do incidente das pessoas retidas no aeroporto de Luanda tinham, e têm, um caráter xenófobo!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Como?

O Orador — Dizer que a retaliação deveria ser feita no mesmo nível significaria baixarmos ao nível dos que criticávamos.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Ah, pois! Com certeza!

O Orador — Mas, muito pior do que isso, Sr Deputado, argumentar que há muitos angolanos em Portugal e que eles poderiam ser o alvo de medidas retaliatórias é tomar como reféns de políticas de conflito entre Estados pessoas e cidadãos que acolhemos e que continuamos a receber entre nós de bom grado e que não devem ser alvo dessas políticas entre nós. Isso é xenofobia.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — É agora!

O Orador — ... e nós não nos arriscámos a dizê-lo, dissemos aqui e na sociedade!

O Sr Presidente — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — É o Sr Deputado Telmo Correia, Sr. Presidente.

O Sr Presidente — Peço desculpa. Não me apercebi de quem foi o ofensor. É que, como não vi ofensa, também não vi ofensor!

Tem a palavra, Sr Deputado Telmo Correia

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, tenho alguma dificuldade em dar explicações ao Sr Deputado Francisco Louçã nesta matéria, pois ele acaba de confirmar aquilo que eu disse e de me dar uma ajuda substancial naquilo que eu aqui quis dizer.

Sr Deputado Francisco Louçã, quando falei no carnaval, referia-me a algumas festividades folclóricas da extrema esquerda na rua, que muitas vezes me parecem excessivas, indo ao ponto de usar máscaras, ainda que eu fique satisfeito que a máscara, designadamente a máscara relativamente liberal ou libertária do seu partido, tenha começado a cair aqui, no dia 25 de Abril, e hoje tenha caído completamente. Disso não temos dúvida absolutamente alguma!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador: — Quanto às referências ao congresso do meu partido, devo dizer que é evidente que o senhor não o frequenta. O congresso do meu partido é o congresso de um partido que tem muitos anos de democracia, muitos anos de defesa democrática, muitos anos de defesa das

liberdades e dos valores democráticos e, obviamente, onde a extrema-esquerda, que o senhor aqui quer representar, nunca teria lugar nem nunca poderia entrar!

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Embora já tenha tentado entrar!

O Orador — Quanto à sua solidariedade em relação às declarações do Deputado Durão Barroso, era isso que eu estava a dizer, ou seja, que o Deputado Durão Barroso veio falar em racismo e xenofobia a despropósito, porque o que dissemos foi que há demasiados elementos da própria *nomenklatura* angola, do próprio regime «cleptocrático» angolano, em Portugal, para que o Estado angolano não se lembrasse que não podia tratar mal os portugueses! Foi isso que dissemos e mantemo-lo!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — Portanto, o seu auxílio ao Deputado Durão Barroso vem unicamente clarificar esta matéria.

Já agora, refiro, a propósito, que não temos problema em ser a «mosca» que anda ao contrário das outras. Não temos problema absolutamente algum com isso, se a «mosca» que anda ao contrário das outras for a única que é pela paz e o resto for um enorme consenso a favor do MPLA!

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para defesa da consideração da bancada, tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, quando o líder do Partido Social Democrata solicitou esta interpelação, deveria saber que, segundo as regras, o partidário interpellante fala primeiro e submete-se primeiro às perguntas de quem o queira interrogar, e que o Governo fala depois, submetendo-se depois às perguntas de quem o queira interrogar.

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Ele sabia!

O Orador — Sr Dr Durão Barroso, eu disse, desde o início, que não seria por nós que esta falsa interpelação — porque os senhores têm uma e uma só política, a mesma política, favorável ao MPLA e à solução militar — se transformaria numa adversidade aparente. É que, se quermos contribuir para o esclarecimento dos cidadãos, temos de perceber qual é a política, a doutrina, de cada partido nesta Câmara em relação a Angola.

O que aqui ficou claro, mais uma vez, é que o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros se vangloria das facilidades que o MPLA concede ao Governo português, tal como V. Ex.^a, quando estava no lugar dele, se vangloriava das facilidades que o MPLA dava ao vosso governo! É uma e uma só política!

Por isso, não se admire que as perguntas que lhe faço a si sejam muito parecidas com as que farei ao Dr Jaime Gama e que as perguntas que o Dr Telmo Correia lhe fez sejam parecidas com as que vai fazer ao Dr Jaime Gama. É uma e uma só política! Não é possível fazer perguntas diferentes quando a vossa política é uma e uma só!

Aplausos do CDS-PP

Em matéria de revisionismo, devo dizer que não temos essa prática, embora admitamos, com certeza, evoluir nas nossas posições. Mas, Sr. Deputado Durão Barroso, não deveria ter falado com esse orgulho na expulsão — quando algum português é penalizado, seja primeiro português, não esteja ao lado de quem o expulsa... .

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador: — Além disso, Dr. Durão Barroso, o partido a que pertence, o Partido Popular Europeu, é federalista, e nós não somos, de facto!

O Sr. António Capucho (PSD): — Não é verdade!

O Orador — Quanto à sua metáfora sobre o voo das «moscas», deixe-me dizer-lhe, terminando mais uma vez desta forma, que é a única que nos interessa o Sr. Deputado Durão Barroso nunca me viu, nem verá, num comício da UNITA. Pudessem VV Ex^{as} dizer o mesmo sobre comícios do MPLA!

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador — Permita-me ainda dizer que o problema não é das «moscas» mas, sim, das pessoas em Angola, que estão a morrer por causa da tal solução militar, que estão a sofrer por causa da tal solução militar, que estão a desaparecer, num verdadeiro genocídio — genocídio é o que a Conferência Episcopal chama ao que acontece em Angola. Como é que VV Ex^{as} falaram, e bem, do genocídio em Timor e têm medo de falar do genocídio em Angola?! Só há direitos humanos quando se trata da Indonésia? E quando é o MPLA em Luanda?! E quando é a UNITA no Huambo?!

É preciso ter uma só medida em matéria de direitos humanos, porque, como dizem os bispos angolanos, não se pode silenciar uma palavra de denúncia contra aqueles que fazem da guerra um negócio lucrativo! Esta guerra prossegue porque dá muito dinheiro a ganhar à custa de muita gente a sofrer!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Presidente — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, mais uma vez, o Sr. Deputado Paulo Portas utiliza este expediente processual para ter algum tempo de antena e para, mais uma vez, interpelar, não o Governo, mas o maior partido da oposição! Esta é, de facto, uma obsessão extraordinária!

Quando queremos ter uma discussão séria sobre a política externa portuguesa relativamente a Angola, entendendo que há divergências importantes entre o Governo e a oposição, neste caso, entre o PS e o PSD, o Sr. Deputado Paulo Portas vem dizer que não há diferenças e pretender ser ele a tal «mosca» da novela, que, já agora, refiro que é de Julio Cortázar, um escritor que deveria ser lido com atenção pelos Deputados do Partido Popular

Quero dizer ao Sr. Deputado Paulo Portas que somos absoluta, sincera e honestamente pela paz em Angola

Quanto ao que referiu relativamente aos bispos angolanos, posso dizer-lhe que passei horas e horas a falar com alguns deles, quer os que tinham maior simpatia pelo

Governo do MPLA, quer os que tinham simpatia pela UNITA. Estamos sinceramente nessa via. Essa é a nossa posição. E não é correcto, do ponto de vista político nem do ponto de vista ético, estar a pretender que alguém está a fomentar a guerra quando esse alguém, como é o caso, esteve sempre genuína, intensa, total e existencialmente, interessado na paz.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas, se o Sr. Deputado Paulo Portas nunca participou em nenhum comício da UNITA, devo dizer-lhe que já está a começar a revisão da política do PP relativamente a Angola, porque a política do PP relativamente a Angola sempre tem sido de apoio à UNITA contra o Governo de Angola. Essa tem sido a política do PP, da direcção do PP

Protestos do CDS-PP

E se, neste momento, o Sr. Deputado Paulo Portas nos diz que essa já não é a política, então, tenho que congratular-me por mais esta evolução positiva no pensamento externo do CDS-Partido Popular

Aplausos do PSD

Protestos do CDS-PP.

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre

O Sr. Manuel Alegre (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados, em primeiro lugar, não posso deixar de lamentar que, a pretexto de uma interpelação ao Governo sobre as relações com África, se esteja a cair numa querela partidária portuguesa. Acho que é uma espécie de «Quinto Império» do avesso!

Penso, sinceramente, que as relações de Portugal com África mereciam outra visão e outra perspectiva. Não devemos transformar a guerra civil de Angola numa espécie de guerra verbal ou guerra civil político-partidária portuguesa. Portugal devia estar, nesta matéria, com outra posição, outra autonomia e a outra altura.

Não se trata de saber quem é pelo MPLA ou pela UNITA, devia, isso sim, tratar-se de saber quem é pela paz e pela democracia em Angola

Aplausos do PS.

Sr. Deputado Durão Barroso, V Ex.^a perguntou qual é, afinal, a nossa política em relação a Angola. Ora, eu também queria fazer essa pergunta a V Ex.^a

Risos do CDS-PP

Ouvi o seu discurso, tenho ouvido e lido as suas declarações e tenho muitas dúvidas em perceber qual é, afinal, a sua política em relação a Angola. Sinceramente, tenho muitas dúvidas em saber! Isto porque V Ex.^a criticou a retaliação em relação aos cidadãos angolanos no Aeroporto de Lisboa, mas não o ouvi criticar com a mesma veemência a retaliação a cidadãos portugueses, na sequência de uma decisão tomada na Assembleia da República, no Aeroporto de Luanda

Aplausos do PS

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Ora aí está!

O Orador — V Ex.^a tem criticado fortemente o Partido Socialista, o Governo, o ex-Presidente Mário Soares, fez hoje uma crítica muito deselegante ao Presidente da Assembleia da República.

A Sr^a Natalina Moura (PS) — Exactamente!

O Orador — mas devo dizer, com franqueza, que, para além da formulação de princípios abstractos, nunca o ouvi fazer críticas concretas em relação ao Estado angolano. E uma coisa é defendermos as relações Estado a Estado, defendermos as boas relações entre Portugal e Angola, e outra coisa é, como me dá a impressão de que V Ex.^a faz, estar sempre numa atitude justificadora ou desculpabilizadora de um destes Estados, neste caso o Estado angolano, e numa posição implacável em relação ao Governo português.

Quais são as situações concretas que V Ex.^a refere? Refere a expulsão do embaixador de Portugal na África do Sul, refere as violações dos direitos humanos no Zimbabwe — e eu estou de acordo de que se devem denunciar e se devem combater —, mas quais são as situações concretas de violações de direitos humanos em Angola que V Ex.^a aqui referiu? Quais, para além da formulação de princípios abstractos?

E, a propósito de humilhações, quero recordar que era V Ex.^a membro do governo quando o seu governo tudo fez para afastar o então Presidente da República da assinatura dos acordos de Bicesse. Tratou com mais deferência o Presidente Eduardo dos Santos e o Dr Savimbi do que o Presidente da República Portuguesa, Dr Mário Soares!

Não creio que seja dessa maneira que se defenda o prestígio nacional

O Sr José Magalhães (PS) — Bem pelo contrário!

O Orador — e que se defenda o interesse nacional

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado!

O Orador — Vou terminar, Sr Presidente. Estive aqui que tempos à espera, mas vou terminar

Penso que a questão é a de saber se há ainda um caminho para a paz em Angola e qual é a posição de Portugal

Nós não temos de envergar, hoje — e eu estou à vontade para o dizer, porque antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril sempre tive posições mais próximas do MPLA, mas sempre defendi a autonomia de Portugal, mesmo no tempo da guerra fria sempre disse que Portugal não devia cair na lógica da guerra fria —

Risos do CDS-PP

dizia eu, nós não temos de envergar, hoje, nem a «camisola» do MPLA, nem a «camisola» da UNITA! A única «camisola» que podemos envergar é a «camisola» de Portugal e saber o que é que Portugal pode fazer para a paz e para a democracia em Angola

Aplausos do PS.

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Sr. Deputado Manuel Alegre, eu entendo esta intervenção do Sr Deputado na sequência de outras intervenções que têm havido por parte de distintos membros da bancada socialista de crítica ou de interpelação ao seu próprio Governo, ao Governo do Partido Socialista,

O Sr José Magalhães (PS) — Não seja intriguista!

O Orador — na medida em que quem não soube vestir a «camisola» do interesse nacional português foi o Governo do Partido Socialista!

Aplausos do PSD

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Quando foi ofendido o Dr Mário Soares, foi o Governo socialista que não soube defender o interesse nacional português!

Aplausos do PSD

Por isso, eu tenho que entender esta intervenção da parte do Sr Deputado Manuel Alegre não como distração em relação àquilo que eu disse mas como uma crítica, ainda que formulada em tom elegante, ao seu próprio Governo

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Olhe que está enganado

O Orador — Mas, se V Ex.^a não entendeu, Sr Deputado Manuel Alegre, eu vou explicar, e mais devagar, qual é a nossa posição

Nós entendemos, em relação a Angola, que é do interesse nacional português manter um bom relacionamento Estado a Estado, mas também entendemos que esse relacionamento não pode, em caso algum, dispensar a defesa dos direitos humanos. Se V Ex.^a não ouviu as minhas múltiplas intervenções a criticar o Governo angolano, por exemplo, quanto ao «caso Rafael Marques», a culpa não é, com certeza, minha! Eu critiquei as violações dos direitos humanos onde quer que elas ocorram!

Diz V Ex.^a que vê, da minha parte, em relação ao Governo português, uma atitude mais exigente do que em relação ao Governo angolano. Mas com certeza! Nós estamos na Assembleia da República de Portugal e eu não estou a interpelar o Governo angolano mas, sim, o Governo português!

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — É o Governo português que tem de prestar contas pela política relativamente a Angola. Não compete aos Deputados de Portugal pedir contas ao Governo angolano, compete aos Deputados portugueses pedir contas ao Governo português por aquilo que faz ou deixa de fazer na defesa do interesse nacional e na promoção da

A Sr^a Manuela Aguiar (PSD) — Muito bem!

O Orador — É por isso que eu estou aqui a pedir contas ao Sr Primeiro-Ministro e o Primeiro-Ministro não está aqui a dar contas à Assembleia da República como devia dar, se tivesse uma verdadeira cultura democrática

V. Ex^a, que é um lutador antifascista há tantos anos, perca algum tempo a dar mais cultura democrática ao seu Primeiro-Ministro, que falta sistematicamente aos debates nesta Assembleia da República!

Aplausos do PSD

Protestos do PS

O Sr. Manuel Alegre (PS) — Sr Presidente, peço a palavra!

O Sr Presidente — Para que efecto, Sr Deputado?

O Sr. Manuel Alegre (PS) — Sr Presidente, para defesa da minha honra pessoal

O Sr. Presidente. — Sr Deputado Manuel Alegre, dar-lhe-ei a palavra no final do debate

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr Deputado Durão Barroso, julgo ter sido o primeiro Deputado da Assembleia da República que, numa madrugada de domingo para segunda-feira, ouvindo as notícias radiodifundidas sobre uma nova expulsão de portugueses de Angola, imediatamente pedi, publicamente, um mínimo de firmeza na acção diplomática portuguesa em defesa dos interesses dos cidadãos portugueses

Ouvei, em primeiro lugar, a voz do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas louvar o Governo angolano por estar a agir dentro da lei, depois, ouvi a voz do Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros, dizendo que estava — e vou reproduzir infielmente, com certeza, porque não me lembro dos termos exactos — preocupado, surpreendido, e que o Governo português estava em contacto com o Governo angolano para tentar obviar à situação. Posteriormente, o líder do meu partido exigiu acções de reciprocidade em defesa não só dos interesses dos cidadãos portugueses como da própria dignidade do Estado português, nas suas relações de Estado a Estado com o Estado angolano, e o Sr Primeiro-Ministro acabou, finalmente, por falar, dando a entender que as acções de reciprocidade estavam em andamento por suas instruções pessoais

Ora, é com esta autoridade de ter sido uma das pessoas que exigiu firmeza ao Estado português que eu digo que não comprehendi, não posso ainda hoje compreender, as acusações de xenofobia e de racismo que o Sr Deputado, que tinha estado todo este tempo calado, veio fazer em defesa dos cidadãos inocentes em Angola, afectados pela reciprocidade da acção do Estado português

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador. — É que, sobre esta matéria, Sr. Deputado, o senhor já foi questionado várias vezes neste debate e, até agora, não conseguiu esclarecer (e parece que não vai conseguir responder cabalmente) sobre qual o critério da

defesa da dignidade do Estado português que o Sr Deputado prosseguiu nesta matéria

Sr Deputado, queria, ainda, ler-lhe um texto de uma outra «mosca», outra «mosca que anda de pernas para o ar», que é a Comissão Nacional de Justiça e Paz. Diz esse texto «A Comissão Nacional de Justiça e Paz solicita às autoridades portuguesas que aprofundem as suas responsabilidades para com o povo irmão de Angola numa perspectiva imparcial, equilibrada, justa e activa ()»

A pergunta que quero deixar ao Sr Deputado é a de saber como é que o Sr Deputado entende que a paz pode ser encontrada em Angola com uma posição activa e justa por parte do Estado português

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Porque a Comissão Nacional de Justiça e Paz, nesta curta declaração,

O Sr Presidente. — Agradeço que abrevie, Sr Deputado

O Orador — «(.) apela a toda a comunidade internacional para que não se deixe seduzir hipocritamente por interesses imediatistas e mercantis e para que promova, com a maior urgência, as condições para uma situação de paz digna e estável em Angola

Como bem referiam os bispos angolanos, em troca de diamantes e do petróleo, não nos mandem armas, .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — . mandem-nos alimentos e, sobretudo, restituam-nos a paz que nos foi levada, juntamente com esses diamantes e esse petróleo».

O Sr Presidente — Sr Deputado, tem de terminar!

O Orador — Eram estas duas questões, juntamente com a sua apreciação sobre a ditadura, a democracia, a liberdade e os direitos humanos em Angola, que marcaram nitidamente que o Sr Deputado e o seu partido não consideram que em Angola existe uma acção de polícia mas uma guerra civil

O Sr Presidente: — Tem de terminar, Sr Deputado. Peço-lhe desculpa, mas não pode continuar!

O Orador — . e que, para procurar a paz, é preciso abertura para falar com todos

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel Queiró, mais uma vez — isto é, de facto, curioso —, há uma interpelação ao Governo do maior partido da oposição

Protestos do CDS-PP

.. e outro partido da oposição gasta dois terços ou três quartos do seu tempo, não a fazer perguntas ao Governo, mas a fazer perguntas ao maior partido da oposição!

O Sr António Capucho (PSD) — Perguntas repetitivas!

O Orador — Sr Deputado, eu não sou ainda primeiro-ministro, nem nós somos agora governo!

Aplausos do PSD

Protestos do CDS-PP.

Sr. Deputado, agradeço o seu interesse, a sua curiosidade relativamente às posições do PSD, mas não deixa de ser revelador que, quando há uma interpelação ao Governo requerida pela oposição, haja um partido da oposição que gasta quase todo o seu tempo a interpelar a oposição e não a interpelar o Governo! É, de facto, revelador da atitude deste Governo!

Aplausos do PSD

Protestos do CDS-PP.

VV Ex^{as} administram o tempo como quiserem, mas eu também posso fazer as interpretações que entendo

O Sr António Capucho (PSD). — Muito bem!

O Orador — . do modo como VV Ex^{as} administram o tempo! E a interpretação que eu faço é a de que, mais uma vez, o PP presta-se a prestar um favor ao Partido Socialista, mais uma vez, PP faz um favor ao Governo e não verdadeira oposição!

Aplausos do PSD

Protestos do CDS-PP

Em relação à questão dos portugueses, Sr. Deputado Manuel Queiró, devo dizer que, por exemplo, quando nós soubemos que havia cidadãos portugueses raptados em Cabinda e o Governo nada fazia.

O Sr José Magalhães (PS) — Não é verdade!

O Orador — . foi uma denúncia minha, aqui, na Assembleia da República, que permitiu que, finalmente, o Governo fizesse alguma coisa .

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — por esses portugueses raptados em Cabinda

Aplausos do PSD

Ao longo dos anos, no governo ou na oposição, sempre que houve interesses portugueses em jogo, eu fiz tudo o que estava ao meu alcance para defender esses interesses!

Protestos do PS

Agora, quando há portugueses que são vítimas de qualquer acção em Angola, a questão está em saber como é que o Governo português deve responder. Pela minha parte, continuo a entender, e a resposta é clara e definitiva, que

o melhor modo de defender esses portugueses e todos os outros que estão em Angola não é promovendo retaliação sobre cidadãos angolanos, é tomado toda uma série de medidas político-diplomáticas que não passam pela retaliação sobre inocentes. Por isso é que considero que a atitude do PP foi errada e que certas declarações de responsáveis do PP, nomeadamente quando disseram que, em Portugal, havia angolanos a mais. .

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP). — Não é verdade!

O Orador — são, de facto, declarações xenófobas e incorrectas de um ponto de vista ético e moral

Aplausos do PSD.

Protestos do CDS-PP

O Sr Presidente — Srs Deputados, antes de mais, peço silêncio. Eu próprio gostaria de dirigir os trabalhos com alguma serenidade

Sr Deputado Paulo Portas, inscreveu-se para usar da palavra para que efeito?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, como é evidente, para defender a honra e a consideração da bancada

O Sr. Presidente — Sr Deputado, já se defendeu dessa acusação anteriormente e parece-me que a repetição não justifica uma repetição da defesa, mas tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, quando o líder do Partido Social Democrata anunciou esta interpelação sabia ou devia saber que corria o risco de sair interpelado. E a razão é muito simples: é que só se é diferente do Governo quando se tem uma política diferente da do Governo. Como V Ex^a, Sr Deputado Durão Barroso, defende exactamente a mesma política que o Dr Jaime Gama — são ambos favoráveis ao MPLA

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — . e são ambos favoráveis à solução militar —, é evidente que escolheu o terreno menos favorável para expressar as suas diferenças em relação ao Governo de Portugal

Lamento dizer-lhe, Sr Deputado, mas se procurar saber, junto da Mesa, quantos Deputados do CDS-PP estão inscritos para interrogar o Dr Jaime Gama, fazendo-lhe exactamente as mesmas perguntas, porque a política dele é a sua política, verificará que estão inscritos quatro Deputados do meu partido

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Protestos do PSD

O Orador — E, Sr Deputado, de uma vez por todas, para ver se nos entendemos, quero dizer-lhe o seguinte: essa conversa de que a direita é racista e xenófoba não é própria de um líder do PSD, é própria de um jovem do MRPP!

Aplausos do CDS-PP

O que disse, e repito, pois tenho orgulho e honra por tê-lo dito, foi que o Governo de Angola devia saber que actos de hostilidade em relação a portugueses não lhe interessam

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Orador. — Não interessam ao Governo de Angola actos de hostilidade contra portugueses, porque o Governo de Angola tem interesses em Portugal, tem os filhos e os sobrinhos da *nomenklatura* em Portugal, tem muitos angolanos em Portugal que, obviamente, podem ser sujeitos a actos de reciprocidade, caso o Governo angolano seja hostil para com Portugal. Defender isto é defender a dignidade do Estado português e nada tem a ver com racismo ou xenofobia!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador. — Nós somos um partido democrata-cristão e, para nós, os seres humanos são seres humanos, independentemente da cor que tenham!

Portanto, o que defendemos foi a dignidade do Estado português!

Quem está aqui a fazer um enorme favor ao Governo é V. Ex^a, não só porque defende a mesma política que o Governo como porque não consegue sustentar as posições que tomou ao longo do tempo a favor da guerra, a favor do MPLA, a favor da solução militar do conflito. Esse é que é o problema desta interpelação!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Presidente. — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso.

O Sr. Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, é infinita a nossa paciência!

Risos do PSD

Vozes do PS. — Ah!

O Orador. — A paciência é a ciência da paz e, em face do Partido Popular, que, hoje, tantas vezes citou aqui os bispos angolanos e até a Comissão Nacional de Justiça e Paz, tenho de dar, realmente, provas de paciência cristã, Sr. Presidente

Aplausos do PSD e do CDS-PP

Risos do PS

Nós fizemos uma interpelação ao Governo, mas há um partido que passa a vida a interpellar o maior partido da oposição! É uma obsessão!

O Sr José Magalhães (PS) — É a «mosca»!

O Orador — Foi evidente para todos aqueles que quiseram analisar a questão com um mínimo de objectividade que não houve, da parte do CDS-PP, qualquer esforço para interpellar o Governo, aliás, já não dispõe de tempo,

e que procurou sempre desviar as atenções da questão que nos preocupa, que é a da política externa de Portugal relativamente a Angola e aos países de língua oficial portuguesa

O Sr. José Magalhães (PS). — São umas «moscas tortas»!

O Orador — Por isso, Sr. Presidente e Srs Deputados, não vou responder a qualquer tipo de interpelação de bancada do lado da oposição.

Protestos do CDS-PP.

vou manter a minha interpelação ao Governo e esperar, com paciência, que o Governo responda às minhas questões,...

O Sr. José Magalhães (PS) — Já respondeu!

O Orador — ... que o Governo, se possível dispensando a ajuda de alguma oposição, tenha a capacidade de dizer o que efectivamente se passa na política com Angola, porque é nítido, para quem queira ver, que nós, PSD, discordamos dessa política e deste Governo, no que faz com Angola e com os países de expressão portuguesa. Esta é a nossa posição!

Aplausos do PSD.

O Sr Presidente. — Srs. Deputados, uma vez que terminou esta fase do debate, é chegado o momento de dar a palavra ao Sr. Deputado Manuel Alegre, para defender a sua honra pessoal.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Alegre (PS) — Sr Presidente, tenho estado aqui com uma grande paciência socialista, republicana e laica.

Aplausos do PS.

Mas V Ex^a, Sr Deputado Durão Barroso, fez uma insinuação de duplicidade que não esperava de si e que não faz parte da minha personalidade. O senhor sabe perfeitamente que eu, se quiser interpelar o Governo, interpelo o Governo, se tiver críticas a fazer ao Governo, faço críticas ao Governo. E tenho-as feito, mesmo sendo o Governo constituído por camaradas e amigos meus. Não me sirvo dessa ambiguidade e dessa duplicidade! Mas quando falei, estava a interpelá-lo a si!

Por outro lado, também não dou lições de democracia nem ao Primeiro-Ministro, porque ele não precisa, nem ao meu amigo Jaime Gama, porque também não precisa

Também não lhe dou lições de democracia a si.

O Sr. José Magalhães (PS) — Bem precisa!

O Orador — ... mas era a si que estava a interpellar, era a si que estava a interrogar. Estava a tentar perceber a ambiguidade do seu discurso nesta matéria

O Sr. José Magalhães (PS) — Exacto!

O Orador — E só!

Portanto, Sr Deputado, protesto contra a sua intervenção, porque o que disse não me parece correcto nem elegante, depois da deselegância que cometeu em relação ao Sr. Presidente da Assembleia da República

O senhor não pode elogiar-me como lutador antifascista .. Não sou apenas antifascista, mas também democrático e antitotalitário, luto contra todas as formas de totalitarismo em território nacional e à escala planetária, e em tempos em que nem todos o faziam, nem o senhor

Sr Deputado, protesto, porque me parece que uma insinuação desse tipo, num debate desta natureza, resvala para o insulto pessoal

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr Deputado Durão Barroso

O Sr Durão Barroso (PSD): — Sr Presidente, o Sr Deputado Manuel Alegre, na sua intervenção, disse que mais importante do que ver quem é que aqui estava do lado do MPLA ou da UNITA era ver quem estava do lado de Portugal e da defesa do interesse nacional. Tive ocasião de lhe dizer — e não se tratou de qualquer insinuação, fui absolutamente claro — que, a meu ver, o Governo de V. Ex.^a não soube nem sabe defender o interesse nacional, que o Governo do partido de V. Ex.^a não defendeu, como devia, o bom nome do seu amigo e correligionário Mário Soares. E disse-lhe que V. Ex.^a devia ser mais exigente em relação ao Governo que apoia!

Por isso é que me atrevi a dizer, e repito, que V. Ex.^a também devia usar os créditos de lutador antifascista, não apenas em Portugal mas à escala planetária — e era eu, Sr. Ministro Jaime Gama o tal que tinha uma tendência autoglorificadora! Que seria de mim, comparado com o Deputado Manuel Alegre!

Risos

V. Ex.^a, que tem essa vocação planetária para a defesa da democracia, devia usar alguma dessa vocação para dizer ao Sr Primeiro-Ministro que quando aqui tem lugar uma interpelação desta natureza ele deve estar na Assembleia. E V. Ex.^a, se é um democrata consequente, está, com certeza, de acordo comigo. Mas V. Ex.^a, sobre esta matéria, não quis pronunciar-se!

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente — Srs Deputados, vamos entrar no período de votações regimentais. A campanha já está a tocar há mais de 15 minutos, pelo que todos foram alertados. Se não quiseram vir para o Plenário, foi porque entenderam não dever vir.

Vamos votar, em primeiro lugar, na generalidade, a proposta de lei n.º 19/VIII — Regula o voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República e alarga as situações de voto antecipado, alterando o Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e abstenções do PSD, do PCP, do CDS-PP e do BE

Srs Deputados, a proposta de lei n.º 19/VIII baixa à 1.ª Comissão

Tem a palavra o Sr Deputado Strecht Ribeiro

O Sr Strecht Ribeiro (PS) — Sr Presidente, quero anunciar que 22 Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentarão uma declaração de voto relativamente à votação desta proposta de lei

O Sr Presidente — Com certeza, Sr. Deputado, fica registado.

Srs. Deputados, vamos agora votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 152/VIII — Regula o direito de voto dos emigrantes nas eleições presidenciais (PSD)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP, do BE e de 7 Deputados do PS e a abstenção do PS

Srs. Deputados, o projecto de lei n.º 152/VIII baixa também à 1.ª Comissão.

Tem a palavra o Sr Deputado Manuel Alegre.

O Sr Manuel Alegre (PS) — Sr Presidente, quero informar que, relativamente a esta votação, vou apresentar uma declaração de voto

O Sr Presidente — Fica registado, Sr Deputado
Tem a palavra o Sr. Deputado Strecht Ribeiro.

O Sr Strecht Ribeiro (PS) — Sr. Presidente, quero também informar que, relativamente à votação do projecto de lei n.º 152/VIII, eu e outros Deputados do PS apresentaremos uma declaração de voto

O Sr Presidente — Fica feito o registo, Sr. Deputado
Tem a palavra o Sr. Deputado Luis Marques Guedes

O Sr Luís Marques Guedes (PSD): — Sr Presidente, quero apenas solicitar-lhe que clarifique quais foram os votos a favor, porque, em face desta divisão na bancada do Partido Socialista, até pode ser que haja algum Deputado daquele partido que tenha votado a favor ou que queira votar a favor

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Pareceu-me que havia vontade!

O Sr Presidente — Sr Deputado, pareceu-me que os Deputados do PS que não votaram contra se abstiveram. Como nenhum Sr Deputado contestou o resultado da votação que anunciei, parti desse princípio. Em todo o caso, se for necessário voltar a anunciar o resultado da votação, fá-lo-ei, mas penso que não vale a pena

Pausa

Srs Deputados, vamos, de seguida, proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 153/VIII — Regula o processo de votação, na eleição do Presidente da República, dos cidadãos portugueses não residentes no território nacional (CDS-PP)

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP, do BE e de 7 Deputados do PS e a abstenção do PS

Este projecto de lei baixa à 1^a Comissão.

Srs Deputados, vamos, agora, proceder à votação global da proposta de resolução n° 10/VIII — Aprova, para assinatura, o Acordo entre a República Portuguesa e a República Árabe do Egito sobre a Promoção e Protecção Recíprocas de Investimentos, assinado no Cairo, em 28 de Abril de 1999

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE e a abstenção do PCP

Srs Deputados, vamos proceder à votação global da proposta de resolução n° 12/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino dos Países Baixos para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Capital, assinada no Porto, em 20 de Setembro de 1999

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes

Vamos proceder, de seguida, à votação global da proposta de resolução n° 13/VIII — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Letónia relativo a Transportes Internacionais Rodoviários de Passageiros e Mercadorias e respectivo Protocolo, assinado em Varsóvia, a 20 de Maio de 1999

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes

Vamos proceder à votação global da proposta de resolução n° 14/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e o Grão-Ducado do Luxemburgo para evitar as duplas tributações e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o património, assinado em Bruxelas, a 25 de Maio de 1999

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes

Srs Deputados, vamos, de seguida, proceder à votação global da proposta de resolução n° 15/VIII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e prevenir a evasão fiscal e respectivo Protocolo, assinados em Praia, a 22 de Março de 1999

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes

Segue-se a votação global da proposta de resolução n° 16/VIII — Aprova, para assinatura, o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Bulgária sobre a Promoção e a Protecção Mútua de Investimentos, assinado em Lisboa, a 27 de Maio de 1993, e o respectivo Protocolo, assinado em Sófia, a 30 de Março de 1999

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS-PP e do BE e a abstenção do PCP

Srs Deputados, vamos proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n° 33/VIII — Regime de contagem de tempo de serviço, quotas e contribuições para aposentação de ex-militares (PSD)

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entregou na Mesa dois requerimentos para que esta matéria e outras que seriam votadas a seguir baixem à comissão sem votação. Como tal, a sugestão que me permite dar à Mesa é no sentido de submeter à votação o primeiro requerimento, em que se pede a baixa à 9^a Comissão, sem votação, dos projectos de lei n°s 33/VIII — Regime de contagem de tempo de serviço, quotas e contribuições para aposentação de ex-militares (PSD), 99/VIII — Recuperação das pensões dos antigos combatentes em zonas de risco (CDS-PP) e 163/VIII — Lei da alteração do artigo 13º do Estatuto de Aposentação (CDS-PP). Assim, no caso de ser aprovado este requerimento, não haveria lugar às respectivas votações

A seguir, há um outro requerimento que pede a baixa à 3^a Comissão, também sem votação, do projecto de lei n° 36/VIII — Correcção da antiguidade e promoções dos oficiais milicianos que ingressaram no quadro permanente, antes do 25 de Abril de 1974, após a frequência da academia militar (PSD)

O Sr Presidente — Ambos os requerimentos acabam de chegar à Mesa, razão pela qual anuncio a votação do projecto de lei n° 33/VIII. Sr Deputado

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Visto que a Mesa já tem os dois requerimentos, volto a sugerir que o Sr Presidente submeta à votação o primeiro, porque, a ser aprovado, impede que se realize a votação de três projectos de lei. De seguida, poderíamos, então proceder à votação do segundo requerimento

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos, então, proceder à votação de um requerimento, apresentado pelo PS, que propõe a baixa à 9^a Comissão, sem votação, dos projectos de lei n°s 33/VIII — Regime de contagem de tempo de serviço, quotas e contribuições para aposentação de ex-militares (PSD), 99/VIII — Recuperação das pensões dos antigos combatentes em zonas de risco (CDS-PP) e 163/VIII — Lei da alteração do artigo 13º do Estatuto de Aposentação (CDS-PP)

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes

Srs Deputados, os referidos projectos de lei baixam, então, à 9^a Comissão

Vamos agora proceder à votação de um outro requerimento, também apresentado pelo PS, que propõe a baixa à 3^a Comissão, sem votação, e por um período máximo de 30 dias, do projecto de lei n° 36/VIII — Correcção da antiguidade e promoções dos oficiais milicianos que ingressaram no quadro permanente, antes do 25 de Abril de 1974, após a frequência da academia militar (PSD)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS e votos contra do PSD, do PCP, do CDS-PP e do BE

Tal como foi requerido, este projecto de lei baixa à 3ª Comissão.

Srs Deputados, vamos, agora, proceder à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 47/VIII — Cria o Observatório da Justiça (PCP).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PCP e do BE e abstenções do PSD e do CDS-PP.

Srs Deputados, o Sr Secretário vai dar conta de alguns pareceres da Comissão de Ética, que votaremos de seguida

O Sr Secretário (Artur Penedos). — Sr Presidente, Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 1º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) a depor, como testemunha, num processo que se encontra pendente naquele tribunal

O Sr Presidente — Srs. Deputados, vamos proceder à votação do referido parecer da Comissão de Ética.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes

O Sr. Secretário (Artur Penedos). — Sr Presidente, Srs. Deputados, de acordo com o solicitado pelo 6º Juízo do Tribunal Criminal da Comarca de Lisboa, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado José Junqueiro (PS) a depor, como testemunha, num processo que se encontra pendente naquele tribunal

O Sr Presidente — Srs. Deputados, vamos proceder à votação deste parecer da Comissão de Ética

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

O Sr Secretário (Artur Penedos). — Sr Presidente, Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 4º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado José Cesário (PSD) a depor, como testemunha, num processo que se encontra pendente naquele tribunal

O Sr Presidente — Srs. Deputados, vamos proceder à votação do referido parecer da Comissão de Ética

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes

O Sr Secretário (Artur Penedos). — Finalmente, Sr. Presidente, Srs Deputados, de acordo com o solicitado pelo 4º Juízo do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Correia de Jesus (PSD) a

depor, como testemunha, num processo que se encontra pendente naquele tribunal

O Sr Presidente — Srs Deputados, vamos proceder à votação do referido parecer da Comissão de Ética

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes

Srs Deputados, vamos prosseguir o debate da interpeção n.º 3/VIII

Inscriveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, os Srs Deputados Paulo Portas, Luís Fazenda, João Amaral, Teresa Patrício Gouveia, Basílio Horta, Henrique de Freitas, Manuel Queiró e Telmo Correia

Tem a palavra o Sr Deputado Paulo Portas

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, V. Ex.º fez aqui um discurso de auto-congratulação, mais ou menos baseado no seguinte princípio: «eu fiz um bocadinho melhor tudo o que o PSD já tinha feito!» Cometeu exactamente o mesmo erro e é incerto que tenha feito melhor, porque, certamente, uma coisa o senhor até hoje não foi não foi mediador de qualquer processo de paz em Angola, não foi sequer observador activo de um processo de paz em Angola e, que se saiba, não tenciona propor qualquer iniciativa de paz sobre Angola!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador: — Portanto, as perguntas que lhe quero fazer são muito sintéticas e têm a ver com o facto de V. Ex.º ser o mais fiel continuador da doutrina pró-MPLA e pró-solução militar que já herdou de anteriores governos portugueses

Primeira questão qual é o lugar dos direitos humanos na política externa portuguesa em relação a Angola? É o mesmo que o senhor reivindica em relação a Timor? É o mesmo que os senhores, numa tese bem incerta, revelam em relação à Áustria ou, em relação a Angola, VV. Ex.º só falam dos direitos humanos quando são mesmo obrigados a isso, porque o silêncio, às vezes, torna-se chocante?

Em segundo lugar, queria perguntar se V. Ex.º subscreve ou não a tal declaração do Sr Presidente da Assembleia da República, segundo a qual Angola pode estar condenada à continuação da violência. Queria também saber se V. Ex.º subscreve ou não a declaração feita, depois, pelo líder do maior partido da oposição, que considerava não existirem condições a curto e a médio prazo para a existência de uma solução pacífica em Angola. Se V. Ex.º subscreve uma e outra, confirmará que é a favor da solução militar em Angola!

Pergunto-lhe, ainda, com toda a clareza, se tenciona ou não, em nome do Governo de Portugal, tomar uma iniciativa de paz em relação a Angola. Tenciona ou não tentar reabrir o processo de paz? E diga-me, em caso afirmativo, qual é o papel de Portugal nessa eventual reabertura do processo de paz. Ou o Sr Ministro também acha que a única solução para Angola é continuar à espera que as pessoas morram, porque não se pode falar com uma das partes e porque a outra é legítima? Ou seja, pergunto-lhe se também crê que o exército da UNITA é um exército de maus e que o exército do MPLA é um exército de bons,

quando é óbvio para qualquer pessoa inteligente — e V Ex^a é-o, certamente — que, ao fim de 25 anos de guerra, não é possível continuar a acreditar na solução militar. Ao fim de 25 anos de guerra, não há vencedores nem vencidos. Quanto mais sofrimento querem para deixar de defender a solução militar em relação a Angola?

Depois, queria perguntar-lhe, já que, para além de Ministro, também é membro influente do Partido Socialista, se considera o MPLA um partido democrático. Sim ou não? Queria saber se considera o Presidente José Eduardo dos Santos um democrata. Sim ou não?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Queria ainda perguntar-lhe o que é que sucedeu ao seu Secretário de Estado, que, quando começou a crise dos vistos, declarou — e todos o ouvimos — que Angola estava a agir dentro da lei. O que é que aconteceu nesse fim-de-semana? O seu Secretário de Estado aprendeu a ler a lei, a lei em Angola mudou ou V Ex^a tem uma interpretação da lei angolana diferente da do seu Secretário de Estado?

O Sr Presidente — Agradeço que termine. Sr Deputado!

O Orador — Queria ainda saber se a circunstância de ele ter entendido que Angola estava a cumprir a lei não é um engano que o devia levar a ter um pouco mais de cuidado com as declarações que faz nessa matéria.

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Portas, V Ex^a sabe a simpatia que tenho por si, e por isso lhe desculpo o tom semi-inquisitorial com que, às vezes, coloca as suas questões.

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — É para ver se o ouve!

O Orador — Não é necessário perguntar dessa forma para obter algumas respostas, até porque V Ex^a tem sempre provado em política que quanto mais moderado é mais triunfa!

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Vamos às respostas!

O Orador — Vamos às respostas!

V Ex^a pergunta qual é o lugar dos direitos humanos na política externa portuguesa

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Em Angola!

O Orador — Qual é o lugar dos direitos humanos na política externa portuguesa em geral e em particular? Podemos dissertar sobre inúmeros casos que V Ex^a não levanta — inclusive, inúmeros casos que V Ex^a também não levanta em relação a Angola!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Levanto, sim!

O Orador — No entanto, devo dizer-lhe que, em geral, a política de direitos humanos do Governo português é uma política respeitada e credibilizada! A tal ponto respeitada e credibilizada que mereceu, há um ano, a eleição de Portugal para a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, onde tem conduzido a União Europeia, no âmbito da presidência portuguesa, com grande coerência e com grande dinamismo em matéria de política de direitos humanos.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Fale sobre Angola!

O Orador — Portanto, para primeira resposta, direi a V Ex^a que a política de direitos humanos ocupa um lugar central na nossa política externa. Temos credenciais reconhecidas, que V Ex^a, seguramente, apoiará.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Angola, Sr Ministro!

O Orador — Em relação ao caso concreto que V Ex^a coloca, devo dizer-lhe que

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — O caso concreto é Angola!

O Orador — Ouça Sr Deputado! Tenha *fair play*!

Em relação ao caso concreto que coloca, sabe V Ex^a bem que Angola, no quadro da sua Constituição actual, está comprometida com um Estado de direito de lei e com o respeito dos direitos humanos.

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Mas essa é a questão!

O Orador — Sabe V Ex^a, também, que a subscrição da carta constitutiva da CPLP tem vínculos e obrigações em matéria de direitos humanos. E sabe, ainda, que o facto de Angola pertencer ao grupo de países ACP também implica um conjunto de obrigações em matéria de direitos humanos.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — E cumprem ou não cumprem?

O Orador — E devo dizer que, não no quadro de um desafio inquisitorial, mas no quadro do diálogo político com o país amigo que é Angola, temos suscitado várias vezes questões relacionadas com o aperfeiçoamento político do sistema angolano, com o respeito pelo Estado de direito, do pluralismo, e com o respeito dos direitos humanos. E fazêmo-lo num quadro de diálogo político.

O Sr Presidente — Agradeço que termine. Sr Ministro

O Sr Sílvio Rui Cervan (CDS-PP) — Ó Sr Presidente, não responde a uma pergunta!

O Orador — V Ex^a fá-lo num quadro declaratório de confrontação política, com o qual não alcança qualquer resultado. No entanto, o que V Ex^a não pode ignorar é que Angola é um país em guerra e que, naturalmente, a situação dos direitos humanos em Angola seria muito diferente se o país não estivesse em guerra.

Vozes do CDS-PP — Ah!

O Sr Presidente: — Agradeço que termine, Sr Ministro

O Sr Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — E nós agradecemos que responda!

O Orador — Veja a comparação com Moçambique. Isto é, em Angola, se um partido político se tivesse comportado como outro partido político de oposição em Moçambique, .

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Ministro

O Orador — teríamos, seguramente, um nível diferente de direitos humanos em Angola

O Sr. Carlos Luís (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente. — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Sr Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Sr^{as} e Srs Deputados, o Sr Ministro disse, na sua intervenção, que o Sr Primeiro-Ministro, no Cairo, teria aludido ao caso Rafael Marques e à defesa da liberdade de imprensa em Angola. Falou-nos também sobre as coerências do Governo e sobre as «não retóricas» do Governo em matéria de defesa de direitos democráticos e de direitos humanos

Perguntava-lhe, muito concisa e directamente, Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, por que é que o Governo português não tomou qualquer atitude quando, na sequência da aprovação de um voto, por esta Câmara, de preocupação em relação à liberdade de imprensa em Angola, nomeadamente em relação à ausência de condições de defesa do jornalista Rafael Marques, as autoridades angolanas consideraram que era uma ingerência nos assuntos internos de Angola

Desse ponto de vista, pergunto-lhe, que coerência é esta ou como interpreta o Governo essa posição e essa atitude, em relação ao que veio, depois, mais tarde, em episódio sobre episódio, a constituir aquilo a que o Sr Ministro chamou, num particular manuseamento da língua portuguesa, os tais *fait divers*?

A segunda pergunta que lhe dirijo, muito directamente, Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, tem a ver com essa coerência e com a ausência de retórica sobre direitos humanos. Já por mais de uma vez, ao chegarem ao Aeroporto da Portela, angolanos fugidos da guerra foram repatriados, e em relação a vários deles ainda hoje não se sabe o paradeiro. Fugiam da mobilização militar, fugiam de uma situação de guerra. Porque é que o Governo português, «sem retórica» e com coerência, não pode conceder asilos a quem foge de uma situação de guerra, repatriando cidadãos jovens nessas circunstâncias?

Sr Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, com toda a lisura, que coerência existe nessa defesa da política de direitos humanos? Ou será que a relação Estado a Estado apenas se fica, até quase ao limite do possível, pela defesa única e exclusiva daquilo que é o realismo político?

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — Sr Presidente, Sr Deputado, a política de direitos humanos é uma componente essencial da política externa portuguesa, assim como a defesa dos valores democráticos. V Ex^a compreenderá que, para a defesa da democracia ou dos direitos humanos, não se pode adoptar uma política totalitária, nem uma política de tipo colonial

A realidade internacional tem de ser tratada com a cautela devida. E muitas vezes, sobretudo na conversão dos marxistas-leninistas à democracia, há a tendência de fazer mudar de campo da substância política, mantendo o campo da metodologia política. E, então, convertem-se em totalitários da predicação democrática, e totalitários da predicação dos direitos humanos

Risos do PS.

É preciso haver um balanço e é preciso haver uma descompressão intelectual saudável

V Ex^a sabe que, muito antes do seu partido colocar aqui, na Assembleia da República, estas questões, Portugal, através da troika da União Europeia, em Angola, em 4, 9 e 20 de Novembro — a Finlândia não tem embaixada em Luanda (Portugal já estava na *troika* e presidia, em Luanda, à União Europeia) —, fez diligências focadas no caso do jornalista Rafael Marques. E V Ex^a, se é um observador atento, também não ignorará um facto em Angola, durante muito tempo, houve um regime de partido único e houve, depois, um início de abertura democrática que fracassou por causa do desencadear de uma nova guerra civil. Mas V Ex^a não ignora que, mesmo assim, hoje, em Angola, há pelo menos uma rádio independente — que pertence à Igreja —, vários jornais independentes, vários semanários independentes,

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Isso é que é liberdade de expressão?

O Orador — que confrontam o poder político angolano e que têm problemas com o poder político angolano

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Isso não lhe fica nada bem!

O Orador — Mas, naturalmente, V Ex^a não ignora que essa situação é um pouco diferente de uma situação em que não há sequer um mínimo de possibilidade de confrontação de ideias políticas

O Sr. Silvio Rui Cervan (CDS-PP) — Se os jornalistas falam, são presos!

O Orador — É uma sistema imperfeito, mas é um sistema diferente de uma ordem totalitária. Nós temos de impulsionar essa dinâmica e favorecer aquelas forças que afirmam o pluralismo, essas rádios independentes, esses jornalistas independentes e essas formações jornalísticas independentes

É por isso que na presidência portuguesa da União Europeia, logo em 17 de Janeiro, muito antes de VV Ex^{as} se moverem sobre este assunto, já se instava o governo

angolano a criar o clima político social e económico necessário para que a democracia e o Estado de direito vinguem em Angola. A União Europeia considera que o governo é especialmente responsável.

O Sr Presidente — Agradeço que abrevie. Sr Ministro

O Orador — pela promoção dos direitos humanos, inclusive nas zonas que estiveram sob controlo da UNITA, e dos princípios democráticos, pela boa governação e pela consolidação de uma sociedade livre

Como V Ex^a poderá verificar, pelos canais adequados das relações amigas com um país amigo, nós temos procurado propugnar os valores do Estado de direito, da democracia, do pluralismo e dos direitos humanos

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral.

O Sr João Amaral (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em relação à matéria desta interpelação, seguramente que se pode e deve esperar que a Assembleia faça um debate, tendo por guia o interesse nacional e por definição contribuir para melhorar o nível de cooperação entre o Estado português e os países de língua portuguesa, entre eles Angola. Creio que, provavelmente, não é com a interpelação da «mosca» que se consegue esse objectivo

Risos do CDS-PP.

Gostaria de colocar ao Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros uma questão muito concreta que tem a ver com o relacionamento entre Portugal e Angola. Foi já aqui dito que não há melhor opção do que a da paz. Subscrevo inteiramente uma frase como essa nos exactos termos em que ela está definida pela comunidade internacional. Isto é, para se conseguir a paz em Angola é necessário obrigar ou levar a UNITA a cumprir os acordos que assumiu, as obrigações que decorrem desses acordos e a cessar a militarização que manteve ao longo deste tempo. Não há outro caminho. Esse caminho é reiterado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em sucessivas resoluções, tendo-se pronunciado sobre esta matéria adoptando medidas concretas em diferentes domínios que vão desde o controlo dos armamentos ao controlo e proibição de representações externas.

Ora, o problema concreto que se coloca agora é que o Conselho de Segurança das Nações Unidas tomou, há uma semana, uma nova resolução sobre esta matéria, reiterando todos os seus princípios por unanimidade no que toca à responsabilização da UNITA pela guerra que pesa sobre Angola.

Mas, no relatório em que se fundamenta a resolução das Nações Unidas, Portugal é referido por duas vezes, sendo, numa delas, mencionado no que toca à representação da UNITA. Concretamente, é dito que essa representação, a nível oficial, foi encerrada, mas depois é dito que ela se mantém a operar através de uma organização que é devidamente nomeada e com responsáveis que são também nomeados. Isto é, o relatório no qual se baseou o Conselho de Segurança das Nações Unidas denuncia aquilo que

toda a gente sabe, ou seja, que a UNITA tem aqui representação e que a UNITA tem aqui representantes, em violação do disposto nas resoluções daquele Conselho.

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador — A pergunta muito concreta que lhe coloco, Sr. Ministro, é a seguinte que medidas adoptou o Governo para fazer cessar esta situação? Ou considera o Governo que pode manter-se esta situação à margem do exposto na resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas?

O Sr Presidente — Muito obrigado. Sr Deputado

O Orador — Para terminar, Sr Presidente, quero só dizer que espero que o Sr Ministro se vanglorie das medidas me vai anunciar que vai tomar quanto à representação da UNITA.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — Sr. Presidente, Sr Deputado João Amaral, como V Ex^a bem sabe, o regime de sanções à UNITA imposto pela comunidade internacional, através do Conselho de Segurança das Nações Unidas — com endosso universal, desde a União Europeia, ao SADEC, à OUA e todos os países democráticos —, visa não a extinção desse movimento, como é óbvio, mas, sim, a sua reconversão de aparelho político-militar em partido político competitivo no quadro da democracia angolana.

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — No quadro de quê?

O Orador — cujo aperfeiçoamento se tornaria, então, muito necessário e importante

É óbvio que esse regime tem vindo igualmente a ser aperfeiçoado, por determinação da comunidade internacional e por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de que o exemplo mais importante é a resolução adoptada a 18 de Abril deste ano. Essa resolução, feita na sequência do relatório Fowler, faz um inventário de medidas que deverão ser aperfeiçoadas e reforçadas, a maioria das quais não envolvendo Portugal, como é óbvio, como o comércio de armas, o comércio de petróleo e de produtos petrolíferos, o comércio de diamantes, fundos e outras disponibilidades financeiras.

No quadro da chamada representação da UNITA em Portugal, o próprio Relatório Fowler reconhece que ela foi encerrada em 1998.

Como V Ex^a sabe, as sanções em relação aos chamados altos representantes ou altos oficiais da UNITA, que são sanções que têm a ver com a sua interdição de entrada ou de permanência no território nacional, com a não facultação de vistos ou de passaportes, apenas se aplicam a pessoas de nacionalidade estrangeira.

E, naturalmente, o quadro sancionatório das Nações Unidas é um quadro sancionatório que temos de aplicar, e aplicamos, em consonância com a circunstância de Portugal.

ser um Estado baseado no direito, o que significa um Estado que procede à recepção automática das resoluções do Conselho de Segurança, mas que, depois, procede de acordo com a lei democrática que impera no País.

É também nesse contexto que, agora, vamos apreciar o que nos virá a ser novamente fornecido, em termos concretos e de detalhe, pelo Comité de Sanções, visto que esta Resolução pede a este Comité que, em consulta com o governo de Angola, proceda à actualização da lista dos dirigentes da UNITA que serão passíveis deste tipo de sanções.

O Sr Presidente — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Teresa Patrício Gouveia

A Sr^a Teresa Patrício Gouveia (PSD). — Sr Presidente, Sr Ministro, como é que o Governo explica que, apesar de uma tão excelente condução da política externa no que diz respeito a Angola, o resultado seja uma série de sarilhos político-diplomáticos, de que não há precedentes no relacionamento entre estes dois países?

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora. — Que relação é que existe ou que alguém pode estabelecer entre esses milhões e essas percentagens que são canalizadas, segundo o Governo agora nos informa, para a cooperação com Angola e a atitude permanentemente impertinente e provocatória do governo de Angola, de que estes incidentes são testemunho, que afectam a dignidade das instituições do Estado português?

O Governo refugia-se no argumento do interesse nacional. Pois, então, vamos identificar esse interesse! Vamos debater o interesse nacional! Penso que este seria um dos objectivos importantes da interpelação que o meu partido fez ao Governo. E era bom que esses interesses fossem explicitados, fossem politicamente debatidos e fossem reconhecidos e apoiados pelos portugueses, coisa que não parece não ter acontecido até agora. O dia de hoje teria sido uma boa oportunidade para o fazermos.

O Sr Ministro identifica aqui, tal como aconteceu em comissão, interesses portugueses com os saldos comerciais, os fluxos de investimento financeiro, etc. Tudo isso são, com certeza, interesses legítimos! Mas pergunto se, em nome desses interesses, deveremos continuar a ser servis e a receber «bofetadas» sistemáticas do governo de Angola.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — E a dignidade do Estado, Sr Ministro, não é um interesse nacional? Não é esse, justamente, um interesse nacional?

Por outro lado, assistimos continuamente a denúncias gravíssimas, feitas por entidades internacionais, relativamente ao regime de Luanda pela sistemática violação dos direitos humanos. Isto acontece todos os dias! Ainda hoje, através da imprensa portuguesa, tivemos notícias de dificuldades de acesso de ajuda humanitária aos deslocados de guerra, pelo facto de o governo angolano querer forçar esses deslocados de guerra a voltarem às zonas de conflito. Ainda ontem ouvimos que mais um jornalista angolano vai ser objecto de julgamento por delito de opinião. E ouço o Sr Ministro dizer que o governo de An-

gola subscreveu a Carta de Princípios da CPLP e outras cartas de direito internacional! Mas o que é que o Governo faz quando o governo de Angola viola esses princípios?

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Muito bem!

A Oradora: — Não há nada a dizer? O critério dos direitos humanos não é também do interesse nacional? Não é um interesse a defender no relacionamento com os outros Estados? Quando é que se denuncia essa violação? É no confessionário? É à puridade?

Também estranho que o Sr Ministro se refugie no argumento de se estar com Angola numa situação de guerra, o que seria normal ou, eventualmente, compreensível por parte do governo angolano, para se desculpar de todas estas violações. Justamente de um governo em relação ao qual não temos a certeza se tem verdadeira vontade de pôr termo a essa guerra. E não somos só nós a dizê-lo, é a própria Igreja de Angola, os Bispos de Angola e muitas outras entidades credíveis que colocam legitimamente essa questão!

E, Sr Ministro, como diz que, agora, há rádios livres, também pergunto o que é que acontece aos jornalistas que usam a liberdade de expressão. Não vão, no dia seguinte, ser julgados e postos na prisão?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

Entretanto, assumiu a presidência o Sr Vice-Presidente João Amaral.

O Sr Presidente — Sr.^a Deputada, peço-lhe que termine.

A Oradora: — Não quero ser candidata, Sr Ministro, mas penso que a questão dos direitos humanos não tem sido devidamente atendida no relacionamento com Angola.

E seria bom que levássemos toda esta discussão até ao fim e que o Governo saísse desta espécie de visão panglossiana das relações com os países lusófonos e da política africana e que

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr.^a Deputada, tem de concluir

A Oradora: — Concluo já, Sr Presidente

Como estava a dizer, também seria bom que reconhecesséssemos que as circunstâncias mudam no terreno e que a própria comunidade internacional incorpora, adopta e propõe novos princípios para a ordem jurídica e para a ordem moral.

O Sr Presidente (João Amaral) — Sr.^a Deputada, tenho de manter o critério que estava a ser seguido pelo Sr Presidente, portanto, peço-lhe que conclua

A Oradora. — ... que Portugal deveria também reconhecer, e que a própria opinião pública portuguesa exige, porque foi uma manifestação de desconforto e de não aprovação da política do Governo em relação a Angola aquela que a opinião pública expressou a propósito de vários acontecimentos recentes

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente (João Amaral): — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios de Estrangeiros — Sr Presidente, Srs Deputados, naturalmente que respeito muito intervenções do género da que fez a Sr^a Deputada Teresa Patrício Gouveia

A Sr.^a Deputada alude à existência de sarilhos político-diplomáticos Pois bem, o que ela gostaria é que actuássemos como ela preconiza, para termos ainda mais sarilhos político-diplomáticos, para, então, vir aqui carpir completamente e meigamente essa situação, invectivando o Governo por não ser capaz de estabelecer e de manter boas relações com os países africanos de língua portuguesa. Nós compreendemos, é o vosso papel!

Mas há uma diferença interessante é que nos outros países que têm problemas semelhantes — veja-se o caso, tantas vezes, de Espanha com a Guiné Equatorial ou com Cuba, o caso das relações de França com tantas das suas antigas colónias ou o caso de Inglaterra com tantos países africanos e outros — não vemos oposições que vêm.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Mas também não ouvimos dizer que são *fait divers*!

O Orador — . no fundo, não pedir para que haja a solução do problema, mas lastimar que os problemas tenham sido tratados por forma a não gerar problemas ainda maiores

V Ex.^a pede para nós fazermos muito em matéria de direitos humanos! Hoje, a situação dos direitos humanos, à escala universal, estará um pouco melhor, com altos e baixos, do que aquela que existia há uns anos atrás

Quando o partido de V Ex.^a esteve no governo, qual foi a iniciativa que tomou em matéria de direitos humanos quanto a Angola? E a situação dos direitos humanos e da liberdade de imprensa, nessa altura, em Angola, era melhor ou pior do que é hoje?

O Sr. Carlos Luís (PS) — Muito bem!

O Orador — Gostava que V Ex.^a meditasse também nestes assuntos para ter uma posição mais serena sobre estas questões

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta Tem mais 2 minutos cedidos pelo Grupo Parlamentar do PSD

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Sr Presidente, antes de mais, quero agradecer ao PSD esta gentileza

Sr Presidente, Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros, se me permite, gostaria de rememorar que, há uns bons vinte e tal anos, quando o II Governo Constitucional foi constituído, uma das pessoas responsáveis pela formação desse governo, quando se pôs a hipótese de V Ex.^a assumir a pasta da Administração Interna — penso que, nessa altura, V Ex.^a ainda não tinha 30 anos —, disse «Ah, o Dr Jaime Gama é um ‘peixe de águas profundas’». E disse isto, enfim, para o elogiar, obviamente que sim

V Ex.^a veio aqui demonstrar que hoje é um «peixe de águas profundíssimas», porque, realmente, às perguntas que foram feitas, não respondeu Pelo menos, às oito perguntas que o Presidente do meu partido lhe colocou, só respondeu a uma, e mal!

Quero dizer a V Ex.^a o seguinte espero que, desta vez, «venha um pouco mais à superfície», porque vou fazer-lhe algumas perguntas concretas

Mas, antes disso, desejo reafirmar o que V Ex.^a já sabe, porque já tive ocasião de o dizer na Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, que discordo inteiramente da forma como V Ex.^a entende proteger os interesses de Portugal em Angola

V Ex.^a entende fazer uma *real politik* extremamente hábil, no seu ponto de vista, mas eu entendo que os nossos interesses não se defendem bem dessa forma, defendem-se melhor, como preconizam alguns colegas seus do seu partido, com mais firmeza, mais clareza e mais determinação

O segundo aspecto tem a ver também com o seu conceito de democracia aplicada ao sistema angolano Fosse ele correcto e podíamos dizer que, em 1973, a democracia portuguesa era mais perfeita!

Risos do Sr Deputado Paulo Portas

Quando há jornalistas presos, quando se passa tudo aquilo que V Ex.^a sabe, e V. Ex.^a vem aqui falar que há uma democracia, aparentando concordância com tudo isso, penso que isso, salvo o devido respeito (que, como sabe, é muito), é totalmente inadmissível e julgo que é uma inópia

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — Está a fazer uma caricatura do que eu disse Mas compreendo que a faça!

O Orador — Não foi caricatura! Mas V Ex.^a terá oportunidade de corrigir as suas afirmações, e é bom até que o faça em termos de concepção da sua maneira de pensar

Mas, Sr Ministro, quero pôr-lhe algumas questões concretas, que têm a ver com a leitura que hoje fiz do relatório do Banco de Portugal, que relata a dívida externa de Angola, em Setembro de 1999, em relação a Portugal Gostava de saber, Sr Ministro, se estes números da dívida externa angolana em relação a Portugal são correctos ou não a dívida directa é de 475 milhões de dólares e a dívida a médio e longo prazos, garantida pelo Estado português, é de 204 milhões de dólares, o que dá 679 milhões de dólares, ou seja, cerca de 144 ou 145 milhões de contos Estes números da dívida directa ao Estado português são correctos? Não são? Pecam por excesso? Pecam por defeito?

Ao lado disto ainda há mais cerca de 700 milhões de dólares que têm a ver com a dívida comercial, não garantida pelo Estado português, a empresas portuguesas, o que significa que, no conjunto, estamos a falar aqui em perto de 300 milhões de contos, quando VV Ex.^{as} acham que, quando se lhe tenta tocar nas pensões dos reformados, já é um excesso

O Sr Presidente (João Amaral) — Peço-lhe que termine, Sr Deputado

O Orador — Termine já, Sr Presidente

Portanto, pergunto ao Sr Ministro o seguinte como é que o Governo encara esta dívida? É para ser paga? Não é para ser paga? É para ser paga negociada? Se é para ser paga negociada, como é que vai ser negociada? Se é para ser perdoada, como é que vai ser perdoada? Se é, o Go-

verno que o diga Que ligação é que há entre esta dívida e as despesas de guerra que tem assolado a terra martirizada de Angola?

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — Sr Presidente, Sr Deputado Basílio Horta, confirme genericamente os dados que o Sr Deputado apresenta,

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Ainda bem!

O Orador — e, que, aliás, são públicos,

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Há tanta coisa pública que V Ex^a não confirma!

O Orador — porque fazem parte de relatórios oficiais, designadamente do Banco de Portugal

Como V Ex^a sabe também, desde 1987 que existem instrumentos para garantir o bom pagamento das exportações portuguesas para Angola Em 1992, cessaram os pagamentos de Angola e também os fornecimentos de petróleo, que, depois, foram retomados e, mais tarde, interrompidos

Há um enquadramento negocial sobre o rescalonamento e o pagamento da dívida externa de Angola, que está a cargo das autoridades financeiras dos dois países e que também esperamos que venha a ter um desenvolvimento mais consolidado depois do estabelecimento deste primeiro acordo entre o FMI e Angola

E naturalmente que também a solução do problema angolano numa óptica de paz e de reconciliação, repondo a normalidade no país, será um caminho seguro para que esse assunto seja resolvido

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o S. Deputado Henrique de Freitas

O Sr. Henrique de Freitas (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Ministro, vou seguir o conselho de V Ex^a, e, manuseando o português, dizer que brindou esta Casa com um discurso que, à luz da interpelação do PSD, é um pequeno acontecimento V Ex^a trouxe notícias pouco importantes sobre a política de cooperação com Angola e é caso para dizer, com muita, mas muita, propriedade, que V Ex^a apresentou nesta Casa um discurso de *faits divers*

Vozes do CDS-PP — Isso é verdade!

O Orador — O discurso de *faits divers* é, de facto, o único *fait divers* que podemos encontrar desde que V Ex^a (ou alguém em nome de V Ex^a) manifestou apenas surpresa e desagrado perante as declarações do Ministro da Comunicação Social de Angola sobre Mário Soares e João Soares Tudo o resto surpreendeu-nos e desagradou-nos, mas também cremos que surpreendeu e desagradou aos portugueses E o País assistiu, no último mês, à desafinação

socialista que, em vários tons — Governo por um lado, grupo parlamentar por outro, comissão política do PS por outro —, tocaram várias escalas e várias melodias diferentes Algumas melodias bastante interessantes! Uma delas é tocada pelo Dr João Soares e explica um pouco o que se passou hoje, nesta tarde, neste hemicírculo «o Dr Jaime Gama tem dificuldade em exprimir afetos» — também tem dificuldade em exprimir esclarecimentos!

Risos do PSD e do CDS-PP

E qual é a razão de tudo isto? O problema do Dr. Jaime Gama não é de «profundidade das águas», mas de «temperatura das águas»!

O Sr. António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador — E o Dr Mário Soares, o que é que de si disse? «Lamento que o Ministro Jaime Gama considere um *fait divers* a honra dos seus amigos Se o ataque das autoridades angolanas tivesse sido feito à sua própria honra, acharia também tratar-se de um *fait divers*?»

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — «E quanto à honra do Estado português, que foi posta em causa pela diatribe do Ministro de Angola?»

A verdade é que isto foi um terramoto que abalou a família socialista e abalou as relações com Angola Mas a réplica ainda estava para vir com o Primeiro-Ministro em Bruxelas (uma vez mais, em reuniões da International Socialista), com o Ministro da Presidência no Brasil, com V Ex^a no Luxemburgo (o que dava até para fazer uma reportagem do *Mundo VIP*!), as autoridades angolanas impediram o desembarque em Luanda de 27 portugueses, alegando que não dispunham de visto de trabalho nem meios de subsistência E, na ausência do País deste virtuoso triângulo do poder socialista, foi o Ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, que assumiu a reacção e assumiu uma nova pasta a da repatriação externa!

Risos do PSD.

E, zelosamente, obrigou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a cumprir a lei! Ficámos assim a saber que, até então, o serviço tutelado pelo Ministro Fernando Gomes não era rigoroso no cumprimento da lei! Belo exemplo de cidadania republicana, laica e socialista!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Estalou, portanto, o verniz socialista O Governo por um lado, o PS por outro, grupo parlamentar socialista por outro! Mas a verdade, Sr Ministro, é que ninguém contesta, em Portugal, o carácter prioritário da cooperação no elenco das tarefas externas do Estado. É assim porque a política africana de Portugal radica na nossa própria cultura política, radica na nossa identidade como Nação E a identidade político-diplomática de Portugal exprime-se, aliás, nesta vocação universalista e, portanto, africana É por essa razão que o nosso relacionamento com África tem de ser um relacionamento expresso num trata-

mento diplomático diferenciado, que crie um espaço privilegiado de diálogo

Ora, a verdade é que a incoerência do Governo, a honra que o Governo não defendeu quando autoridades portuguesas de relevo foram ofendidas, o facto de o Governo não ter explicado, nem mesmo hoje aqui, os últimos acontecimentos que marcaram o relacionamento entre Portugal e Angola, leva-me a dizer que esconder esta realidade, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, não credibiliza o seu discurso e torna-o, de facto, um *fait divers* político e diplomático

Aplausos do PSD e do CDS-PP

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

O Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — Sr Presidente, tenho pouco a comentar relativamente a esta intervenção. O Sr Deputado leu bem, citou bem — está no seu direito. Mas também não quer que eu responda. Também não perguntou muito! Enfim, há um ponto que vou aproveitar para responder, que é o que se refere à firmeza

VV Ex^{as} têm, mesclando um pouco num tom ou outro, trazido sempre o argumento da firmeza e da dignidade. Então o Sr Deputado Paulo Portas está sempre com esse argumento!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Foi o Dr Mário Soares que falou nisso!

O Orador — O Sr Deputado Paulo Portas sabe que a dignidade e a firmeza são coisas que se defendem não por palavras mas por substância

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Diga isso ao Dr. Mário Soares!

O Orador — Há uma coisa que V Ex^a tem de entender, que é esta: o seu partido começará a aproximar-se de ser um partido de governo quando começar a falar sobre essa questão de outra maneira! E, para mim, a prova de que também o PSD se está a afastar muito de ser ou de ter sido um partido de governo é a insistência com que, agora, contrariamente àquilo que pensa e que sabe, adopta essa linguagem!

Devo dizer, em especial ao PSD, que é por respeito para com VV Ex^{as} e para com a vossa acção passada no governo, e também — confesso, egoisticamente — para não mergulhar numa linha de controvérsia com muitos sarilhos, que recairiam não sobre VV Ex^{as} mas sobre mim, que não me atrevo, nesta óptica da discussão dos actos de firmeza, a lembrar muitos actos de firmeza dos governos de VV Ex^{as}!

O Sr José Magalhães (PS) — Oh, que firmeza!

O Sr Presidente (João Amaral) — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró.

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, já estivemos do mesmo lado nesta questão,

tendo o Sr. Ministro acabado de confessar que agora deslizou para o lado que ambos combatemos

Lembra-se de quando estávamos na comissão de inquérito sobre as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico?

Sr. Ministro, há uma pergunta muito concreta que quero colocar-lhe desde já, e que é a seguinte: se o Sr. Ministro fosse um conselheiro de Estado e um qualquer dignitário do regime angolano o insultasse publicamente, o Sr. Ministro consideraria que isso era não apenas um *fait divers* mas uma questão de luta de opiniões entre cidadãos de diversos países? Ou seria antes uma questão de relação entre os Estados?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Não estaria em causa a defesa da dignidade do Estado?

Aliás, quero chamar-lhe a atenção para o facto de que quem fala mais em dignidade do Estado na relações com Angola nem é tanto a nossa bancada, embora consideremos isso muito importante, são os próprios artigos publicados na imprensa portuguesa (que é um país livre, até ver!) pelo ex-Presidente Mário Soares

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Gostaria de ouvir a opinião do Sr. Ministro no sentido de saber se entende que também há, nesse caso, excesso de linguagem e quebra de moderação por parte desse cidadão

Aplausos do Deputado do CDS-PP Paulo Portas

Queria também dizer-lhe o seguinte: a «petro-diplomacia» — voz pela qual muitas vezes fala a ONU, ou o Conselho de Segurança da ONU — não é a única voz pela qual a ONU fala, porque a ONU também tem agências que defendem os direitos humanos, que praticam ajudas de emergência a refugiados. Na imprensa portuguesa de hoje podemos ler um relatório das Nações Unidas que diz que Angola está à beira do desastre em termos de direitos humanos. A política portuguesa também tem de atender a esta questão fulcral da nossa relação com um país em guerra

O Sr. Ministro, há pouco, quase que justificava as quebras de democracia por Angola ser um país em guerra. Mas é uma guerra civil, não é uma acção policial dentro de um Estado com o qual podemos manter relações normais! A ex-potência colonial, do ponto de vista desta bancada, não deve manter-se apenas numa atitude expectante, evidentemente que tem de agir com cautela porque tem de ter conhecimento dos ressentimentos profundos que existem entre as duas sociedades. Mas, em defesa dos direitos humanos, num país como este, Portugal não pode ter apenas uma diplomacia regida por considerações de ausência de sarilhos diplomáticos

Ao confrontar o Sr. Ministro com estas questões concretas, gostaria que, num exercício de sinceridade, nos dissesse se desliza para as acções de falta de firmeza — falta de firmeza que, pelos vistos, considerava que existia no passado — ou se entende que vale a pena manter uma atitude de princípio nas nossas relações com Angola

Aplausos do CDS-PP

Entretanto, reassumiu a Presidência o Sr Presidente, Almeida Santos

O Sr. Presidente. — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — Sr. Presidente, Srs Deputados, as nossas atitudes são de princípio em relação a todos os países. E até são mais de princípio em relação àqueles de quem somos mais amigos. Mas o método que temos, como Estado democrático, não é outro que o do diálogo político, não o método do «enxoavelho», da agressão, do desencadeamento de hostilidades. Como Estado democrático, não temos outro instrumento que não seja o do diálogo político. Aliás, se perdessemos a hipótese de realizar esse diálogo político, perdermos completamente qualquer hipótese de influenciar qualquer processo. E devo dizer, sinceramente, que aquilo que deduzo ser a matriz da vossa posição sobre este problema, embora agora um pouco deslocalizada de uma facção, nesta nova versão que lhe dá o Sr Deputado Paulo Portas, de se colar a declarações de princípios que todos nós partilhamos. .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP). — Não são declarações de princípios! São cartas episcopais!

O Orador — Que todos nós partilhamos! Não apenas V. Ex.^a — não tem esse monopólio! São valores, são indicações que todos nós perfilhamos! Não tem V. Ex.^a o exclusivo de perfilar esses valores. E ainda bem!

Penso, sinceramente, que, se o Estado português adotasse a política preconizada por VV. Ex.^{as}, ficaria totalmente incapacitado para ter a menor interferência positiva no processo angolano. Mais ainda, ficaria totalmente isolado de África. Mais ainda, tal conduziria a uma política que levaria ao fim da CPLP. Ficariamos totalmente desacreditados na União Europeia e no próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas, de que fizemos parte e queremos voltar a fazer! Isto é, a política de V. Ex.^a, se corporizada, levaria a um isolamento tal do seu autor na cena internacional que não consigo daí extraír nenhum resultado prático! Mas admito que V. Ex.^a, que está agora a fazer uma evolução nesta matéria, venha também, um dia, quando estiver mais perto das responsabilidades governativas (quicá em vésperas de fazer uma aliança sob sua liderança!), tenha então uma posição mais semelhante à nossa.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Então, quando o Dr. Mário Soares diz que a dignidade do Estado não está a ser defendida, é um radical?

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral.

O Sr João Amaral (PCP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado. Uma interpelação do PSD ao Governo sobre política externa é uma interpelação ao espelho! Se há domínio onde PS e PSD confluem com intensidade é precisamente este. E não faltam exemplos: o novo conceito estratégico da NATO, os Tratados de Maastricht e de Amesterdão, as novas funções da UEO, os projectos de federalização da Europa em variados aspectos, as intervenções militares dos

Estados Unidos e da NATO no Iraque, Bósnia e Kosovo. Exemplos não faltam!

Então, que faz aqui o PSD? O PSD vem aqui fazer ao espelho a pergunta clássica «Espelho meu, espelho meu, há política mais bela do que a minha?» Ora, como o espelho gosta de armar zaragata, diz «Há a do Dr Gama e a daquele outro senhor». — que, como VV. Ex.^{as} sabem, já aqui não está e anda por aí, pela Europa, a juntar pontos para o Qualiflyer.

Risos do PCP, do PSD e do CDS-PP

Claro que V. Ex.^a, Dr Barroso, agastou-se — e tem toda a razão! Daí, como a Cinderela, argumentou que era V. Ex.^a, com o seu delicado pesinho, que melhor calçava o «Sébago» da política boa, da política atlantista e da política da Bayer!

Risos do PCP

Este é o folclore da questão, que, como VV. Ex.^{as} viram, deu direito a muita coisa a defesas da honra, a interpelações à Mesa e a fotos, seguramente muito esbracejadas e suadas. E não esteja V. Ex.^a sorrindo porque nisso ninguém o bate!

Risos

É um fartote daquilo a que por aí se chamam notícias!

O PSD resolveu, então, centrar este espectáculo na questão do relacionamento com os países africanos de língua portuguesa, e particularmente com Angola. É uma questão séria! Mas é preciso dizer ao PSD uma coisa muito simples: o que esta interpelação visa é prolongar nesta Assembleia, e já fora de tempo, um conjunto de polémicas partidárias cujo objectivo não é, nem quer ser, o de fortalecer e dar serenidade e eficiência a esse relacionamento entre Portugal e os PALOP, nem o de defender o interesse nacional, mas, pelo contrário, o de provocar tensões internas e externas por motivos variados, mas que redundam objectivamente em dificuldades nesse relacionamento.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — As acusações feitas por duas ou três autoridades de Angola contra os Drs Mário Soares e João Soares já ocorreram há meses e continuam por provar. Os ofendidos, ou, pelo menos, um deles, decidiu apresentar queixa nos tribunais. E esta Assembleia já aprovou sobre a matéria os votos que considerou adequados no tratamento da questão, na qual, aliás, se cruzavam dois aspectos diferentes: o exercício do direito de expressar opiniões próprias e as acusações de natureza pessoal e ofensiva.

O PSD traz aqui este *dossier* para quê? Para o reabrir? Para escarafunchar a ferida? Para dificultar este relacionamento?

O relacionamento de Portugal com os PALOP é, para o nosso país, um domínio estratégico essencial da nossa política externa. As nossas relações externas têm sido excessivamente afuniladas. No domínio económico, por exemplo, são muitas as vozes que alertam para a excessiva dependência do nosso comércio externo, inclusive, com a Espanha. Não, obviamente, por cultivo de sentimentos

anti-espanhóis, que são ridículos, mas pela razão evidente de que a estratégia de Estado reclama que Portugal não fique dependente de um Estado que é várias vezes maior que Portugal e que tem o monopólio da nossa fronteira terrestre

Os países de língua portuguesa de África, mas também o Brasil, além de Timor, com ou sem língua oficial portuguesa, são uma oportunidade forte para a diversificação das nossas relações externas

O País, por responsabilidade da ditadura de Salazar e Caetano, prolongou a guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné, para além de todos os limites, exauriu as capacidades nacionais nessa guerra injusta e opressora. A descolonização foi, inevitavelmente, contenciosa. Hoje, esses países pagam uma pesada factura

Portugal deve ter com eles relações sólidas, baseadas nos princípios de direito internacional que regem as relações Estado a Estado

Alguns sonham tornar estas relações como uma espécie de prolongamento do período colonial, um neocolonialismo de fachada cooperante.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador — Há mesmo quem veja Portugal a prolongar, agora, a função missionária, como ela foi exercida há séculos, então com a religião católica erigida em religião do Estado colonial, agora com a cartilha do modelo ocidental de organização política como cartilha do Estado neocolonial

Aplausos do PCP

Só que as relações Estado a Estado não são relações de julgamento partidário, nem de direcção política dos assuntos internos

E não sejamos ingénuos, nós, onde outras potências, deste e do outro lado do Atlântico, espreitam com ansiedade os diversos conflitos para eles ocuparem espaço, influência e domínio político e económico

Somos falantes da mesma língua, somos povos com raízes históricas que se cruzam, conhecemos bem, mas nós — Portugal —, não somos insubstituíveis. Não somos uma grande potência de carteira bem recheada, temos de saber defender os nossos interesses, pelo valor do nosso empenhamento e pelo respeito com que devemos lidar com esses Estados

Aqui, o PS está a falhar. O PS encontrou na questão angolana um terreno de confronto interno. No PS coabitam fidelidades contraditórias, que podem ser geridas, por algum tempo, em aparente calma, mas que retornam à superfície, quando isso é útil, ou por razões de estratégia internacional, ou, mais vulgarmente, por razões de debate interno dentro do PS

É por isso que o PS mostra não ter as condições de estabilidade e coerência capazes de assegurarem um relacionamento adequado no plano do direito internacional com o Estado de Angola. Como é óbvio, não está em causa o livre direito de expressão, individual ou colectivo, em todos os domínios — essa não é a questão. Nem está em causa sequer que, pelos mecanismos adequados da Carta das Nações Unidas e de outros documentos de direitos internacionais subscritos por Portugal e por Angola, o País não possa referir-se às questões angolanas na exacta medida em que elas sejam da competência aceite dessas or-

ganizações, seja qual for o domínio político, militar, económico ou de direitos humanos

O que está em causa, no PS, é a existência de duas políticas que se vão exprimindo contraditoriamente nos órgãos de soberania, ao sabor de pressões da conjuntura. Não é o PS no seu debate interno ou nas suas diferenças de opinião, é a expressão no Estado dessas contradições que mostra que o PS não consegue articular uma posição de Estado coerente com a defesa dos interesses nacionais, na cooperação e relacionamento com Angola

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — O que para o PS parece, pelos vistos, impossível, é possível para a comunidade internacional, representada ao seu mais alto nível executivo, isto é, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

As posições que aqui defendemos, como partido, como política de Estado para a questão angolana são as posições que decorrem dos sucessivos relatórios e resoluções da ONU, novamente reafirmados na semana passada, como aqui já foi referido, no dia 18 de Abril, pela Resolução nº 1295 do Conselho de Segurança

Ai se diz, mais uma vez, que a causa primária da presente crise em Angola é a recusa da UNITA, sob a liderança do Sr Jonas Savimbi, em cumprir as suas obrigações decorrentes do Acordo de Paz de 1992, do Acordo de Lusaka de 1994 e das pertinentes resoluções do Conselho de Segurança. Ai se reitera, mais uma vez, a intimação à UNITA para que cumpra, imediatamente e sem condições, as suas obrigações, especialmente a desmilitarização das suas forças e a completa cooperação na imediata e incondicional extensão da Administração do Estado a todo o território de Angola

Isto é uma citação da resolução do Conselho de Segurança. Pode ser-se mais claro?

Estas apreciações são, aliás, partilhadas, na sua total extensão, pela Organização de Unidade Africana (OUA), pela Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), pelas reuniões dos Países Não Alinhados, realizadas em Washington, em 23 de Setembro de 1999, e em Cartagena, em 7 de Abril passado

Nestes debates e nas posições destas organizações não esteve só o apoio às apreciações mas também a todas e a cada uma das medidas que o Conselho de Segurança tomou quanto à proibição quer de comércio de armas com a UNITA, quer de fornecimento de petróleo à UNITA, quer de controlo de tráfico de diamantes, considerado pela ONU como a principal fonte de financiamento da UNITA, quer de controlo de fluxos financeiros, quer de limitação das representações externas da UNITA, incluindo a suspensão e o cancelamento de «Vistos»

A Resolução das Nações Unidas tem por base o relatório do painel de peritos sobre as violações das sanções do Conselho de Segurança. Este relatório é um estudo fundamentado sobre a rede de cumplicidades que vem permitindo à UNITA manter a sua máquina de guerra e, através dela, persistir no incumprimento das suas obrigações, dadas as obrigações que tem perante o Conselho de Segurança, face aos acordos que firmou e às resoluções da ONU

Há uma longa lista de países, incluindo Portugal, que são referenciados neste relatório. Basta ver o à-vontade e

o descaramento com que os representantes da UNITA actuam em Portugal para que ninguém, aqui ou no Governo, possa fazer de conta que ignora que em Portugal não são cumpridas as resoluções do Conselho de Segurança sobre representações e viagens de representantes da UNITA. Eles continuam a manter, neste País, de facto e na realidade, uma representação — falando nos termos de representantes da UNITA.

Vozes do PCP — É uma vergonha!

O Orador. — Em muitos países, este relatório foi imediatamente analisado e, sobre ele, foram tomadas as medidas adequadas, mesmo sem esperar a Resolução do Conselho de Segurança. Por exemplo, em vários países, foram nomeadas comissões governamentais para verificarem o estado de aplicação das sanções do Conselho de Segurança. A Bélgica, expressamente visada no capítulo referente ao tráfico de diamantes, fez, de imediato, deslocar a Angola um alto representante do Estado e tomou uma série de medidas concretas, no espaço de um mês, de tal forma que a própria Resolução, que foi tomada em 18 de Abril, assinala e louva estas medidas. E Portugal?

A Resolução do Conselho de Segurança estimula os Estados à adopção de medidas concretas quanto ao tráfego aéreo, à proibição do fornecimento de armas e ao reforço dos mecanismos policiais de controlo dos tráficos ilícitos. Em geral, para além de exortar os Estados ao cumprimento e à não violação das suas resoluções, o Conselho de Segurança instituiu um mecanismo de monitorização, composto por uma equipa de cinco peritos, para procederem à verificação, pelo período de seis meses, com apresentação de um relatório em 18 de Outubro de 2000, considerando, desde já, a própria Resolução, a possibilidade de, nessa data, adoptar novas medidas contra a UNITA.

Em relação a este relatório, o PCP pediu, em meados de Março, a presença do Governo na Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação para se proceder à análise do mesmo. Reiteramos este pedido, não só quanto ao relatório mas também quanto à Resolução que, entretanto, foi aprovada pelo Conselho de Segurança.

Queremos saber que medidas, em concreto, estão a ser adoptadas. Queremos saber, exactamente, o que está a ser feito para levar ao caminho da paz, que é o de forçar a UNITA a aceitar o cumprimento das suas obrigações e a desmilitarizar-se. Este é o caminho a que Portugal está vinculado!

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Há, no Relatório Fowler — já há pouco o disse —, referências a Portugal. O que fez o Governo quanto a isto? Há pouco, ouvimos o Sr. Ministro dizer que iria analisar as recomendações que se seguiram.

Sr. Ministro, por que é que não é possível fazer, de imediato, aquilo que deve ser feito em matéria de cumprimento das obrigações de Portugal no que toca às resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas? Da nossa parte, não temos hesitações no apoio a essas resoluções.

Não confundimos as responsabilidades da guerra com as questões da política interna de Angola, que aos angola-

nos dizem respeito. Salazar entendia que a ONU estava errada e que ele, colonialista e ditador, é que era o iluminado da verdade; entendia que tinha de converter os angolanos à portugalidade e aos valores cristãos e ocidentais. Eram assim os tempos da ditadura. Vamos ver se enterramos, de vez, os tiques colonialistas e todos os seus resquícios, que ainda povoam muitas mentes.

Aplausos do PCP

A cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa pode e deve ser reforçada em muitos domínios e Portugal tem de ser capaz de ir muito mais longe do que foi até hoje, particularmente no apoio ao desenvolvimento, à educação, aos programas sociais e à promoção da língua comum.

Mas, de parte a parte, a cooperação faz-se na base do acordo, sem preconceitos, sem pretensões hegemónicas, sem tiques de retaliação. A cooperação desenvolve-se e cresce na base do respeito mútuo, da solidariedade e da conjugação de interesses.

Desta tribuna, na ocasião deste debate, saudamos os Estados e os povos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe e, sendo o debate centrado, particularmente, na relação com a República de Angola, manifestamos o nosso empenhamento, no respeito das Resoluções do Conselho de Segurança, para que, finalmente, a paz, que todos desejamos, mas antes de todos é desejada pelos angolanos, seja finalmente alcançada e, com ela, a prosperidade, a justiça e a democracia em todas as suas dimensões.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Barros Moura.

O Sr José Barros Moura (PS) — Sr Presidente, Srs. Deputados. Assistimos aqui a uma intervenção sem dimensão de Estado, em que o líder do principal partido da oposição não hesitou mesmo em recorrer à falsidade para sustentar as suas posições.

São atitudes deste género, quero dizer-lhe ao iniciar a minha intervenção, que podem desacreditar a dignidade da política.

O Sr José Magalhães (PS). — É verdade!

O Orador — Também o nível do debate, entre a direita, que aqui se passou sobre as relações com Angola e com África, vai no mesmo sentido e não parece minimamente esclarecedor sobre os rumos da política externa portuguesa no que toca à África.

De resto, este é um debate requerido. Se incidisse sobre a política geral em relação aos países africanos de língua oficial portuguesa, ele faria todo o sentido, ao incidir sobre as acusações feitas a Mário Soares e a João Soares ele está claramente desactualizado. Aliás, a questão segue até os seus trâmites pela via judicial e foi aqui suficientemente discutida na altura própria.

Entretanto, houve o problema, também ele já resolvido, das recusas de entrada de cidadãos portugueses em Angola. Também esse assunto foi superado graças à firmeza do

Governo aliada à diplomacia. Mas com os portugueses impedidos de entrar em Angola não se preocupou o PSD!

Não se comprehende, não pode compreender-se, a interpelação ao Governo por parte do PSD e muito menos por parte do Dr Durão Barroso. Com efeito, o PSD não assumiu nunca claras divergências de fundo quanto à política desenvolvida em relação aos PALOP no seu conjunto e a Angola em particular. Mas há diferenças e bem importantes.

Onde o PSD tinha uma propaganda de boas relações, o Governo do PS tem uma obra que leva os PALOP a considerarem a cooperação excelente, ao ponto de muitas das críticas feitas por certa oposição ao Governo do PS serem no sentido de haver excesso de cooperação e de relações com os PALOP.

O Sr Carlos Luís (PS) — Muito bem!

O Orador — Relações, friso, que se desenvolvem, e devem desenvolver-se, no interesse comum dos povos interessados.

A enorme diferença está, pois, em que, onde o PSD só prometeu, o PS fez. E já foram aqui referidos inúmeros exemplos a CPLP, o Instituto Camões, os centros culturais, a promoção da língua, as bolsas de estudo, a RTP-África, o aumento e a orçamentação das verbas para a cooperação, etc.

A diferença fundamental está, portanto, no facto de o Governo do PS ter superado uma retórica sobre relacionamento especial com os PALOP e com África, estabelecendo-a na prática. Só isto permitiu realizar a Cimeira União Europeia-África, que o Dr Durão Barroso condenou antecipadamente ao fracasso e que não foi capaz de reconhecer o grande sucesso do Governo quando a cimeira se realizou.

O Sr Carlos Luís (PS) — Muito bem!

O Orador — contra todas as suas previsões e desejos

A CPLP — e sem ignorar as limitações objectivas deste espaço — é, por exemplo, uma organização com domínios de cooperação mais alargados do que a Commonwealth ou a francofonia.

Do PSD não temos qualquer lição a receber nesta matéria.

O Sr Carlos Luís (PS) — Muito bem!

O Orador — O PSD tem divergências de fundo sobre Angola? É contra as resoluções da ONU e do Conselho de Segurança? Não está de acordo com as posições da Troika, da União Europeia, da OUA da SADC sobre a guerra em Angola ou com o modo de, através da aplicação de sanções, reconduzir a UNITA à via da luta política em vez da luta armada? O PSD defende agora que Portugal afronte a comunidade internacional e fique isolado? O PSD defende um caminho que leve a agravar as referências feitas a Portugal no relatório Fowler?

As atitudes que o PSD agora está a tomar levam a crer que estaria a tentar mudar de posição, esquecendo o passado. Mas, naquilo em que ensaiava uma posição diferente da do Governo, as posições do PSD são de um vazio confrangedor.

O líder do PSD defendeu há dias, a propósito do problema das recusas de entrada de portugueses em Angola, a suspensão da cooperação militar. É isso uma resposta proporcionada? É isso sentido de Estado? Ou não passa de mais uma atitude de pequena oposição politiquera e oportunista, a exemplo de outras tantas, como no caso das manifestações dos polícias?

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O PSD defende que a vertente da cooperação militar seja retirada por Portugal do âmbito da CPLP? Curiosa concepção do interesse nacional!

Aliás, a explícita solidariedade para com a participação do partido do Sr Haider no governo austriaco define bem as referências de política internacional do PSD.

Como compreender a «demonização» aqui feita, mais uma vez, da Internacional Socialista, a não ser como resquício de uma época, felizmente ultrapassada, em que se olhava com desconfiança todos os partidos políticos, não só os nacionais como os internacionais. A não ser assim, será, por certo, uma manifestação de ciúme pelo facto de o PSD não ter sido sequer capaz de realizar em Lisboa a Cimeira do PPE, que costuma ter lugar aquando de todas as cimeiras da União Europeia.

Mas, se o PSD pretende dar lições sobre o modo de fazer política externa, de nos relacionarmos com os PALOP e de dignidade do Estado, teremos de lembrar-lhe alguns pequenos «detalhes», desde o conhecido enxovalho público que o seu antigo Ministro André Gonçalves Pereira recebeu, sem reagir, do Presidente Samora Machel.

O Sr Carlos Luís (PS) — É verdade!

O Orador — até à expulsão do então Secretário de Estado Durão Barroso da África do Sul, do apartheid, a que não se seguiu, que se saiba, qualquer retaliação,

O Sr Carlos Luís (PS) — É verdade, bem lembrado!

O Orador — para não falar já do referido fracasso da CPLP parlamentar, a que o Brasil se recusou devido à política de Cavaco Silva e de Durão Barroso para com os cidadãos brasileiros.

O Sr Guilherme Silva (PSD) — É uma falsidade!

O Orador — Isto sem esquecer o Acordo de Bicesse, de cujas grandezas e misérias o PSD e o Dr Durão Barroso não quererão, por certo, dissociar-se.

O enredo autocontemplatório sobre a sua pretensa grande obra revela completa falta de sentido autocritico, como, por exemplo, a de dizer que Bicesse conduziu à paz. Seria anedótico, se não fosse trágico!

O Sr. José Magalhães (PS) — Exactamente!

O Orador — O Sr Presidente da República expôs aqui, aquando da sessão comemorativa e evocativa dos 26 anos do 25 de Abril de 1974, algumas posições de fundo consensuais sobre as relações com os PALOP, cito. «A cooperação com os países de língua oficial portuguesa é uma prioridade da nossa política internacional e um im-

portante vector da capacidade de afirmação externa do nosso País. Ela deve assentar numa dimensão ética e cultural e na criação de condições económicas e sociais de apoio ao desenvolvimento que continuem a permitir a Portugal projectar-se como interlocutor respeitado e desejado».

Proferiu também outras declarações, talvez menos consensuais, que igualmente cito: «Reconheça-se, porém, que a herança de um imaginário histórico imperial se entrecruza, por vezes de forma equívoca, com a formulação do novo papel de Portugal no Mundo. Importa encerrar, de vez, esse período de transição entre mitos do Império e a inserção num futuro que, em definitivo, tem de assentar em estratégias claras, inseparáveis dos nossos valores democráticos».

Dizia ainda o Sr Presidente da República: «Recuso, igualmente, uma visão retórica que exija a assunção de responsabilidades desproporcionadas em relação aos meios que Portugal deve disponibilizar, por si só, para a execução da sua política externa. Tal como não me reconheço numa interpretação que confunda rigor formal, que deve presidir às relações entre Estados, com a liberdade militante das relações entre sociedades civis».

O Partido Socialista reconhece-se, por inteiro, nesta visão estratégica, cuja concretização prática deve muito, em vários aspectos, decisivamente, à acção dos seus anteriores e actual Governos!

Esta Assembleia, com a intervenção activa do Grupo Parlamentar do PS, aprovou já várias tomadas de posição sobre acontecimentos recentes relativos a Angola.

Sobre as inqualificáveis acusações de responsáveis angolanos ao Dr. Mário Soares e ao Dr João Soares, a Assembleia da República tomou, com a iniciativa e o voto do PS, as posições de protesto e de solidariedade adequadas, que foram as possíveis, atendendo às posições das diferentes bancadas desta Câmara.

No seu âmbito próprio de actuação, o Governo fez o que lhe competia, segundo as formas que entendeu appropriateas.

Quanto às questões relativas aos direitos humanos e à liberdade de expressão, também a Assembleia tomou posições claras por respeito aos princípios da indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos.

Em qualquer dos casos, tivemos o cuidado de reafirmar as bases para a solução do conflito e o restabelecimento da paz em Angola, isto é, o cumprimento das resoluções das Nações Unidas e da sua Declaração Universal dos Direitos do Homem, e de procurar salvaguardar as relações entre Estados independentes, soberanos e iguais. E é fundamentalmente isto que agora se pode e deve discutir com utilidade como preservar, aprofundar e desenvolver essas relações no interesse dos dois povos e ajudando, simultaneamente, ao restabelecimento da paz e à consolidação do Estado de direito no interesse de uma população que não pode continuar a sofrer.

Mas algumas forças políticas — e é claramente o caso do CDS-PP — parecem continuar a conceber a relação com Angola como um vínculo colonial que desse a Portugal o poder de ditar a política interna de um Estado independente. Reconhece-se o saudosismo e o passadismo de quem nunca se conformou com o fim das colónias. Mas há que virar a página e agir sem ressentimento em relação ao poder que, em Angola, sucedeu ao Estado português e

que, de resto — é preciso recordá-lo! —, foi sufragado em eleições reconhecidas como livres e justas pela comunidade internacional.

Os meios ao alcance do nosso país para solucionar questões como as mais recentes e incidentes são, como se sabe, limitados, a menos que alguém grite de novo: «Para Angola, rapidamente e em força!». Mas, neste caso, deveria haver a decência de não encarregar dos gritos quem, na altura própria, se furtou a combater. Não há outros modos de contribuir para a resolução do problema que não sejam os de usar, com firmeza, os meios diplomáticos e políticos, os quais obedecem também a regras e princípios.

É necessário fazer evoluir a comunidade internacional para uma política baseada nos direitos humanos. Neste sentido, foi muito importante, por exemplo, o contributo da Cimeira UE-África. Mas Portugal não pode tomar, isoladamente, posições de ruptura de relações que os outros países não tomem — e nunca deveria fazê-lo, pois tem de preservar os interesses legítimos do próprio povo português.

Veja-se como está a agir o Reino Unido em relação ao Zimbabwe, situação deveras mais grave do que aquela com que nos confrontamos em Angola.

O Sr José Magalhães (PS) — Bem lembrado!

O Orador — Vivem e trabalham, em Angola, 35 000 portugueses e, em Portugal, 17 500 angolanos. Cento e cinquenta empresas portuguesas estão estabelecidas em Angola, país com o qual temos uma balança comercial positiva.

O Sr Carlos Luís (PS) — Muito bem!

O Orador. — À exceção do petróleo e dos diamantes, Portugal é o primeiro país de origem do investimento estrangeiro em Angola. Alguém admite a criação de situações em que estes interesses legítimos não sejam acautelados? Alguém assume a responsabilidade de um agravamento da situação que pudesse prejudicar aqueles interesses? Alguém defende que Portugal só tenha relações políticas, económicas e culturais com a, infelizmente escassa, minoria de Estados que respeitam a democracia e os direitos humanos? Alguém defende que o capital de relacionamento com os PAOP, que Portugal adquiriu por força da história e o regime democrático garantiu em bases de dignidade recíproca e de igualdade, seja deixado a outros países?

São estas as questões a que, nomeadamente, o PSD e o CDS-PP, não dão resposta.

Mas não deixariam de criticar o Governo do PS se, segundo os seus conselhos, abrissemos caminho a uma deterioração das relações com Angola.

O Sr Carlos Luís (PS). — Muito bem!

O Orador: — Logo o fizeram, de resto, no caso precisamente das recusas de «Visto» de entrada a portugueses em Angola!

Vozes do PS — Claro!

O Orador — Vamos, então, Srs Deputados, prosseguir e aperfeiçoar a nossa política externa baseada

em princípios e valores éticos, numa dimensão cultural e na solidariedade com os povos dos novos Estados e na defesa dos interesses legítimos do Estado e do povo português!

Applausos do PS.

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró, dispondo, para o efeito, 2 minutos, tempo concedidos pelo Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr. Deputado José Barros Moura, na linha de uma intervenção anterior que falava numa direita revanchista, que, não se especificando, não ficámos a saber a quem se referia, foi mais directo e fez-nos um processo de intenção, ao jeito de um estilo já muito antigo na política internacional, que não vou nomear, mas que era caracterizado pelos processos de intenção

O Sr Deputado fez um processo de intenção ao ter dito que as nossas posições são ditadas por uma ambição protocolar e louvou-se na independência dos Estados soberanos que rejeitam as intromissões nas respectivas políticas internas. Como sabe, vivemos numa época em que esse princípio está muito limitado pelo direito de ingerência. Não somos uma grande potência que possa usar o direito de ingerência com a facilidade com que o fazem as grandes potências

Em todo o caso, quero dizer-lhe, Sr Deputado, que todo o processo político angolano está condicionado, desde o início, por acordos de que Portugal foi o principal patrocinador Temos uma responsabilidade histórica desde os Acordos de Alvor, desde os Acordos de Bicesse, desde os Acordos de Lusaka e, portanto, não podemos ser indiferentes ao desenrolar do processo político angolano Não nos basta ser uma antiga potência colonial.

Ora, quando estão em causa tão grosseiras violações dos direitos humanos, quando está em causa uma guerra civil que, seguramente, já conta centenas de milhar de mortos, como pode o Sr. Deputado vir a esta Câmara dizer que o que se passa no Zimbabwe é bem mais grave do que o que se passa em Angola? Será que a morte, no Zimbabwe, de seis fazendeiros britânicos, ou de origem britânica, é mais grave do que a morte de centenas de milhar de africanos em Angola?

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP) — É porque são brancos!?

O Orador — Então, seremos nós que merecemos o epíteto «racistas» neste debate?

Applausos do CDS-PP

Como é possível o Sr Deputado desvalorizar desta forma o que se passa em Angola e a tragédia que aflige aquele povo irmão?

Applausos do CDS-PP

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado José Barros Moura

O Sr José Barros Moura (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel Queiró, como é óbvio, a minha referência ao Zimbabwe foi feita no contexto das relações entre o Zimbabwe e o Reino Unido,

Vozes do PS. — Claro!

O Orador — assim como as questões sobre Angola se discutem não apenas no âmbito do problema geral da situação militar em Angola O que referi reportava-se às questões concretas sobre as quais a Assembleia da República se pronunciou através de votos, questões que dizem respeito à liberdade de expressão, ao julgamento do jornalista Rafael Marques e aos incidentes relativos às acusações que foram feitas ao Dr Mário Soares

Ora, é exactamente neste contexto que a minha afirmação tem de ser considerada Ou seja, do ponto de vista da relação entre o Zimbabwe e o Reino Unido, a situação é incomparavelmente mais grave do que aquela que, em Angola, afecta os interesses especificamente portugueses Portanto, contextualize o que afirmei no âmbito da intervenção que fiz, cujo texto terei muito gosto em fornecer-lhe.

Aliás, o caso relativo ao Zimbabwe é, efectivamente, muito elucidativo. É que, neste caso, em vez de «tocar a rebate» e ameaçar com medidas de tipo político, conducentes a uma ruptura, assiste-se às autoridades do Reino Unido a procurarem manter abertos os canais de negociação, evidentemente, com intervenções apropriadas de outras instâncias internacionais, como a própria União Europeia, e — veja lá! — efectuam negociações, no próprio Reino Unido, com vista a solucionar os problemas que ocorrem no Zimbabwe Creio que esta é uma boa lição que nós próprios poderíamos reter Porque, em vez de uma retórica de combate, agora justificada em nome dos direitos humanos, é, sem dúvida, preferível reforçar os canais e os meios de influência política e diplomática, sejam bilaterais, sejam multilaterais, sejam através da União Europeia, para resolver os problemas do tipo destes com que nos defrontamos e para impulsionar a evolução da sociedade angolana para padrões de respeito pelos princípios da democracia e do Estado de direito

Quanto à referência que fiz aos resquícios de neocolonialismo que continuam a verificar-se por parte de certa direita portuguesa na abordagem do conjunto das relações com as ex-colónias, julgo que são por demais evidentes Tais resquícios são por demais evidentes e vejo nisso — e repito — sinais de que, verdadeiramente, aquela direita que obrigou historicamente a juventude deste país a fazer uma guerra, que não queria, para defender colônias cujo destino era tornarem-se independentes ainda não se conformou com o facto de ter perdido essa possibilidade

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — É o estalinismo de direita!

O Orador — Ora aí está! «Les beaux esprits se rencontrent!», como disse alguém — e vejo que sabe interpretar!

Termino, dizendo que é por demais evidente que ainda não encerraram esse capítulo da vossa história

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP): — O que não está encerrado é o complexo de culpa!

O Sr. Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação

O Sr. Carlos Encarnação (PSD). — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Tenho até algum rebuço em dizer o que vou dizer..

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Então, não diga!

O Orador. — ... mas, verdadeiramente, entendo, em consciência, que devo dizê-lo.

O Sr. José Magalhães (PS). — Vai sair asneira!

O Orador — O Sr Primeiro-Ministro veio aqui, entrou e saiu rapidamente e deixou a conversa a cargo do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e, agora, do Sr. Deputado José Barros Moura, que, aliás, também já saiu da Sala. Deixou as intervenções a cargo destes dois cidadãos, com um conteúdo inadmissível, porque o que o Sr. Ministro e o Sr. Deputado José Barros Moura fizeram foi um desfile de ataques pessoais ao líder do meu partido e, fundamentalmente, esqueceram-se do que aqui os trazia, que era responder a uma interpelação ao Governo por parte do principal partido da oposição sobre as questões da política externa e das relações com África Perderam, portanto, uma excelente oportunidade de explicar, a nós e ao País, o que se passa e o que se passava, aquilo que era absolutamente essencial.

O Sr. Deputado José Barros Moura, que eu gostava muito de ver aqui, não desistiu...

Vozes do PS. — Já vem!

O Orador — Já vem? Então querem que eu espere por ele? Se quiserem eu espero!

Mas escusava o Sr. Deputado José Barros Moura de recorrer a perfeitas falsidades como aquela que citou a propósito do episódio entre o líder do meu partido, então Secretário de Estado, e o Presidente Pik Botha.

O que se passou, nessa altura, para que o Sr Deputado José Barros Moura saiba e para que a Câmara também seja esclarecida, foi uma questão simples e fácil: o Sr Deputado Durão Barroso, na altura Secretário de Estado, levava uma carta do Sr Primeiro-Ministro Cavaco Silva, verberando a continuidade do regime do *apartheid* e teve, a propósito disso, uma conversa verdadeiramente dura com o Sr Ministro Pik Botha. Não foi expulso, nada lhe aconteceu de extraordinário, foi uma questão simples de uma reacção rápida e clara do governo português, com a dureza necessária, coisa que este Governo não tem, em relação a questões que preocupavam tanto o Governo como o mundo inteiro.

Mas não quero, de maneira alguma, enveredar pelo caminho das falsidades e, principalmente, fazer qualquer citação que seja incorrecta. De modo que, ao contrário daquilo que disse o Sr. Deputado José Barros Moura, que esta questão não tinha interesse, que este «episódio Soares» era irrelevante, que era uma questão de somenos importância, quero dizer que o Sr. Deputado José Barros Moura nem sempre pensou assim.

Risos do PSD

Admito que, hoje, o Sr Deputado José Barros Moura perante o seu Ministro, dizem que o seu futuro Ministro, tenha feito uma tentativa de branqueamento,

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — De si próprio!

O Orador — uma tentativa de pedir desculpas

Neste momento, entra na Sala o Deputado do PS José Barros Moura

Ainda bem que demorei propositadamente, porque deu tempo a que o Sr Deputado José Barros Moura chegassem, e, assim, já posso ler as intervenções que fez, pois são escritos dele e não «reproduções», nem reproduções de histórias desmentidas, nem coisas que possam ter sido desmentidas publicamente.

O Sr. Deputado José Barros Moura disse, num artigo escrito em 15 de Março.,

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP): — No *Diário Económico*!

O Orador. — ... no *Diário Económico* — diz bem, Sr Deputado —, o seguinte «Mas, desde logo, porque as dificuldades evidenciadas pelo poder socialista ...» — o seu poder Sr. Deputado José Barros Moura — «... em lidar com este caso derivam sobretudo da descoordenação entre o Governo...» — aquele Governo, o que está ali — «... e o Partido, ..» — o partido que V Ex^a representa — «... a partir da inicial (e inexplicável!)...» — ouça, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros — «... falta de reacção pública do Ministério dos Negócios Estrangeiros aos deslates e insultos do Ministro angolano.». Mas o Sr. Deputado José Barros Moura, que, com certeza não me vai desmentir, porque vai assumir a responsabilidade e vai, aqui, repetir exactamente aquilo que disse e escreveu nesta altura, diz mais, não se fica por aqui, faz mesmo uma consideração sobre o Governo, aquele Governo que está ali, aquele Governo que o senhor defende, e a oposição: «Isto é preocupante porque mostra (...) a falta de liderança do PS na definição dos temas reais de uma política reformadora e mobilizadora ».

Aplausos do PSD

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — E disse bem!

O Orador — Venha lá, agora, o Sr. Deputado José Barros Moura, que, nesta altura, põe os olhos em algo e rói os óculos, .

Risos do PSD e do CDS-PP

compreensivelmente, aliás, porque eu também estaria na mesma posição de V Ex^a se tivesse escrito isto. Mas venha lá o Sr Deputado José Barros Moura dizer, agora, o contrário, dizer que este assunto não era relevante, que isto não era grave, que o Governo andou bem! Vem dizer agora o contrário do que disse?! Dizer que o Partido e o Governo Socialista entendem-se às mil maravilhas?!

Ele não está ali, na bancada do Governo! Ele nunca cá está!

O Sr José Magalhães (PCP) — Fie-se nisso e vai ver!

O Orador — Portanto, Sr Deputado José Barros Moura, aquilo que V Ex^a escreveu no *Diário Económico* é a mais perfeita das realidades

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — E já passou um mês!

O Orador. — Eu não seria capaz de escrever melhor, nenhum dos Deputados da oposição desta Casa seria capaz de dizer melhor V. Ex.^a teve uma grande coragem, disse-o, agora defende-o outra vez. Não venha é tentar branquear o que disse, não venha tentar desmentir agora o que afirmou outro dia, porque isso fica-lhe muito mal!

Risos do PSD

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — *Errare humanum est*

O Orador. — V Ex^a, Sr Deputado José Barros Moura, o que tem de dizer aqui é isto: «eu de facto pensei aquilo na altura e continuo a pensar hoje. Foi um assunto gravíssimo para o País, para o PS e para o Governo, que mostrou uma descoordenação completa, mostrou uma falta de reacção do País e do Estado em relação a um outro Estado»

Disse V. Ex.^a que o Governo só tem feito coisas úteis e boas nas relações com África. Elogiou V Ex^a mesmo a Cimeira do Cairo

Vozes do PS — E bem!

O Orador — Compreendo que, da outra vez, V. Ex^a tenha defendido o Dr Mário Soares. Mas sabe o que disse o homem que V Ex^a defendeu sobre a Cimeira do Cairo? Ora ouça este mimo, que também é dirigido ao Governo, ouça, Sr Deputado José Barros Moura, o que o Dr Mário Soares escreveu, num artigo do *Expresso*, e isto também foi escrito por ele, não foi citado, em 21 de Abril. O Sr Deputado Mário Soares —.

Vozes do PSD — Eurodeputado!

O Orador — . . . Deputado europeu, diz bem! — diz «Além da retórica das boas intenções, nada de concreto e importante se acordou»

Aplausos do PSD

Ora veja lá aquilo que o Dr. Mário Soares, o mesmo que V Ex^a defendeu — e bem! —, diz do Governo, a consideração que o Deputado europeu Mário Soares tem do Governo

Mas o Deputado Mário Soares não se fica por aqui, Sr. Deputado Barros Moura, e agora cabe-lhe defender o Governo do Deputado Mário Soares, o que é mais difícil para si, Sr. Deputado Diz o Dr Mário Soares «Na Cimeira do Cairo não houve porventura o cuidado de tentar consensualizar previamente, entre os Quinze, as ideias e

os interesses.» Foi o Dr Mário Soares quem o disse, não fui eu!

E acrescentou ainda, num remate final, dirigido ao Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros, que ali está expectante, .

Risos do PSD e do CDS-PP

o seguinte «Nem se procurou uma consensualização estratégica, quanto a África, entre a União Europeia e os Estados Unidos (.)» — os Estados Unidos de que V. Ex^a tanto gosta Nem aos Estados Unidos V Ex^a prestou o cuidado devido!

Risos do PSD

Sr. Deputado Barros Moura, perante uma situação destas, perante a gravidade destes considerandos, perante a gravidade dos incidentes e dos «acidentes» deste Governo socialista — Governo que V. Ex^a umas vezes defende, outras vezes ataca —, não lhe parece que esta interpelação tinha toda a razão de ser?

O Sr Guilherme Silva (PSD) — Exacto!

O Orador — V Ex^a não entende que esta interpelação feita pelo líder do meu partido teve um nível completamente diferente da sua resposta?

Risos do PSD

V Ex^a ficou contente com a resposta que deu, em nome do seu partido? V Ex^a ficou contente com a figura que fez,

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Triste!

O Orador — em nome do seu partido, atacando pessoalmente o líder do meu partido?

V. Ex^a esqueceu o que era fundamental nesta interpelação discutir a política externa do Estado português com os PALOP, nomeadamente em relação a Angola. Essa é que era a questão fundamental e, a esse respeito, devo dizer-lhe, Sr Deputado Barros Moura, que V Ex^a disse coisa nenhuma, disse menos do que nada!

O conselho que lhe dou, e não lhe tomo nada por isso, é este V. Ex^a tem de insistir junto do seu Primeiro-Ministro e do seu Governo para que compreendam, de uma vez por todas, que as políticas entre os Estados são mesmo Estado a Estado, Governo a Governo, não são entre interesses e partidos, nem entre partidos e interesses, nem entre partidos e Governos, nem entre Governos «vestidos» de partidos, nem entre partidos «travestidos» de governos!

O Sr José Magalhães (PS) — Diga isso ao seu líder!

O Orador — Podia sintetizar o que acontece com a política desenvolvida por este Governo socialista em relação à África numa frase de Bernard Shaw, parafraseando-a Bernard Shaw disse uma vez que a Inglaterra e os Estados Unidos se desentendiam pela mesma língua. O que hoje acontece entre Portugal e Angola é que se desentendem pelo mesmo socialismo

Aplausos do PSD.

O Sr Presidente. — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Barros Moura

O Sr José Barros Moura (PS) — Sr Presidente, Srs. Deputados. Infelizmente, não consegui ouvir toda a intervenção do Sr Deputado Carlos Encarnação, mas,

Vozes do PSD. — Ouviu o suficiente!

O Orador. — . pelos vistos, segundo dizem, consegui reter o seu estilo geral. E é com inteira clareza e frontalidade que lhe digo que pode haver quem aprecie o estilo divisionista e intriguista que V Ex^a utilizou.

Vozes do PSD: — Divisionista?!

O Orador — Ouvi o Sr Deputado Carlos Encarnação com toda a paciência e asseguro-lhe que não me impedirá de dizer o que penso.

Portanto, volto a repetir. o Sr. Deputado procurou utilizar um estilo divisionista e intriguista quando se apelava para uma discussão de política de Estado na Assembleia da República.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD) — O estilo é o do artigo que escreveu no *Diário Económico*!

O Orador — V. Ex^a, mais uma vez, deu-se a um exercício de descontextualização

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Descontextualização?!

Risos do PSD

O Orador — Exactamente! O que o Sr Deputado fez, dessa maneira, é uma pura falsificação. Sem qualquer dúvida, se o Sr Deputado quiser ler todo esse artigo e incluí-lo no *Diário da Assembleia da República* como um documento oficial, far-me-á um grande favor, porque esse artigo, lido por inteiro, permite compreender do que se trata

O Sr José Magalhães (PS) — Mas isso ele não faz, porque seria honesto!

O Orador: — Gostaria apenas de reconhecer que utilizei uma expressão — e aí, sim, faço uma autocrítica..

Vozes do PSD — Outra!

O Orador — Reconheço, dizia, que utilizei uma tradução para analfabetos do conceito gramsciano de «hegemonia» política e social na sociedade.

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Ah!

O Orador — É a isso que se refere a palavra «liderança». Verifico que o meu erro foi enorme,

O Sr Carlos Encarnação (PSD): — O erro foi enorme, Sr. Ministro!

O Orador — porque V. Ex.^a não foi capaz de a compreender e transformou-a numa pequena questão interna de «liderança» partidária

Risos do PSD

O Sr Presidente — Srs Deputados do PSD, agradeço que permitam ao Sr Deputado José Barros Moura que se faça ouvir, tal como aconteceu com o vosso colega, Deputado Carlos Encarnação

O Orador — O Sr Deputado Carlos Encarnação, dizia, foi capaz de a transformar numa pequena questão politiqueira de discussão interna num partido político. Mas as palavras ficam com quem as profere

Vozes do PSD — Ou com quem as escreve!

O Orador. — O Sr Deputado pretendeu dizer aqui, aliás, baixando claramente o nível da discussão ao nível do seu líder partidário,

Protestos do PSD

. . que a minha intervenção foi uma intervenção de serviço ou que traduziria uma tentativa de pedido de desculpas

Meu caro Sr. Deputado Carlos Encarnação, nunca pedi desculpas a ninguém e não pedirei

Vozes do PSD — Ah!

O Orador — .. por razões que considero fundamentadas. Nunca pedi, nunca o farei e mantendo a minha posição de fundo de que não há contradição entre o discurso sobre as relações externas de Portugal com África que fiz aqui hoje e o escrito que os senhores têm aí. Se os senhores quiserem persistir nessa via, tirarão daí apenas algum proveito efémero, transitório, como toda a pequena política que os senhores são capazes de fazer!

Aplausos do PS

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Carlos Encarnação (PSD): — Para mais uma intervenção, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr. Carlos Encarnação (PSD) — Sr. Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados. Sei que o Sr Deputado Barros Moura é um homem às direitas, sendo certo que é da esquerda, e que jamais pedirá desculpa por aquilo que escreveu V Ex^a lembra-se certamente de tudo o que escreveu Eu limitei-me, até por uma questão de bondade, a ler apenas uma parte!

Mas, já que V Ex^a quer, lerei mais um bocadinho

Risos do PSD e do CDS-PP

É que, logo a seguir àquela primeira excitação sua que referi, sobre aquela questão da falta de reacção, V Ex^a

dizia o seguinte, dando recomendações ao Governo, ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que está ali «Não se tratava . » — dizia o senhor, *ex cathedra* — « de 'declarar guerra' a Luanda » — veja a prudência do seu conselho! —

Risos do PSD e do CDS-PP

« . mas tão só de usar os meios diplomáticos () nestes casos» Está a ver, Sr. Ministro, como o Sr Deputado o ensinava bem?!

Risos do PSD e do CDS-PP

E, todavia, V Ex^a não o ouviu!

E dizia, depois, o Sr Deputado Barros Moura, agora já em tom de crítica por V Ex^a não o ter feito,

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Gramsciano!

O Orador — Esta não era gramsciano!

Mas dizia, depois, o Sr Deputado Barros Moura o seguinte «Não o ter feito, » — não ter feito aquilo que o Sr Deputado Barros Moura recomendava — « ou não o ter tornado público, . » — alternativa — « dificultou aos representantes do PS a defesa de Mário (e João) Soares ()»

Portanto, Sr Deputado Barros Moura. V Ex^a não só fez as críticas que fez, contundentes e graves, como ainda recomendou ao seu Governo uma conduta, explicou ao seu Governo aquilo que o Sr Ministro tentou aqui evitar compreender, porque, realmente, ninguém queria declarações de guerra, ninguém queria isolar o País, ninguém queria que daqui nascesse um conflito entre Estados, mas tão-só, como o PSD disse desde o princípio, que se exercessem as normais reacções diplomáticas para mostrar ao Estado angolano a reacção de indignação do Estado português perante a ofensa a Conselheiros de Estado!

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — V Ex^a, Sr. Deputado Barros Moura, nessa altura, portou-se verdadeiramente como devia, ou seja, como um verdadeiro português ofendido e como um homem que, sendo do Partido Socialista, recomendava ao seu Governo aquilo que ele devia fazer e recriminava o seu Governo por aquilo que ele não foi capaz de fazer

Sr Deputado Barros Moura, compreendo que V Ex^a não peça desculpas Eu estava convencido de que o Sr Ministro dos Negócios Estrangeiros tinha encontrado, há tempos atrás, um Secretário de Estado dos Assuntos Europeus Agora, já estou menos convencido . !

Risos do PSD.

Imagine que uma reacção destas se transmuta para dentro do Ministério e o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, que passa a vida a dialogar com o Ministro, passa a vida a discordar dele e nunca lhe pede desculpa!?

Risos do PSD.

É uma reacção impossível!

Portanto, V Ex.^a faz bem em ficar ai, está bem nessa bancada. Cortou as pontes com o Ministério, hoje, definitivamente, e eu fico muito contente por o ter ajudado a fazer isso! Libertei-o!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado José Barros Moura

O Sr José Barros Moura (PS). — Sr Presidente, a minha intervenção será muito breve

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados. Sobre o conteúdo de um artigo de opinião, a única coisa que tenho a dizer publicamente e ao Sr Deputado é que, felizmente, vivo num partido em que não há delito de opinião

Vozes do CDS-PP: — Em Angola, não é assim!

O Orador — Como tal, esteja seguro de que não farei a mais pequena referência a esse tema, a partir deste momento! Apenas registo que, depois da parábola da «mosca», VV Ex^{as} continuam a fazer baixar muito o nível deste debate!

Vozes do PS — Muito bem!

Protestos do PSD

O Orador — Foi um debate que não vos correu bem, em que os senhores se comportaram ao nível das «moscas», mas, pelos vistos, querem agora afunilar uma interpelação que não vos correu bem numa discussão de um artigo de opinião É uma figura que não existe no Regimento, VV Ex^{as} decidirão, mas não será com a minha colaboração, a partir deste momento!

Aplausos do PS

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Para mais uma brevíssima intervenção

O Sr Presidente — Faça favor, Sr Deputado Tem esse direito

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Sr Presidente, esta intervenção é tão breve, tão breve, tão breve, que me limitarei a dizer que confesso a minha culpa, Sr Presidente

Risos do PSD

Fiz descer o debate a um nível que não devia: citei um artigo do Dr Barros Moura!

Aplausos do PSD.

O Sr. José Barros Moura (PS) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Srs Deputados, enquanto dispusem de tempo, tenho a obrigação de lhes dar a palavra

Peço-vos, contudo, que tenham comiseração para com a Mesa e para com os vossos colegas, pois dá-me a impressão de que o debate está esgotado.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Há muito tempo que está esgotado!

O Sr Presidente: — Tem a palavra. Sr Deputado

O Sr José Barros Moura (PS). — Sr Presidente, quero apenas protestar dado o nível extremamente baixo a que o Sr Deputado Carlos Encarnação acabou de descer neste preciso momento.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD

O Sr Presidente — Srs Deputados, terminado o debate propriamente dito, vamos passar às intervenções de encerramento

Tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso, em representação do partido interpelante

O Sr Durão Barroso (PSD) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O PSD promoveu uma interpelação sobre política externa, sobre as relações com os países de língua portuguesa e sobre Angola

No início desta interpelação, perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro, que estava, na altura, na Sala, como classificava o estado das actuais relações com Angola e o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu!

Perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro se achava que havia problemas, como demonstrava o recente episódio que envolvia medidas de retaliação contra cidadãos angolanos, e o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu!

Perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro se o Governo português considerava que acusações feitas no «caso Soares-Angola» eram meros *facts divers* e se ia exigir responsabilidades e o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu!

Perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro se o Governo tinha ou não conhecimento das acções que ocorrem em território português e que violam o sistema de sanções impostas pelas Nações Unidas e o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu!

Perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro se tinha conhecimento do contrabando de diamantes e marfim com origem em Angola e passagem por Portugal — trata-se de matéria que não é da competência do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros mas do Ministério da Justiça e, se o Sr. Primeiro-Ministro não sabe, eu digo-lhe que, neste momento, há investigações da Polícia Judiciária por causa de contrabando em Portugal com origem em Angola e com destino a pagamento de financiamento de armas para Angola — e o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu!

Perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro se tinha conhecimento dessas acções e que procedimentos tinha empreendido nesta matéria e o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu!

Perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro o que é ele e o Governo português fizeram, junto das Nações Unidas, para defender a honra e o prestígio de Portugal, porque o País aparece num relatório das Nações Unidas ao lado de uma série de países que violam o sistema das sanções das Nações Unidas, e o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu!

Perguntei ao Sr. Primeiro-Ministro uma série de questões e o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu!

Vou fazer uma sugestão a todos os Srs. Deputados: da próxima vez que houver, nesta Assembleia, uma interpelação ao Governo, quando o Sr. Presidente da Assembleia da República nos pedir para saudarmos as criancinhas que vêm assistir ao debate, não se voltem para trás para bater palmas, porque, nessa altura, o Sr. Primeiro-Ministro sai pela porta, não respondendo às nossas interrogações, às nossas perguntas!

Aplausos do PSD

Protestos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro perdeu uma oportunidade de esclarecer os portugueses!

Aplausos do PSD

Protestos do PS

Hoje mesmo, Sr. Presidente, é dado conhecimento público de um inquérito de opinião, o qual mostra que os portugueses, na sua maioria, não entendem a política do Governo — não apoiam e não entendem... não conhecem, sequer.

Nós, hoje, demos ao Governo uma oportunidade para vir explicar a sua política externa e a sua política africana. O Sr. Primeiro-Ministro, que, até agora, não fez um único debate mensal nesta Assembleia, na presente Legislatura, mais uma vez, primou pela ausência. O Sr. Primeiro-Ministro, que tem todo o tempo do mundo para os seus colegas da Internacional Socialista, não tem o tempo suficiente para prestar contas à Assembleia da República, da qual depende o seu Governo.

Protestos do PS

Quero deixar aqui o meu protesto, porque isto não é cultura democrática em Portugal!

Aplausos do PSD

Protestos do PS.

Deu-se, neste debate, uma situação deveras paradoxal o Governo, que devia ser — pelo menos, em democracia, é! — aquele a quem compete a defesa da honra e do prestígio nacional, não foi capaz — pela voz do Primeiro-Ministro, já se sabia que não, mas nem sequer pela voz de outros dos seus representantes — de defender de forma coerente, consistente, a honra do Dr. Mário Soares. Até agora, não ouvi, da parte do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, uma palavra clara, inequívoca, de defesa da honra do Dr. Mário Soares e de crítica, clara e inequívoca, às acusações que lhe foram feitas por responsáveis do Governo angolano.

Vozes do PSD. — Muito bem!

Protestos do PS

O Orador: — Até agora, não ouvi, mas ainda vai ter uma oportunidade. Espero que não a desperdice!

Mas dá-se a situação, deveras original e paradoxal, de ser a oposição a fazer aquilo que o Governo devia fazer, ou seja, ser a oposição a defender a honra e o prestígio de Portugal, que, de acordo com a Constituição, compete ao Governo, em primeiro lugar, defender. Essa foi a lição a retirar desta discussão.

É óbvio que, em relação a alguns objectivos, há acordo na política externa portuguesa e eu não pretendo, de forma alguma, prejudicar esse acordo. Mas é óbvio também que, se não fosse o PSD e a sua interpelação, hoje, não teríamos podido esclarecer aqui essas diferenças, nunca teríamos ouvido, sequer, neste Plenário, falar do relatório Fowler das Nações Unidas, não teríamos sabido, neste Plenário, que o Governo nada diz em matéria de violação das sanções impostas pelas Nações Unidas. Esta foi a ocasião que tivemos para chamar à colação uma matéria que é devidamente importante, que é a da política externa portuguesa.

Mas a arrogância, a prepotência, deste Governo e dos seus arautos vai ao ponto de dizer quando é que a oposição deve fazer as interpelações. É uma das coisas extraordinárias que ouvi aqui, em algumas partes deste debate, foi a de que esta interpelação não era oportuna, porque, de acordo com o partido do Governo, já não era oportuno trazer esta questão à Assembleia. Mas quem é que define quando é oportuno a oposição interpelar o Governo? Quem é que define a nossa agenda política e as nossas prioridades? Acaso é o Governo que nos diz quando é que devemos interrogar o Governo? Entendo que, em matéria de interesse nacional, é matéria de política externa, é sempre oportuno a oposição questionar o Governo! Quando está em causa a honra e o prestígio das instituições portuguesas é sempre oportuno!

Como foi agora brilhantemente dito pelo meu colega Deputado Carlos Encarnação, VV Ex.^{as} esperavam que este problema fosse apenas um problema dentro do Partido Socialista, entre um Deputado, entre a condução do Governo, enfim, mais um daqueles problemas que, de vez em quando, alimentam o noticiário de segunda classe político. Mas não! O problema não é esse! O problema é que os vossos problemas dentro do Partido Socialista, as duas linhas que VV. Ex.^{as} seguem relativamente a Angola estão a prejudicar a política externa portuguesa.

Protestos do PS

Esse é que é o problema! E por isso é que nós trouxemos aqui, mesmo quando VV. Ex.^{as} preferiam que o assunto tivesse sido silenciado! VV. Ex.^{as} pretendiam que esta Assembleia da República andasse ao ritmo do noticiário dos jornais ou dos telejornais, mas não é essa a nossa prioridade, não é esse o nosso entendimento.

O Sr José Magalhães (PS) — Faça outro debate igual a este amanhã!

O Orador: — Nós entendemos que devemos trazer as questões em função da sua relevância. A política externa portuguesa relativamente a Angola é uma questão suficientemente importante para ser abordada por esta Assembleia, é uma questão suficientemente relevante para merecer a atenção do Sr. Primeiro-Ministro. O Sr Primeiro-Ministro é que, infelizmente, não é suficiente-

temente relevante para ter por esta Assembleia o respeito que ela lhe deve merecer.

Aplausos do PSD.

Quanto à política em relação a África, quero, contudo, deixar aqui uma última observação. nós consideramos que a política externa relativamente a África é património do País. Pela nossa parte, demos o nosso contributo, o actual Governo, com as suas falhas e omissões mas também com algumas realizações, procurará dar o seu

O que não entendemos é que, numa discussão deste tipo, em que trouxemos preocupações legítimas, que são sérias, em que não se ouviu, na minha intervenção inicial, uma única acusação de carácter pessoal, pois dirigi-me às questões de fundo, o partido do Governo, em várias intervenções, tenha procurado, ao fim e ao cabo, deitar fora todo o património do nosso relacionamento com África e, em especial, com Angola.

O Sr. António Capucho (PSD) — É de lamentar!

O Orador — Nós iniciámos o percurso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, coube a VV. Ex.^{as} formalizar esse nosso esforço. Mas, já agora, visto que fui acusado, várias vezes, de ter sido por causa da nossa política brasileira que não houve formalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, vou ter de revelar por que razão não se verificou essa formalização durante os governos anteriores.

O Sr José Magalhães (PS) — A saber

O Orador: — Foi-me dito expressamente por dois chefes de Estado africanos que não haveria institucionalização em Portugal da CPLP enquanto fosse Presidente da República de Portugal o Dr Mário Soares. O Dr Jaime Gama sabe disto muito bem! O Dr Jaime Gama sabe perfeitamente que houve e há um problema na relação de alguns países africanos com o Dr. Mário Soares e com o Partido Socialista. Foi essa a razão, e só essa, aliás, isso consta das actas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que levou a que a CPLP não fosse institucionalizada durante o mandato do Dr Mário Soares!

Protestos do PS

Não foi durante os governos do PSD, foi durante o mandato de Mário Soares! E, na altura, foi-me dito que a CPLP seria institucionalizada quando, em Belém, estivesse um de dois: ou Cavaco Silva ou Jorge Sampaio. Esta é a realidade dos factos e quero que ela conste da acta, porque nós, hoje, estamos a pagar o preço de muitos erros do Partido Socialista na relação com África. o facto de o Partido Socialista ter duas políticas e o facto de o Governo não ter qualquer política!

Protestos do PS.

Este debate, a esse respeito, foi esclarecedor! Pela minha parte, vou esclarecido!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em representação do Governo.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não podia deixar de começar por lamentar profundamente e rejeitar estas declarações do Dr. Durão Barroso em relação à constituição da CPLP...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e também por demonstrar, assim, a hipocrisia com que ele, durante uma parte deste debate, defendeu a honra do Dr. Mário Soares.

Applausos do PS.

Devo, aliás, dizer, que saio deste debate muito elucidado, com as palavras do Sr. Deputado Durão Barroso e também, um pouco, do Sr. Deputado João Amaral sobre a análise marxista do Partido Socialista,...

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — E também do Deputado Barros Moura!

O Orador: — ... o conteúdo de classe do Partido Socialista, as tendências do Partido Socialista, a luta de classes ao rubro no Partido Socialista, a linha negra e a linha vermelha, a linha bolchevique e a linha menchevique.

O Sr. António Capucho (PSD): — É mentira que há diferenças de opinião dentro do PS?!

O Orador: — Sejam mais modernos na análise do Partido Socialista, para um dia estarem em condições de o poder substituir! Assim não vão lá!

O Sr. José Magalhães (PS): — Vai dar trabalho!

O Orador: — Agora, devo dizer-vos que esta interpelação foi um excelente exercício político, porque demonstrou grandes dificuldades do interpelante. Não é por acaso que esta interpelação foi anunciada e marcada, depois foi adiada, depois foi retirada e depois reposta, sempre por VV. Ex.^{as}!

O Sr. António Capucho (PSD): — Não é verdade!

O Sr. Manuel dos Santos (PS): — É inteiramente verdade!

O Orador: — Isto porque, na verdade, esta interpelação colocava uma enorme dificuldade ao partido interpelante e, sobretudo, ao líder do partido interpelante, em especial no momento em que ele começa a ser novamente interpelado pelo regresso de uma outra liderança.

O Sr. António Capucho (PSD): — Não se viu isso!

O Orador: — Não podemos deixar também de considerar que o desempenho de V. Ex.^a a demonstrar que lidera é também um desempenho que se insere neste jogo ritual de sombras.

Este debate, da parte de VV. Ex.^{as}, foi muito um debate virtual quanto ao objecto. O objecto era a política africana, mas depois já não era. Passou a ser a política com os PALOP, mas depois já não era. Era a política com Angola, mas depois já não era. Era ainda a política com a ausência ou a presença do Primeiro-Ministro, mas depois já não era. Por fim, era a honra do Dr. Mário Soares, tendo-se demonstrado que, depois, já não era.

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto!

O Orador: — Isto é, VV. Ex.^{as} tiveram neste debate a conduta que tem quem tem um objecto virtual!

O Sr. António Capucho (PSD): — Isso é falso! O objecto foi sempre o mesmo!

O Orador: — Mas este debate também foi, da parte de VV. Ex.^{as}, virtual quanto ao protagonista, porque, na verdade, neste debate passou-se uma coisa interessantíssima, que foi a passagem de interpelante a interpelado, o que deve ter desagradado profundamente ao Sr. Deputado Durão Barroso.

No entanto, devo dizer que comprehendo a dificuldade de V. Ex.^a em fixar o objecto. Por que é que não se pode discutir política africana? Porque agora há uma política africana! Por que é que não se pode discutir a política com os PALOP? Porque agora há resultados concretos em relação aos PALOP!

O Sr. António Capucho (PSD): — Quais? Diga um!

O Orador: — Por que é que não se pode discutir a política angolana? Porque é difícil discutir a questão da guerra em Angola, como V. Ex.^a sabe.

Será que este debate serviu os interesses da paz em Angola? Será que esta interpelação serviu os interesses da melhoria do relacionamento entre Portugal e Angola?

O Sr. António Capucho (PSD): — Se o Governo tirar as devidas ilações, serviu!

O Orador: — É uma questão que VV. Ex.^{as} também terão de ponderar nas vossas consciências.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas devo dizer-vos que, na minha análise, este debate serviu para reposicionar o PSD e o líder do PSD em relação ao problema de Angola.

O contexto internacional era muito apertado em 1992 e 1993 quanto à situação angolana, enquanto o contexto interno também era limitado. Compreendemos isso e V. Ex.^a executou nessa altura uma política nesse contexto. Só que o contexto internacional mudou, o contexto interno de Angola mudou e o contexto interno português também mudou, porque agora a política em relação a Angola é um vector da política africana do Governo português e não é o mito de Bicesse que comanda mediaticamente a política externa do Governo português em relação à África.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ora, V. Ex.^a vem agora aqui reconstituir o seu próprio percurso político em relação a Angola, res-

taurando um pouco, tenuemente, os seus galões em matéria de direitos humanos, para se colar à evolução do contexto sobre Angola e aproveitando também a boleia criada pelo facto de existir uma política externa em relação à África e em relação a Angola.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Teremos oportunidade, um dia, de debater estes assuntos mais a sério, mas gostava também de dizer ao Dr. Durão Barroso que, uma vez mais, este debate, na questão de fundo — e aí tem razão o CDS-PP —, não serviu para demonstrar a diferença entre o PSD dirigido por V. Ex.^a e este Governo sobre a questão de Angola.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Não há diferenças!

O Orador: — Mas, com *nuances* de pormenor, veio servir para mostrar a concordância de V. Ex.^a e do PSD em relação à política angolana prosseguida pelo actual Governo português.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — A política que prosseguimos é uma política de Estado, é uma política que tem fundamentos que VV. Ex.^{as} também conhecem e que nós prosseguiremos para defesa dos 30 000 portugueses que vivem em Angola, por respeito para com os 20 000 angolanos que vivem em Portugal, por consideração do interesse legítimo de 155 empresas portuguesas que, honestamente, trabalham em Angola, contribuindo para o desenvolvimento do país, mas também por respeito à acção desenvolvida pelo actual Governo, que, no prosseguimento da obra de VV. Ex.^{as}, triplicou o investimento português em Angola, aumentou em 72% a ajuda pública ao desenvolvimento de Angola por parte de Portugal e viu crescer em 37% as exportações portuguesas para Angola, sendo hoje Angola um dos países com os quais Portugal mantém uma balança comercial positiva.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Isso já é autoelogio!

O Orador: — Vamos continuar nesta direcção sem nos afastarmos um milímetro! Vamos aprovar um programa trienal de cooperação com Angola,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... vamos prosseguir uma orientação de apoio ao desenvolvimento do país, à criação de condições para a paz, para a reconciliação nacional e para o progresso de Angola, já que este é um país vital para a cooperação externa portuguesa.

Quem não compreender a importância de Angola no contexto africano e internacional e no contexto dos objectivos da política externa portuguesa, não comprehende absolutamente nada da vida internacional moderna.

Vamos prosseguir, sem alterar um milímetro, a política que temos vindo a desenvolver. Vamos, também,

continuar a ampliar uma política segura e certa em relação aos países africanos de língua portuguesa, que agora podem receber as emissões de televisão e de rádio,...

O Sr. António Capucho (PSD): — Um oásis!

O Orador: — ... podem contar com os centros de língua, que não existiam, para apoiar a formação dos professores,...

Vozes do PSD: — Ah!

O Orador: — ... podem ver as escolas portuguesas, não no papel mas a começar a funcionar na realidade, e podem também constatar a forma como passaram a ser acolhidos os seus cidadãos em Portugal.

O Sr. Carlos Luís (PS): — É verdade!

O Orador: — Não modificaremos um milímetro na obra realizada, com mais investimentos, com mais ajuda pública ao desenvolvimento, com mais relações comerciais, com mais portugueses a viver em África e mais africanos a viver em Portugal. Não abdicaremos um milímetro de levar esta política à União Europeia, ao Conselho de Cooperação e Desenvolvimento, para que fale e decida sobre África, para que reajuste a sua política de cooperação para o desenvolvimento. Não nos desviaremos um milímetro de uma linha que levou, também, à obtenção da primeira cimeira euro-africana, realizada sob presidência portuguesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É uma política de interesse nacional, não é uma política compaginável com qualquer espécie de debate de segunda ou terceira ordem da vida política portuguesa.

Pode o País saber que conta com o Governo para, na senda dos resultados alcançados, prosseguir esta política sem se desviar um milímetro,...

Vozes do PSD: — Outra vez?!

O Orador: — ... porque esta é a política que tem substância, que tem resultados, e é a política que representa o triunfo de Portugal nas suas relações internacionais, em especial com África e em especial no contexto da afirmação internacional da língua portuguesa e da unidade finalmente obtida pelos países de língua portuguesa.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de palavra, declaro encerrado este debate.

A próxima sessão plenária realizar-se-á amanhã, pelas 10 horas, tendo como ordem do dia perguntas ao Governo.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 35 minutos.

Declaração de voto enviada à Mesa, para publicação, relativa à votação da proposta de lei n.º 19/VIII

Há uma diferença fundamental entre a eleição para a Assembleia da República e a eleição para o Presidente da República. Não só se passa de um órgão de soberania colegial para um órgão de soberania unipessoal como de um sistema eleitoral proporcional para um majoritário.

A eleição do Presidente da República por todos os cidadãos portugueses, incluindo os residentes no estrangeiro, deve realizar-se em condições de garantia constitucional expressa na fiabilidade democrática do exercício de voto. Para tanto, consideramos que devem ser asseguradas as garantias de que os cidadãos eletores, com nacionalidade portuguesa, tenham «laços de efectiva ligação» à comunidade nacional. Esses laços devem ser aferidos por condições objectivas e consistentes de identificação dos nacionais com direito a participarem na vida política do Estado. Por outro lado, entendemos que o exercício presencial do voto é condição do respeito pela exigência constitucional de pessoalidade e sigilo do voto, evitando riscos acrescidos de manipulação e fraude.

A proposta de lei do Governo identifica-se com o princípio da presencialidade, devendo, no entanto, em sede de especialidade, merecer uma melhor ponderação das soluções concretas no tocante ao princípio dos «laços de efectiva ligação» à comunidade nacional, tanto mais que esta lei, uma vez aprovada, é uma lei irreversível, uma lei materialmente constitucional, que exige uma reflexão acima da conjuntura. Daí o nosso voto de aprovação na generalidade, na convicção de que será garantida a fiabilidade democrática do exercício de voto.

Os Deputados do PS, Strecht Ribeiro — Manuel Alegre — Eduardo Pereira — Alberto Costa — Ricardo Castanheira — João Rui de Almeida — José Egípto — Medeiros Ferreira — António Saleiro — Nelson Baltazar — Nuno Baltazar Mendes — António Dias Baptista — Maria Santos — Miguel Coelho — Luísa Portugal — Assinatura ilegível — José Penedos — Jorge Lacão — Assinatura ilegível — João Cravinho — Maria Teresa Coimbra — Marques Júnior

Declarações de voto enviadas à Mesa, para publicação, relativas à votação dos projectos de lei n.os 152 e 153/VIII

Os Deputados abaixo assinados votaram contra os projectos de lei n.os 152 e 153/VIII, respectivamente do PSD e do CDS-PP, relativos ao exercício de voto por parte dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro nas eleições do Presidente da República, no essencial, pelas seguintes razões:

Porque a possibilidade de exercício do referido direito está previsto na Constituição em termos que importam o reconhecimento legal de um requisito habilitador, a de que os cidadãos portugueses residentes no estrangeiro revelem possuir laços de efectiva ligação à comunidade nacional.

Porque os projectos de lei em referência se mostram inteiramente desconformes quanto à densificação do referido princípio constitucional, o qual é parâmetro essencial na habilitação do legislador,

Porque a relevância dessa desconformidade como o espírito e a letra da Constituição não revela apenas uma omissão de natureza jurídico-constitucional, mas coloca igualmente em evidência que os seus autores, além da desconformidade à Constituição, se mostram tributários de uma concepção da soberania manifestamente incompatível com o significado da soberania democrática e popular que é matriz do regime democrático.

Porque o princípio da soberania popular pressupõe, de modo incontornável, a autonomia de escolhas democráticas por parte da comunidade nacional politicamente organizada em Estado e não se compadece com conceitos transpersonalistas de nacionalidade fundada em critérios rácicos como causa de exercício de funções políticas.

Porque as funções políticas, no Estado democrático, são inerentes à existência de relações efectivas do povo — elemento humano do Estado consigo mesmo e não, de forma dispersa, difusa e incontrolada, dos indivíduos situados e inseridos noutros corpos políticos e partilhando de outras identidades nacionais, nelas exercendo mesmo o essencial dos seus direitos de cidadania.

Porque, por tudo quanto antecede, bem se comprehende como inaceitável que da admissão das soluções constantes dos projectos de lei em apreço viesse a admitir-se a possibilidade do exercício do direito de voto nas eleições presidenciais de indivíduos eventualmente nascidos e educados fora do território nacional, sem laços relevantes com a comunidade política nacional, podendo nem sequer dominar a língua portuguesa, e, também, por efeito dos fenómenos comuns da dupla nacionalidade, ser inclusivamente possível a dupla participação política relevante tanto no Estado português como no Estado da residência.

Assim, em consequência do que se exprime, consideram os subscritores da presente declaração que a abordagem politicamente coerente jurídico-constitucionalmente conforme e doutrinariamente clara, do ponto de vista da defesa dos valores democráticos, implica a rejeição liminar dos dois projectos não para inviabilizar a correcta regulação do exercício do direito de voto dos cidadãos residentes no estrangeiro nas eleições do Presidente da República mas, precisamente, para a situar em torno de princípios justos, que devem ser integralmente preservados e que, por isso, são insusceptíveis, pelo seu valor estruturante do Estado de Direito, de compromisso ou de transacção com orientações que manifestamente os denegam.

Os Deputados do PS, Jorge Lacão — Alberto Costa — Manuel Alegre — Luísa Portugal — Eduardo Pereira — Helena Roseta

O sentido do nosso voto foi de abstenção relativamente aos projectos de lei sobre o direito de voto dos portugueses residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República, apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP.

Apesar da discordância de fundo que temos relativamente a estes projectos de lei e aos princípios que os enformam, a nossa abstenção visa viabilizar uma discussão em sede de especialidade sobre esta matéria, com vista a introduzir aperfeiçoamentos que vão no sentido da

declaração de voto que, sobre esta matéria, apresentámos relativamente à proposta de lei do Governo

Os Deputados do PS, Strecht Ribeiro — Nelson Baltazar — José Egípto — Ricardo Castanheira — António Saleiro

Declaração de voto enviada à Mesa, para publicação, relativa à votação da proposta de resolução n.º 14/VIII

Num mercado cada vez mais aberto ao exterior, onde a liberdade de movimento de pessoas, bens e capitais assume cada vez maior relevância, a actividade económica entre os Estados é susceptível de provocar conflitos de jurisdição tributária uma vez que, dotados da sua própria soberania, gozam de uma autoridade sobre o seu território e os seus residentes

Os referidos conflitos podem traduzir-se na possibilidade de ambos os Estados tributarem o mesmo rendimento, de acordo com a sua legislação nacional, ou, na situação inversa, um determinado rendimento não ser tributado por qualquer dos Estados nos casos em que o ordenamento jurídico-tributário de cada Estado remete a tributação para o outro

A forma expedita de evitar, quer a dupla tributação, quer a evasão fiscal, reside na criação de mecanismos e instrumentos jurídicos que instituem um sistema fiscal justo, de modo a que os agentes económicos disponham de normas claras e de uma certeza jurídica que ofereça garantias sobre o modo de tributação dos seus rendimentos

E o que se pretende com a presente Convenção, visando fomentar e incentivar o investimento económico entre Portugal e o Luxemburgo, de acordo, aliás, com o n.º 3 do Capítulo IV do Programa do Governo, onde se define como objectivo essencial o desenvolvimento da rede desse tipo de Convenções

As normas previstas nesta Convenção seguem o modelo recomendado pela OCDE internacionalmente aceite e genericamente adoptado por Portugal e pelos países da União Europeia. Globalmente, aplica o princípio da tributação na fonte fixando a incidência fiscal no Estado onde os rendimentos são gerados

São estatuídos métodos para eliminar a dupla tributação que se traduzem, no essencial, a um sistema de deduções ao imposto das importâncias que o sujeito passivo tenha pago no Estado onde não é residente

São também estabelecidos princípios, de particular importância designadamente:

O princípio da «não discriminação» no sentido de um Estado não poder tratar os contribuintes residentes no outro Estado de forma mais onerosa do que este último trata os contribuintes residentes no primeiro.

O princípio da «troca de informações» com vista a evitar a evasão fiscal e garantir o cumprimento das leis internas de cada Estado, com respeito pelo segredo da situação fiscal de cada contribuinte, ficando as autoridades de cada Estado solidariamente responsáveis pelo seu cumprimento,

É também fixado um «procedimento amigável» entre os Estados no sentido de evitar a tributação não conforme com a presente Convenção, permitindo que quando uma pessoa ou empresa considerar que as medidas tomadas pelos

Estados conduzem a tributações não conformes com a Convenção, poderá reclamar directamente para o seu próprio Estado em que é residente ou nacional, salvaguardando-se, desta forma, o respeito pelas garantias de defesa dos contribuintes

Salienta-se ainda que a «exclusão de certas sociedades», prevista no artigo 29.º, se justifica na medida em que, apesar da existência de um código de conduta no âmbito da União Europeia que estabelece os princípios gerais que os Estados devem seguir para evitar a concorrência desleal, o mesmo não tem ainda eficácia jurídica aguardando-se a decisão do Conselho Europeu

Esta Convenção entrará em vigor trinta dias após a troca dos instrumentos de ratificação e as suas disposições serão aplicáveis a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte ao da sua entrada em vigor

Sublinhamos a sua importância, dado o peso específico do Luxemburgo no conjunto do sistema financeiro europeu

A presente Convenção entre Portugal e o Luxemburgo contém regras e princípios justos e adequados e contribui para o desenvolvimento da nossa economia e para a consolidação do ordenamento jurídico-fiscal

Por isso, o Partido Socialista votou favoravelmente a proposta de resolução n.º 14/VIII

O Deputado do PS, Matos Leitão

Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Alexandre António Alves Chaves
António Fernando Menezes Rodrigues
António Manuel Dias Baptista
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Casimiro Francisco Ramos
Fernando Manuel de Jesus
Helena Maria Mesquita Ribeiro
Isabel Maria Batalha Vígia Polaco d'Almeida
João Cardona Gomes Cravinho
João Francisco Gomes Benavente
João Pedro da Silva Correia
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Manuel Rosa do Egípto
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
Luis Pedro de Carvalho Martins
Maria Amélia do Carmo Mota Santos
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Vitor Manuel Alves Peixoto
Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

António Paulo Martins Pereira Coelho
Lucília Maria Samoreno Ferra

Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

António Bento da Silva Galamba
Isabel Maria dos Santos Barata

José Manuel de Medeiros Ferreira
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Partido Social Democrata (PSD)
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
Bruno Jorge Viegas Vitorino
Carlos José das Neves Martins
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
José David Gomes Justino

José Frederico de Lemos Salter Cid
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Maria Manuela Dias Ferreira Leite

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)
Fernando Carlos Almeida Pésinho
Isabel Maria de Almeida e Castro

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 600\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.